

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Concorrência Pública nº 002/2015 - Processo nº 024/ALE/2015 02
- Resolução de Afastamento nº 222/2015 03

Atos Legislativos

- Autógrafo aos Projetos de Lei nº 012 e 023/2015 04
- Projeto de Lei nº 028/2015 04
- Decreto Legislativo nº 007/2015 14
- Autógrafo da Moção nº 009/2015 14
- Mensagem Governamental nº 025/2015 15

Atas Plenárias

- Ata da 2401ª Sessão Ordinária - Íntegra 15

Das Comissões

- Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos 23
- Comissão Especial Externa - Resolução nº 005/2015, Alterada pela Resolução nº 005/2015 - Edital de Convocação nº 010/2015 32

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA - ATOS DA CPL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 0024/ALE-RR/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015
VALIDADEZ: 12 (DOZE) MESES.

Ao vigésimo quarto dia do mês de junho do ano 2015, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA CNPJ nº. 34.808.220.0001-68, com sede sito à Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - Boa Vista-RR, considerando o julgamento da licitação na modalidade Concorrência Pública, para REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2015, publicada no Diário da ALE-RR do dia 30/03/2015, e a respectiva homologação do processo nº 024/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no Decreto-E nº 16.223/2013 com alterações do Decreto-E 17.391/2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

EMPRESA CLASSIFICADA EM 1º LUGAR: RBE - RIO BRANCO EMPREENDIMENTO LTDA-ME
CNPJ: 04.278.785/0001-10 FONE/FAX: 98115-0713
END: Av General Ataíde Teive nº 6983 - 1, Bairro: Nova Canaa
O preço unitário de cada item registrado é o constante na proposta vencedora da licitação, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de locação de veículos automotores, com e sem motorista, especificados no item 4 do Projeto Básico, anexo I do edital de Concorrência Pública nº002/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	RBE - RIO BRANCO EMPREENDIMENTO LTDA-ME, CNPJ: 04.278.785/0001-10 Endereço: Av General Ataíde Teive nº 6983 - 1, Bairro: Nova Canaa Contato: 98115-0713 Proprietário: José Otaci Barroso do Nascimento			
VEÍCULO	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT MIN / MAX	PREÇO UNITÁRIO RS

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.alrr.gov.br.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



01	Categoria 01	Veículo tipo Pick-up com ano de fabricação a partir de 2014 em excelentes condições de uso e com quilometragem livre, com capacidade para cinco passageiros, 4 portas, tração 4x4, cabine dupla, motor superior ou igual a 2.8L turbodiesel com potência mínima 200 CV transmissão automática de 6 velocidades, banco em couro, ar condicionado com controle de temperatura, banco do motorista com regulagem elétrica, piloto automático, rádio com CD/DVD player com navegação por GPS, estribos laterais, com os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/08	9.550,00
02	Categoria 02	Veículo tipo Pick-up com ano de fabricação a partir de 2014 em excelentes condições de uso e com quilometragem livre, com capacidade para cinco passageiros, 4 portas, tração 4x4, Cabine dupla. Com motor superior ou igual a 2.8L, potência mínima 200 CV transmissão manual de 6 marchas sendo cinco a frente e uma marcha-ré, combustível diesel, tanque com capacidade mínima de 75 litros capacidade mínima de carga 1.000 kg protetor do carte, injeção eletrônica, direção hidráulica, freio ABS, ar condicionado, cinto de segurança de 3 pontos, banco de tecido, equipado com engate para rebouque devidamente homologado pelo INMETRO equipamento de protetor de caçamba, capota marítima e demais equipamentos/acessório de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/12	9.250,00
03	Categoria 03	Veículo tipo Pick-up SUV (SPORT UTILITY VEHICLES) ano de fabricação a partir de 2014 ou superior em excelentes condições de uso e com quilometragem livre, com capacidade para 5 a 7 passageiros, 4 portas, tração 4x4, motor diesel	Mês	01/02	11.850,00

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.alrr.gov.br.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



04	Categoria 04	banco em couro, ar condicionado automático e digital, banco do motorista com regulagem elétrica, computador de bordo com 7 funções, sistema de multimídia com rádio, CD player/MP3 e GPS integrado para navegação, e com os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/15	2.985,00
05	Categoria 05	Veículo tipo Passado com ano de fabricação a partir de 2014 em excelentes condições de uso e com quilometragem livre, com capacidade para cinco pessoas, 5 portas, motor maior ou igual a 1.4 L de potência mínima de 98 CV (com gasolina) transmissão manual de 6 marchas, sendo cinco a frente e uma marcha-ré, combustível etanol/gasolina tanque com capacidade: 54 litros, capacidade do porta-malas 500 litros, protetor do carte, injeção eletrônica, direção hidráulica, freio ABS, ar condicionado, som, cinto de segurança de 3 pontos, banco de tecido, equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/03	11.100,00

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.alrr.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



06	Categoria 06	Veículos tipo Ônibus, com ano de fabricação a partir de 2014 com capacidade mínima para 44 pessoas (quarenta e quatro) passageiros, com ar condicionado, Equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/07	630,00
07	Categoria 07	Veículos tipo Ônibus Adaptado, com ano de fabricação a partir de 2014, com capacidade para transportar 15 (quinze) passageiros, sendo 05 (cinco) lugares adaptados para cadeirantes, com ar condicionado, plataforma de elevador e motorista, Equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/02	630,00
08	Categoria 08	Veículo tipo Ônibus adaptado para conferências, apresentação de filmes, seminários e exposições, com poltronas reclináveis sob plataforma elevada com capacidade para 40 pessoas, possuindo central de ar condicionado, cortinas, insulfilmes, frigobar e banheiro Equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN documentação atualizada, licenciados em qualquer estado e Federação perante o respectivo DETRAN e demais órgãos.	Mês	01/01	670,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.alrr.gov.br


 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"


- 4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.
- 4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 4.9.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

 Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
 Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.al.rr.gov.br

 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"


- 5.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pela Superintendência Administrativa da ALE-RR, bem como as AUTORIZAÇÕES PARA ADESÃO.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo I do Edital.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. Integram esta Ata, o edital e demais anexos da Concorrência Pública nº002/2015 e a proposta da(s) empresa(s) que sagraram vencedoras do certame.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

- 8.1. Fica eleito o Foro de Boa Vista-RR, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao cumprimento do objeto deste contrato.

JALSER RENIER PADILHA
 PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

José Otaci Barroso do Nascimento
 PELA EMPRESA RBE - RIO BRANCO EMPREENDIMENTO LTDA-ME
 CNPJ: 04.278.785/0001-10

 Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
 Praça do Centro Cívico, 202, Centro CEP: 69.301.308 - Boa Vista - Roraima - Brasil - www.al.rr.gov.br

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 222/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MARQUES Matrícula 16797**, para viajar com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 01.07 a 04.07.2015, saindo às 13h30min do dia 01.07.2015 e retornando às 13h30min do dia 04.07.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de Junho de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

PROCON
ASSEMBLEIA

A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
 Fone:(95) 4009-5614

ATOS LEGISLATIVOS
AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE LEI Nº 012/15

Dispõe sobre a divulgação, em todos os estabelecimentos públicos de ensino do Estado de Roraima, da Lei Federal nº 13.106/15, que altera o art. 243 da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - tornando mais severas as penas para quem vender bebida com teor alcoólico para menor de idade.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Todos os estabelecimentos públicos de ensino do Estado de Roraima divulgarão, em suas dependências, através de cartazes, panfletos, banners, revistas, jornais impressos, murais, mídias no espaço escolar e ferramentas de comunicação afins, a Lei Federal nº 13.106/15, que altera o artigo 243 da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - tornando mais severas as penas para quem vender bebida com teor alcoólico para menor de idade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2015.

 Deputado **JAUSER RENIER**
 Presidente

 Deputado **NALDO DA LOTERIA**
 1º Secretário

 Deputado **MARCILIO CABRAL**
 2º Secretário

 PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - PAZL, (95) 4008-6500 / 3823-1767
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.gov.br

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE LEI Nº 023/15.

Permite, no âmbito do Estado de Roraima, a realização de eventos denominados rodeios e corridas de cavalos.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É Permitida, no âmbito do Estado de Roraima, a realização de eventos denominados rodeios e corridas de cavalos, desde que com a presença e fiscalização de médico veterinário.

Art. 2º Os órgãos Estaduais competentes, que tratam de animais e saúde pública, deverão ser comunicados sobre o local, data e hora do evento, com antecedência mínima de 7(sete) dias.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no calendário turístico e esportivo estadual os eventos denominados festas de rodeios, vaquejadas e corridas de cavalos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de junho de 2015.

 Deputado **JAUSER RENIER**
 Presidente

 Deputado **NALDO DA LOTERIA**
 1º Secretário

 Deputado **MARCILIO CABRAL**
 2º Secretário

 PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - PAZL, (95) 4008-6500 / 3823-1767
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.gov.br

PROJETO DE LEI

 ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE LEI Nº 028 DE 24 DE JUNHO DE 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA / RORAIMA 24-JUN-2015 10:51 081649 44

LIDO NA SESSÃO DO

DIA 25.106.15

"Aprova o Plano Estadual de Educação 2014/2024 (PEE) e dá outras providências."

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu aprovo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Estadual de Educação (PEE), com vigência por 10 (dez) anos, em conformidade com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art.148 da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 2º Em consonância ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, são diretrizes do PEE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º O PEE 2014/2024, recepciona 20 (vinte) metas objetivando a construção do Sistema Nacional de Educação, adequando a realidade local às metas I, III, XIV e XX, previstas na Lei nº 13.005/2014, que consistem em:

- I - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender 50% (cinquenta por cento) de crianças com até 3 (três) anos, limitando-se à vigência do PNE.


 Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@alr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121-7930 / 2121-7932
 jose.issa - 24/06/2015 10:17:30

 ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

II - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que o percentual mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

III - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

IV - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

V - Alfabetizar as crianças, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

VI - Oferecer educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

VII - Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, para atingir as médias nacionais do IDEB, nos termos do Anexo II, dessa Lei.

VIII - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, visando alcançar 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência desse Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

IX - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

X - Oferecer o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

XI - Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

XII - Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

XIII - Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior para 75%


 Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@alr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121-7930 / 2121-7932
 jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

(setenta e cinco por cento), destinando-se, no total, o mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) para doutores.

XIV- elevar até o final de vigência desse PEE o percentual de docentes titulados em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado de 32,06% para 43,02% e de Doutorado de 12,0% para 21,07%.

XV- Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência desse PNE, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III, *caput*, art. 61, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando-se de que todos os (as) professores (as) da Educação Básica possuam formação específica de Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

XVI- Formar, em Nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos (as) professores (as) da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

XVII- Valorizar os (as) profissionais do Magistério das redes públicas de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

XVIII- Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior da rede pública de todos os Sistemas de Ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

XIX- Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para sua consecução.

XX- Adotar medidas para ampliação do investimento público em Educação, visando garantir o cumprimento das metas e estratégias desse PEE.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I serão cumpridas no prazo de vigência desse PEE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art.5º A execução do PEE e o cumprimento de suas metas e estratégias serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria de Estado de Educação (SEED).
- II – Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.
- III – Conselho Estadual de Educação (CEE).
- IV – Fórum Estadual de Educação.

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput*:

- I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação;
- IV – determinar medidas interventivas ou corretivas para o alcance dos resultados propostos ao longo do decênio.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência desse PEE, o Estado prestará ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP informações organizadas para subsidiar estudos e aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no PNE, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 5º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

Art. 6º O Estado promoverá a realização de, no mínimo, 2 (duas) Conferências Estaduais de Educação até o final do decênio, precedidas de conferências municipais articuladas e coordenadas pelo Fórum Estadual de Educação.

§ 1º O Fórum Estadual de Educação, além da atribuição referida no *caput*:

- I – acompanhará a execução do PEE e o cumprimento de suas metas e estratégias;
- II – promoverá a articulação das Conferências de Educação estadual e municipais que precederem à Conferência Nacional de Educação.

§ 2º As Conferências de Educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre si, com o objetivo de avaliar a execução desse PEE e subsidiar a elaboração do PEE para o decênio subsequente.

§ 3º As conferências de que trata o art. 6º fornecerão insumos para avaliar a execução do PEE e subsidiar a elaboração do Plano para o decênio subsequente.

Art. 7º O Estado e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e a implementação das estratégias objeto desse Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas e estratégias previstas neste PEE.

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º Os Sistemas de Ensino do Estado e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas e estratégias desse PEE e dos planos previstos no art. 8º.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas, de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º Será criada instância permanente de negociação e cooperação entre o Estado e os Municípios.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e os Municípios incluirá instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada Estado.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º Os Municípios deverão encaminhar ao Poder Legislativo competente seus correspondentes Planos de Educação, em consonância às diretrizes, metas e estratégias previstas neste PEE, no prazo de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei.

§ 1º Os municípios estabelecerão nos respectivos Planos de Educação estratégias que:

I – assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas, das águas e das florestas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III – garantam o atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurando o Sistema Educacional Inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

IV – promovam a articulação estadual e municipais na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração dos Planos de Educação dos Municípios, de que trata o *caput* deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 9º O Estado e os Municípios encaminharão ao Poder Legislativo competente projetos de leis específicos para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10 O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos do Estado e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias desse PEE, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado e Municípios constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º O Sistema de Avaliação a que se refere o *caput* produzirá a cada biênio:

I – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos estudantes apurado em Exames Nacionais de Avaliação;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do aluno e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, à infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º, não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 3º Compete aos órgãos gestores dos Planos Estadual e Municipais de Educação promoverem ampla discussão dos resultados do IDEB, divulgando a avaliação local e suas políticas de intervenção e apoio às unidades escolares.

Art. 12 Até o final do primeiro semestre do 9º (nono) ano de vigência desse PEE, o Estado apresentará, conforme disposto no art. 9º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Projeto de Lei referente ao Plano Estadual de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art.13 O Poder Público deverá instituir, através de Lei específica, 1 (um) ano a partir da publicação da Lei que criou o Sistema Nacional de Educação, a articulação entre os sistemas, a efetivação do regime de colaboração, visando atender as diretrizes, metas e estratégias do PEE e PME.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 24 de junho de 2015.


 JOSÉ LESSA
 Governadora do Estado de Roraima



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ANEXO I DO PROJETO DE LEI Nº DE 24 DE JUNHO 2015

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Estratégias

1. Elevar o índice de matrícula na pré-escola de 74,96% para 99% até 2020, garantindo a escolaridade de crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.
2. Garantir o acesso e a permanência dos alunos indígenas na Educação Infantil, das respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta de escolas.
3. Assegurar financeiramente a implementação de políticas públicas para a ampliação da oferta de creches de 15,6% para 47,3%, de forma a atender, até o final da vigência desse PEE 50%, da população de até 3 (três) anos.
4. Mapear, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e garantir o atendimento da demanda nos respectivos municípios.
5. Manter e ampliar, em regime de colaboração, respeitadas as normas de acessibilidade, o Programa Nacional de Construção e Reestruturação de Escolas, bem como a aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;
6. Autorizar, a partir do segundo ano desse PEE, o funcionamento de instituições de Educação Infantil, públicas ou privadas, cujas infraestruturas atendam às normas de acessibilidade e estejam em consonância com o Programa Nacional de Construção e Reestruturação de Escola.
7. Admitir somente profissionais graduados em curso de Pedagogia ou Normal Superior, na Educação Infantil, área urbana.
8. Garantir, no prazo de um ano, a elaboração e execução de programas de formação inicial e continuada em serviço, visando a qualificação e capacitação de todos os profissionais em exercício do Magistério na Educação Infantil.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

9. Equipar, no prazo de três anos, as escolas de Educação Infantil com laboratórios de informática, brinquedotecas, jogos educativos, CDs, DVDs, livros de literatura infantil, obras básicas de referências e livros didático-pedagógicos de apoio ao aluno e ao professor, inclusive para atender aos alunos com deficiência.

10. Implantar, até o segundo ano da vigência desse PEE, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, em observância aos parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, dentre outros indicadores necessários a esta etapa da educação.

11. Assegurar calendário diferenciado para as escolas localizadas na zona rural e área indígena, como forma de garantir a permanência da criança na escola de Educação Infantil.

12. Estabelecer parcerias entre a Secretaria Estadual de Educação e Desporto – SEED e as Secretarias Municipais de Educação e os Institutos de Ensino Superior – IES, como forma de assessoramento e apoio pedagógico às escolas de Educação Infantil das redes municipais.

13. Estabelecer, até o final da vigência desse PEE, em todos os municípios, e com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 (zero) e 3 (três) anos, oferecendo, inclusive, assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar, nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema.

14. Assegurar, gradativamente, o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

15. Assegurar a implantação e implementação, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da vigência desse Plano, do programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

16. Estabelecer, no prazo de 1 (um) ano, Programa de Formação dos Profissionais Docentes e não Docentes de Educação Infantil, no âmbito da formação inicial e continuada, com a colaboração técnica e financeira da União, do Estado e dos Municípios, em articulação com as Instituições de Ensino Superior e Organizações Não-Governamentais, para a habilitação, a



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

formação permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais da Educação Infantil.

17. Garantir o atendimento das populações do campo, indígenas e dos povos das águas, assegurando as especificidades das respectivas comunidades e implementação de projetos pedagógicos específicos.

18. Assegurar a articulação, com as áreas da saúde e assistência social, o desenvolvimento de programas de orientação e apoio às famílias em caráter complementar, visando o acompanhamento e desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1. Estratégias

1. Garantir, no prazo de dez anos, a partir da vigência desse Plano, a toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, o acesso ao Ensino Fundamental em nove anos, preferencialmente, com o atendimento de matrículas nas proximidades da residência do aluno.
2. Garantir, a partir da vigência desse Plano, o acesso e permanência na escola de toda a população indígena de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, respeitando as suas particularidades.
3. Garantir apoio técnico e pedagógico para elaboração e atualização dos projetos pedagógicos, considerando as orientações curriculares nacionais para as escolas indígenas.
4. Equipar até 2019, e manter atualizado, o acervo das bibliotecas escolares com livros técnicos e didático-pedagógicos em quantidade suficiente para atender às necessidades dos professores em correspondência às exigências disciplinares, interdisciplinares e eixos curriculares do ensino fundamental.
5. Assegurar o fornecimento de materiais didáticos pedagógicos, livros didáticos e paradidáticos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional nas escolas indígenas.
6. Informatizar as bibliotecas escolares com recursos de multimídias, tecnologias educacionais e pedagógicos apropriados aos processos de ensino-aprendizagem, de modo a ampliar o potencial técnico, científico e tecnológico de professores e alunos.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

7. Ampliar, em cinco anos, o número de laboratórios de informática nas unidades escolares, assegurando o acesso à informática a todos os alunos do Ensino Fundamental, mantendo no mínimo um laboratório por escola, considerando ainda, a manutenção permanente desses equipamentos.
8. Equipar, no prazo de três anos da vigência desse Plano, as escolas unidocentes com, no mínimo, três computadores e um recurso multimídia (data show), de modo a possibilitar inovações metodológicas no processo de ensino-aprendizagem.
9. Equipar, até 2016, as escolas com materiais pedagógicos necessários à alfabetização, letramento e processos lógico-matemáticos, em quantidade suficiente para atender todas as classes do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como, o acompanhamento dos resultados.
10. Promover anualmente, processo avaliativo para aferir a alfabetização das crianças e a partir dos resultados, estimular as escolas a um processo interno de autoavaliação do rendimento escolar das crianças em processo de alfabetização na idade recomendada.
11. Incentivar a participação da comunidade na gestão das escolas, promovendo apoio técnico aos conselhos escolares ou equivalentes, que tenham como foco o acompanhamento e monitoramento dos processos educativos, projetos e a devida aplicação dos recursos públicos.
12. Estabelecer e fortalecer os mecanismos de parcerias com o Ministério Público, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, associações e entidades de classes, visando uma melhor relação escola-família-comunidade na busca de melhor desempenho dos alunos, sobretudo, na busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola.
13. Fomentar a elaboração e execução de projetos, a partir da realidade escolar, que tenham como finalidade desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem de maneira articulada com as atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades de todos os níveis e modalidades de ensino.
14. Implantar e implementar Programas Educacionais que priorizem ações de educação ambiental no âmbito escolar e das comunidades indígenas na perspectiva da qualidade de vida e manejo adequado dos bens da natureza.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

15. Ampliar as escolas dotando-as de novas salas de aula, bibliotecas, laboratórios de ciência e informática, salas de leitura, sala de vídeo, auditório para escolas de grande porte, quadras esportivas para escolas de grande porte e salas específicas para reforço escolar.
16. Assegurar a homologação de calendário escolar diferenciado em observância às especificidades de cada comunidade indígena.
17. Garantir a todos os alunos da zona rural transporte escolar, por meio do regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, de forma a atender à escolarização no Ensino Fundamental na idade recomendada.
18. Assegurar o desenvolvimento de um programa de alimentação escolar equilibrada, garantindo aos alunos do Ensino Fundamental, níveis calóricos-proteicos correspondentes à faixa etária, considerando as diversidades alimentares tradicionais, em respeito às características locais e regionais.
19. Adequar 50% dos espaços escolares até 2020 e os demais 50% até o final da vigência desse Plano, garantindo condições de acessibilidade e atendimento às pessoas com deficiências, transtornos globais, altas habilidades ou superdotação.
20. Garantir, até 2020, a inclusão e a permanência dos alunos com deficiências, transtornos globais, altas habilidades ou superdotação, em todas as escolas do ensino fundamental, assegurando equipamentos e recursos didático-pedagógicos compatíveis às respectivas condições.
21. Normatizar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, e a adequação do calendário escolar, de acordo com as especificidades geográficas e culturais.
22. Efetivar, a partir da vigência desse Plano, políticas de formação inicial e continuada para professores, gestores e profissionais de apoio, em atendimento às áreas do Ensino Fundamental e necessidades técnicas compatíveis com o desenvolvimento do trabalho escolar.
23. Garantir, a partir da vigência desse Plano, formação continuada para os profissionais da educação, por meio de cursos que enfoquem o conhecimento e a compreensão das leis que regem a educação e a administração pública.
24. Autorizar, a partir do segundo ano da vigência desse Plano, somente o funcionamento de Instituições de Ensino Fundamental, públicas ou privadas, cujas infraestruturas atendam às normas



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26

de acessibilidade e estejam em consonância com o Programa Nacional de Construção e Reestruturação de Escolas.

25. Garantir atendimento especializado aos alunos da Educação Básica.
26. Estabelecer parceria com os municípios, instituições e movimentos culturais, a fim de garantir, nos espaços escolares e não escolares, a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer, ampliando as oportunidades de aprendizagem extracurricular e assegurando que as escolas se tornem pólo de criação e difusão cultural.
27. Garantir, em regime de colaboração entre Estado e Municípios, assistência pedagógica aos professores do campo, indígenas e povos das águas, com oferta de programas e cursos de formação voltados à melhoria dos processos pedagógicos.
28. Ofertar programa de formação continuada para gestores, professores, técnicos e administrativo, com estudo de Libras/Braille, assegurando melhor atendimento aos alunos com deficiência.
29. Garantir a permanência e o sucesso escolar por meio de práticas inovadoras, que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos.
30. Estimular o acesso ao Ensino Fundamental em tempo integral, atendendo crianças em áreas de risco e vulnerabilidade social, desenvolvendo proposta pedagógica específica e atividades extracurriculares na área do esporte, lazer e cultura.
31. Assegurar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, populações itinerantes e pessoas com deficiências, com a produção de materiais didáticos específicos, aplicação de instrumentos de acompanhamento que considerem as especificidades, o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a alfabetização bilingue de pessoas surdas.
32. Implementar proposta curricular para o Ensino Fundamental com foco no processo pedagógico de alfabetização, escrita e letramento, garantindo até o final do terceiro ano, que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita em articulação à proposta curricular da pré-escola.
33. Instituir um processo de acompanhamento individualizado dos alunos com dificuldades de aprendizagem visando à permanência e o sucesso escolar.

3. ENSINO MÉDIO



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

3.1. Estratégias

1. Garantir, até 2020, atendimento a toda população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, o acesso ao Ensino Médio, objetivando a ampliação de oportunidades educacionais e progressiva escolarização dessa etapa.
2. Estabelecer, no prazo de 02 (dois) anos, a partir da vigência desse PEE, um plano de reorganização da oferta do Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, e distribuição territorial das escolas, atendendo a demanda populacional dos bairros e áreas adjacentes, de forma a garantir o acesso da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos nas proximidades de suas residências.
3. Ampliar a jornada escolar para, no mínimo, sete horas diárias, objetivando expandir a escola de tempo integral, com proposta pedagógica diferenciada para atender o currículo formal, atividades extracurriculares e de reforço escolar, garantindo a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva integrada ao currículo escolar.
4. Equipar, informatizar e manter atualizado o acervo das multitecas/bibliotecas escolares com livros técnicos e didático-pedagógicos, em quantidade suficiente, para atender as necessidades dos alunos e professores em correspondência às exigências disciplinares, interdisciplinares e eixos curriculares do Ensino Médio.
5. Autorizar, a partir do segundo ano da vigência desse PEE, somente o funcionamento de instituições de Ensino Médio público ou privado, que sua infraestrutura atenda às normas de acessibilidade e esteja em consonância com o Programa Nacional e Reestruturação de Escola.
6. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, que se encontra fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude, estruturando e fortalecendo o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens na escola.
7. Assegurar, até o final da vigência desse PEE, que todas as escolas de Ensino Médio, especialmente as de tempo integral sejam contempladas com novas salas de aula, bibliotecas, laboratórios que atendam as áreas de química, física, biologia, línguas, matemática, informática, salas de leitura e vídeo.
8. Atender todas as escolas de Ensino Médio com profissionais habilitados e capacitados para atuar nas salas temáticas, laboratórios de informática e de ciências, garantindo a renovação do



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática.

9. Expandir, na rede pública, as matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades do sistema prisional, das populações do campo, das águas, das florestas, das comunidades indígenas e das pessoas com deficiência, de forma a estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

10. Desenvolver e disseminar programas e conteúdos em ferramentas de Educação a Distância (EAD), para suporte e apoio das atividades curriculares do Ensino Médio, organizando, de maneira flexível e diversificada, os conteúdos obrigatórios e temas transversais articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens e tecnologias.

11. Incentivar a parceria entre as escolas e os órgãos de fomento, visando apoio técnico e financeiro, que possibilite aos professores e aos alunos do Ensino Médio a prática de pesquisa científica e tecnológica para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizado.

12. Instituir, em 02 (dois) anos, a partir da vigência desse Plano, programas e ações de correção de fluxo do Ensino Médio, por meio de acompanhamento individualizado dos resultados e corrigir as distorções de aprendizagem/série, promovendo a eficiência e a equidade na oferta em todos os Municípios do Estado.

13. Fomentar a criação do Fórum do Ensino Médio em articulação com a sociedade civil organizada, de modo a acompanhar as políticas públicas de desenvolvimento e expansão desta etapa.

14. Assegurar, nos programas de ensino dos eixos tecnológicos, que os temas transversais sejam desenvolvidos como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

15. Desenvolver no currículo, experiências pedagógicas que articulem programas entre as áreas da educação, saúde, esporte, assistência social, cultura, educação ambiental e fiscal, empreendedorismo visando o fortalecimento da identidade do educando e preparação para o mundo do trabalho.

16. Prover as unidades escolares com recursos materiais e equipamentos visando manter a equidade no atendimento, considerando a diversidade da demanda das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesau - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

17. Instituir e implantar sistema de avaliação do Ensino Médio, tomando como referência o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para subsidiar as ações de acompanhamento e monitoramento dos indicadores de qualidade e subsidiar as políticas públicas da educação básica, garantindo o processo de reestruturação curricular que atenda às necessidades e avanços demandados pelo mundo contemporâneo.

18. Incentivar a participação de alunos, professores e comunidade em geral em encontros científicos nacionais e internacionais, feiras de ciências e em programas de incentivo às experiências inovadoras.

19. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola dos adolescentes que se encontram em regime de liberdade assistida, em situação de risco e vulnerabilidade social, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

20. Instituir políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, étnica, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra as formas associadas de exclusão social, através de parcerias com demais entidades públicas.

21. Promover, em parceria com instituições de ensino, formação continuada dos docentes, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, tendo como referência o currículo do Ensino Médio, contemplando, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologias, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos, laboratórios, produção de material didático específico.

4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.1. Estratégias

1. Assegurar que, até o quinto ano de vigência desse PEE, até o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e até o percentual de 50% (cinquenta por cento), do nível desejável.

2. Assegurar que, no último ano de vigência desse PEE, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesau - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, até o percentual mínimo de 80% (oitenta por cento), do nível desejável.

3. Elaborar, até o terceiro ano de vigência desse Plano, instrumentos de autoavaliação das escolas de Educação Básica, que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

4. Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do IDEB, assegurando estratégias de apoio técnico pedagógico e financeiro para a melhoria dos resultados e da gestão educacional, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média, diminuindo a diferença entre as escolas.

5. Definir, até o terceiro ano de vigência desse Plano, indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, garantindo equidade da aprendizagem escolar e que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação.

6. Assegurar a edição da produção de materiais didáticos, que reflitam as realidades sociolinguísticas, a oralidade e os conhecimentos dos povos indígenas, bem como a publicação e difusão.

7. Criar mecanismos para selecionar, certificar e divulgar, práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

8. Manter atualizado o acervo das bibliotecas escolares indígenas com livros técnicos, e didático-pedagógicos em quantidade suficiente para atender às necessidades dos professores em correspondência às exigências disciplinares, interdisciplinares e eixos curriculares do Ensino Fundamental indígena.

9. Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante regime de colaboração entre Estado e Município, visando reduzir a evasão escolar e aumentar o índice de conclusão dos estudos na idade certa.

10. Oferecer e garantir progressivamente, de acordo com a realidade dos municípios, o atendimento em tempo integral, de forma a atender no mínimo 25% dos alunos da Educação Básica, no último ano de vigência desse Plano.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesau - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

11. Garantir, no último ano da vigência desse Plano, a oferta da Educação em tempo integral a 50% das escolas públicas, projetos políticos pedagógicos específicos e infraestrutura física adequada para o atendimento das crianças e jovens na escola durante no mínimo 7 (sete) horas de trabalho efetivo, respeitando as especificidades de comunidades do campo, indígenas, povos das águas, povos das florestas.

12. Estabelecer, no prazo de um ano, Programa Estadual de Formação dos Profissionais Docentes e não Docentes para atendimento e oferta das atividades curriculares e extracurriculares das escolas em tempo integral, a partir da implantação do PEE, forma de garantir o tempo de permanência e sucesso dos alunos na escola.

13. Instituir um programa de acompanhamento permanente dos alunos da Educação Básica, para identificar o aproveitamento escolar, investir em ações de correção, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica - SAEB, pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

14. Garantir o acesso das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento em tempo integral e, sem prejuízo do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar ofertando em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

15. Instituir programa de construção de escolas com padrão arquitetônico, considerando as particularidades de cada instituição escolar e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou caracterizadas como comunidades de vulnerabilidade social.

5 EDUCAÇÃO SUPERIOR

5.1 Estratégias

1. Mapear a demanda de formação de pessoal em Nível Superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do Estado, objetivando ações planejadas e coordenadas entre as IES públicas, de forma a otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesau - 24/06/2015 10:18:26



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesau - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

2. Assegurar nas IES públicas, acesso, permanência à população indígena, do campo e ribeirinhas na Educação Superior, adequando-as de acordo com necessidades e especificidades por eles demandadas.
3. Ampliar a oferta de vagas gratuitas, presencial e a distância, considerando a população na idade de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, visando uniformizar o atendimento em todos os municípios e diminuir o desvio de matrícula.
4. Ofertar, no mínimo, um tempo das vagas em cursos noturnos e elevar gradualmente a taxa de conclusão média nos cursos de Graduação para 90% (noventa por cento).
5. Institucionalizar processos seletivos em locais diferenciados para acesso à Educação Superior como forma de superar os exames vestibulares isolados, ampliando a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos, mediante a adoção de políticas afirmativas na forma da lei.
6. Efetivar políticas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de Graduação e Pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de Nível Superior.
7. Ampliar em todos os municípios, a oferta de cursos de Graduação e Pós-graduação, prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, especialmente nas áreas de maior necessidade de professor, e atender o déficit de profissionais nas áreas específicas por localidade.
8. Assegurar programas de ação afirmativa para pessoas com deficiências, negros, indígenas, povos das águas e da floresta, de diferentes orientações sexuais, dentre outros, o acesso e permanência ao Ensino Superior, assegurando-lhes programas de apoio e permanência aos estudantes.
9. Assegurar à população indígena, a diversidade de oferta da educação escolar, ampliando as possibilidades de acesso ao Ensino Fundamental e Médio, Ensino de Jovens e Adultos - EJA, de acordo com a demanda identificada e a necessidade das comunidades.
10. Fomentar políticas públicas que incentivem as instituições estaduais a implantar e desenvolver ações de Educação a Distância, especialmente, para atender as necessidades de formação e qualificação dos profissionais da Educação Básica.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

11. Avaliar a melhoria da qualidade dos cursos de Graduação, referenciando aos indicadores obtidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, estimulando o fortalecimento das comissões próprias responsáveis pelo processo de autoavaliação, com vistas à reorientação das dimensões a serem fortalecidas.
12. Fomentar, junto às instituições de Ensino Superior, políticas de formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos, que contemplam as particularidades de práticas pedagógicas voltadas para a Educação Inclusiva, atendimento ao Sistema Prisional, comunidades itinerantes, do campo, povos das águas, das florestas e indígenas.
13. Implantar, através do Órgão Regulador do Sistema Estadual, programa de avaliação institucional da Educação Superior Estadual, assegurando a divulgação dos resultados para que o processo tenha caráter público.
14. Ampliar a capacidade física e de recursos humanos da IES estadual para garantir atendimento aos professores da Educação Básica, nos cursos de Pós- Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, assegurando padrão de qualidade acadêmica, sobretudo no processo de formação e realização de pesquisa.
15. Assegurar o afastamento dos profissionais em educação para capacitação em cursos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.
16. Incentivar que as IES públicas e privadas realizem intercâmbio científico e tecnológico, para impulsionar as atividades de pesquisa e ações de extensão voltadas para as áreas de necessidades do Estado, e particularidades dos municípios.
17. Efetivar, em regime de colaboração, ações e programas emergenciais para a oferta de cursos de Graduação nos municípios, visando à redução das desigualdades locais e favorecer o acesso das populações do campo, dos povos indígenas, comunidades tradicionais, povos das águas, povos da floresta, em programas de Pós-graduação *lato sensu*.
18. Identificar, a partir da vigência desse Plano o envolvimento das instituições de pesquisa e demais organismos do Estado, a vocação de cada município com o objetivo de organizar cursos e outras atividades formadoras capazes de suprir a demanda de pessoal qualificado para o desempenho das tarefas sociais.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

19. Ampliar, progressivamente, as vagas em cursos noturnos, principalmente nas áreas que apresentem maior possibilidade de absorção de pessoal qualificado, com o objetivo de ampliar as possibilidades de trabalho para a população mais jovem.
20. Estabelecer, a partir da vigência desse Plano, parcerias com as Instituições de Ensino Superior, para a oferta de programas de aperfeiçoamento didático-pedagógicos destinados aos professores graduados, especialmente nas Áreas de: Língua Portuguesa, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
21. Estimular o desenvolvimento de políticas intersetoriais de modo a garantir e apoiar as IES, a oferta de vagas nos cursos de Nível Superior que propiciem o exercício da cidadania, e a melhoria da qualidade de vida, inclusive para pessoas na terceira idade.
22. Assegurar a autonomia universitária nas dimensões administrativa, acadêmica, patrimonial e de gestão financeira da IES estadual vinculado à democracia interna, alcançada na tomada de decisão pelos órgãos colegiados regimentais e no acompanhamento e controle social, por meio da prática de prestação de contas e processo permanente de avaliação institucional interna e externa.
23. Garantir recursos estaduais para ampliar o desenvolvimento de programa de iniciação científica, de bolsas de monitoria, extensão e estágios para alunos da IES pública estadual.
24. Assegurar que as IES públicas do Sistema Estadual de Educação Superior sejam equipadas com material didático e tecnologias modernas, de modo a colocá-los a serviço dos professores e acadêmicos.
25. Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, ensino, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.
26. Criar mecanismos para ocupação das vagas ociosas em cada período letivo nas IES públicas, visando o ingresso de pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar através do processo do vestibular, inclusive pessoas da terceira idade.
27. Elevar o padrão de qualidade da IES estadual, direcionando sua atividade, de modo que possa efetivamente realizar a pesquisa institucionalizada, articulada a programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

28. Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do Estado, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Ensino Superior (IES) e demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), estimulando a participação de professores e alunos em diferentes projetos.
 29. Apoiar projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica que visem ao desenvolvimento e formação de recursos humanos que valorize a diversidade local e regional e a biodiversidade da região amazônica voltados para geração de emprego e renda na região.
 30. Criar por meio de políticas públicas, ações estratégicas que visem ampliar o sucesso de alunos provenientes da Educação Básica pública, para ingresso no Ensino Superior, através da oferta de cursos preparatórios para o vestibular.
- 6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA**
- 6.1 Estratégias**
- 1 Realizar diagnóstico da demanda de jovens, adultos e idosos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, mapeando a população não escolarizada ou com baixa escolaridade para subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nos diversos segmentos da EJA.
 - 2 Implementar e ampliar, em parceria com os municípios, programas de alfabetização gratuita na modalidade EJA, visando erradicar o analfabetismo absoluto no Estado.
 - 3 Garantir a execução das políticas e estratégias que assegurem o direito ao acesso e à permanência do jovem, adulto e idoso na escola com a efetivação de ações que garantam mecanismos preventivos à evasão, visando à continuidade da escolarização básica.
 - 4 Ampliar a oferta de vagas na modalidade EJA em todos os municípios, levando em consideração as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, bem como projetos educativos que atendam às necessidades dos estudantes trabalhadores ou que vivem do trabalho.
 - 5 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional em cursos planejados de acordo com as características do público, considerando as especificidades das populações itinerantes, do campo, indígenas, sistema prisional, da floresta e das águas, inclusive na modalidade de Educação a Distância.
 - 6 Implantar e implementar a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio, articulada com a Educação Profissional, nas áreas urbanas, rural, comunidades indígenas e sistema prisional, oportunizando o acesso, permanência e a conclusão da Educação Básica e a inserção do jovem, adultos e idosos no mundo do trabalho.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

7 Fortalecer a política de diálogo entre sociedade civil organizada, Secretaria do Estado de Educação - SEED/RR, Secretarias Municipais de Educação, Fóruns de Educação, Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUC, instituições privadas e IES, criando mecanismos de participação efetiva no processo de decisão das propostas educativas da EJA e processos de formação de professores.

8 Avaliar, de dois em dois anos, a partir da vigência desse Plano, a proposta curricular desenvolvida pelas escolas, garantindo a readequação dos objetivos propostos e melhoria desta modalidade de ensino.

9 Fomentar políticas públicas intersetoriais que garantam a todos os alunos da EJA a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, como também acesso às ferramentas de informática e à utilização de *internet* para realização de atividades intra e extraclasses.

10 Garantir a aquisição de acervo de literatura e livros didáticos específicos para compor as bibliotecas das instituições e organizações que atuam com Educação de Jovens e Adultos, bem como, livros técnicos para subsidiar as ações de formação e autofornecimento dos professores.

11 Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores da EJA, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura condizente com a faixa etária desses alunos.

12 Estabelecer canal de informação entre as Secretarias de Educação estadual e municipais, com a implantação de um sistema de rede integrada para subsidiar o trabalho de acompanhamento, monitoramento e avaliação das escolas que ofertam esta modalidade de ensino.

13 Articular as políticas educacionais com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem, adulto e idoso trabalhador o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego e renda, assistência à saúde e outras medidas que possibilitem a permanência na escola.

14 Realizar, a cada dois anos, avaliação para aferir os índices de aprendizagem e domínio das competências e habilidades básicas de leitura e escrita dos jovens e adultos com 15 (quinze) anos ou mais inseridos em programas de alfabetização.

15 Estabelecer políticas públicas que facilitem parcerias com entidades governamentais e não governamentais, para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade e redes de ensino, para o desenvolvimento de projetos que visem à erradicação do analfabetismo no Estado.

16. Assegurar, a partir da aprovação desse Plano, recursos para as ações de planejamento, execução e acompanhamento da avaliação da Educação de Jovens e Adultos.

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121/9930 / 2121/9932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

17. Incentivar a promoção de programas, cursos dirigidos aos jovens, adultos e idosos, por meio de ações articuladas de maneira intersetorial, interinstitucional, intergovernamental, visando a melhoria da aprendizagem escolar.

18. Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

19. Criar um centro integrado para atender os alunos da EJA, principalmente os idosos, pessoas com deficiências (público alvo da Educação Especial), pessoas privadas de liberdade e medidas socioeducativas, visando proporcionar sua inserção na sociedade, seu exercício na cidadania e sua qualidade de vida.

20. Garantir a oferta de exames de certificação de conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio com participação gratuita.

21. Promover busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados excluídos, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

22. Garantir políticas públicas para os jovens, adultos e idosos com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo e acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas da terceira idade nas escolas.

23. Garantir programas de reestruturação e aquisição de mobiliários e equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

24. Garantir a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura, da cidadania e da biodiversidade amazônica, de forma a organizar o tempo e os espaços pedagógicos, adequados às características desses alunos.

25. Promover a realização de eventos com a participação de professores e alunos da EJA, visando à socialização de experiências inovadoras, à divulgação de trabalhos didáticos e científicos como uma forma de valorizar as produções do público da EJA, elevar a sua autoestima e motivar os alunos.

26. Garantir a capacitação e formação continuada de todos os profissionais de educação que atuam na EJA.

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121/9930 / 2121/9932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Estratégias

1. Promover, em parceria com os órgãos públicos de assistência social, saúde, a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens fora da escola garantindo a inclusão de todos no ensino regular e o atendimento educacional especializado.

2. Garantir acesso e permanência dos alunos indígenas na Educação Básica, atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

3. Garantir, nos dez anos de vigência desse Plano, as condições estruturais, político-pedagógicas e financeiras para implementação e concretização da Educação Inclusiva, assegurando o acesso e a permanência na escola dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação na Educação Básica e na Educação Superior.

4. Apoiar ações estratégicas implementadas pelos municípios para universalizar, até ao final da vigência desse Plano, a oferta da Educação Infantil e programas de estimulação precoce efetivados em parceria com as áreas da saúde e assistência social.

5. Garantir atendimento especializado em todos os municípios, implantando até 2018, Centros de Atendimento Especializado com profissionais qualificados e capacitados em atenção às peculiaridades de cada deficiência, identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

6. Priorizar, nos dez anos de vigência desse Plano, o acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, inclusive através de parcerias entre os municípios, provendo, quando necessário, transporte escolar acessível aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção.

7. Assegurar e ampliar o acesso à escolarização a todas as pessoas com deficiências em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, disponibilizando os diversos apoios pedagógicos especializados, bem como as flexibilizações curriculares requeridas pelo processo educacional especializado, garantindo a aceleração da escolaridade aos alunos com altas habilidades ou superdotação, de acordo com o seu desempenho escolar, implementados pela Educação Especial.

8. Garantir que as escolas de Educação Básica e instituições de Educação Superior sejam equipadas com tecnologias assistivas – (de grande, médio e pequeno porte, conforme definidas em



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121/9930 / 2121/9932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26

se



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

documentos oficiais) –, de informação e comunicação, que garantam a acessibilidade curricular aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, de acordo com suas peculiaridades de aprendizagem, comunicação e locomoção.

9. Garantir a acessibilidade ao currículo do ensino regular aos alunos surdos, através da presença obrigatória do professor bilingue em Língua Portuguesa na modalidade escrita/Libras, da Educação Infantil até as séries iniciais do Ensino Fundamental, e Tradutor/Intérprete de Libras nas séries finais do Ensino Fundamental, junto ao professor regente da Educação Básica e do Ensino Superior, para o aluno surdo com domínio em Libras.

10. Implantar e implementar, até 2019, salas de recursos multifuncionais em todas as escolas do ensino regular com matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para o atendimento educacional especializado, produção de materiais acessíveis aos alunos com deficiência assegurando, a cada um, a possibilidade de pleno desenvolvimento dando-lhes igualdade de acesso e permanência no Ensino Básico e Superior.

11. Garantir transporte escolar adaptado aos alunos com limitações físicas e mobilidade reduzida, de modo a viabilizar a permanência no processo de escolarização, inclusive para as atividades extracurriculares.

12. Articular o desenvolvimento de ações intersetoriais para constituição de redes de apoio à inclusão, visando favorecer o atendimento educacional especializado, à preparação para o trabalho, a melhoria da qualidade de vida e, consequentemente, o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

13. Garantir a Educação Básica e Superior, recursos e serviços para a promoção da acessibilidade, nas comunicações, nos sistemas de informações, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive, nos processos avaliativos integrantes do processo ensino – aprendizagem.

14. Fomentar e apoiar as IES nas atividades de pesquisa e extensão que visem à promoção da inclusão escolar, experiências curriculares inovadoras que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, de gestão e avaliação na perspectiva de uma educação inclusiva e de respeito à diversidade.

se



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gabinete.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121/9930 / 2121/9932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

15. Normatizar as funções de tradutor/intérprete de Libras, guia-intérprete e do cuidador educacional para auxiliar alunos nas atividades didáticas pedagógicas, de higiene, alimentação e locomoção no cotidiano escolar e outras que tiverem necessidade de apoio constante.

16. Estabelecer condições para a inclusão das crianças indígenas com deficiência, com apoio de cuidador, definindo o número máximo de crianças por sala, material pedagógico adaptado, espaço físico acessível, orientação, supervisão e alimentação.

17. Garantir a presença do tradutor/intérprete, do guia-intérprete para as salas do ensino regular com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, de modo a viabilizar a permanência do aluno no processo de escolarização.

18. Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil, Fundamental e Médio, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e fornecer apoio adequado às crianças, jovens e adultos da Educação Especial.

19. Fortalecer, por parte das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, os mecanismos de monitoramento, acompanhamento e assessoria pedagógica às escolas da Educação Básica, como forma de apoiar o trabalho dos professores com alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

20. Apoiar e articular parcerias entre as redes de ensino para a promoção de eventos científicos e pedagógicos para socialização de experiências educacionais que contribuam com a produção de novos conhecimentos, práticas inovadoras que visem o fortalecimento do processo de inclusão escolar.

21. Instituir, a partir do primeiro ano de vigência desse Plano, um fórum permanente para discussão, acompanhamento das políticas da Educação Inclusiva, especialmente, definir os indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão a serem implementadas para o funcionamento das instituições públicas e privadas.

22. Garantir recursos orçamentários específicos para os Centros de Referências para a implementação e manutenção das salas de recursos multifuncionais e acessibilidade, visando à inclusão escolar dos alunos das escolas públicas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todos os níveis, etapas e modalidades.

23. Garantir às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação oportunidades de acesso, à Educação de Jovens e Adultos.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

24. Promover, em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Universidades, Organizações de Entidades Cooperativas (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR, SEBRAE, SEST, SENAT e SECOOP), Cooperativas e Associações, programas de capacitação tecnológica das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação favorecendo a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

25. Instituir e normatizar, no prazo de um ano, a partir da vigência desse Plano, a organização do atendimento aos estudantes com transtornos funcionais específicos por meio do Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Dislexia, Dislalia, Disgrafia, Discalculia, Disortografia, Transtorno de Conduta e Distúrbio do Processamento Auditivo Central - DPAC), de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação específica.

8. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

8.1. Estratégias

1. Mapear em regime de colaboração setorial com os municípios, a demanda de Educação Profissional Técnica, em nível médio, visando à expansão do atendimento, o ordenamento territorial, sua vinculação com os arranjos produtivos, sociais, culturais e a interiorização da oferta mediante a criação de um Fórum permanente de Educação Profissional do Estado de Roraima.

2. Expandir as matrículas da Educação Profissional, na modalidade técnica integrada ao Ensino Médio, preferencialmente, no segmento público, garantindo acesso, permanência dos alunos, inclusive, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

3. Estabelecer parcerias entre os sistemas federal, estadual, municipais e iniciativa privada, para ampliar e incentivar a oferta de Educação Profissional em todos os níveis e modalidades, inclusive, ampliação das oportunidades ao sistema prisional.

4. Garantir a oferta de cursos profissionais técnicos destinados a atender à população, com ações conjugadas para elevação da escolaridade, dando-lhe condições de acesso e permanência na escola.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

5. Garantir, às instituições que oferecem Educação Profissional integrada ao nível médio, infraestrutura, recursos financeiros e humanos qualificados e a construção de ambientes pedagógicos próprios a cada curso visando acesso, permanência na escola.

6. Garantir parcerias para a oferta de Educação Profissional integrada ao nível médio na modalidade à distância, de forma gratuita, preferencialmente no segmento público, com a finalidade de ampliar o acesso àqueles que não tiveram oportunidade na idade certa, assegurando-lhes permanência na escola.

7. Assegurar a oferta do estágio supervisionado aos alunos da Educação Profissional Técnica, garantindo a relação teoria - prática nas diferentes áreas de conhecimento, como também a preparação para o mercado de trabalho, sendo o acompanhamento, responsabilidade das instituições promotoras da formação.

8. Efetivar parceria com entes federados, visando assegurar projetos e programas de Educação Profissional Técnica, que permitam aos alunos que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio obter formação equivalente.

9. Ampliar e expandir a oferta de Educação Profissional Técnica nas instituições públicas e privadas de formação técnica de nível médio, de forma a atender aos jovens, adultos e idosos, priorizando a população das áreas ribeirinhas, indígenas e do campo, como também os privados de liberdade, reduzindo assim, as desigualdades étnico-raciais e regionais, levando em consideração suas especificidades, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas na forma da lei.

10. Realizar parcerias com instituições públicas e privadas para implantação de sistema integrado de informações, que atenda a Educação Profissional Técnica, visando o conhecimento da oferta, permanência do aluno na escola, para organização de banco de dados sobre a inserção do egresso no mundo do trabalho, junto às entidades empresariais e trabalhistas.

11. Estabelecer a permanente revisão e adequação dos projetos dos cursos básicos, técnicos e superiores da Educação Profissional, observando as tendências no mundo do trabalho, reorganizando os projetos em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas, apoiando-se em análise de desenvolvimento do mercado e perspectivas as novas profissões.

12. Garantir uma escola de referência para toda a rede de Educação Profissional, principalmente em matéria de desenvolvimento de práticas metodológicas inovadoras.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

13. Criar sistema próprio de avaliação como fonte de informação da qualidade da Educação Profissional e para orientação das políticas educacionais e reorganização dos sistemas educativos.

14. Garantir a melhoria da infraestrutura das escolas da Educação Profissional, dotando-as de equipamentos e recursos de multimídias, tecnologias educacionais e pedagógicas, espaços físicos adequados para atendimento às pessoas com deficiência.

15. Proporcionar oportunidades de formação, qualificação, empreendedorismo e inovação tecnológica a jovens e adultos, nos diferentes níveis profissionais, necessários para o crescimento e o desenvolvimento dos diversos setores da economia local.

16. Fomentar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

17. Ampliar as possibilidades e atividades pedagógicas nos cursos de Educação Profissional, visando favorecer o atendimento às pessoas com deficiências e sua inserção no mercado de trabalho.

18. Realizar fóruns de estudos sobre a legislação que regulamenta as respectivas profissões, criação de conselhos escolares e debates para identificar demanda por área da Educação Profissional, tendo em vista o seu atendimento e as devidas adaptações curriculares exigidas pelo núcleo de trabalho, nos níveis técnicos e tecnológicos.

19. Ampliar e manter atualizado o acervo das bibliotecas escolares, com livros técnicos e didático-pedagógicos em quantidade suficiente para atender as necessidades dos docentes e discentes em correspondência às exigências disciplinares, interdisciplinares e eixos curriculares do Ensino Profissional Integrado.

20. Assegurar espaços sociais para fomentar o potencial empreendedor dos jovens e adultos, bem como, o incentivo a programas que apoiem o desenvolvimento de ideias inovadoras.

21. Garantir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada na modalidade de jovens e adultos.

22. Incentivar o desenvolvimento de Programas de Educação Profissional na modalidade presencial, de forma a viabilizar e democratizar o acesso à educação.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@leg.gov.br
Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932
jose.issa - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

23. Fomentar a participação dos docentes das redes pública estadual e municipal que atuam na Educação Profissional, na produção de material didático e paradidático.

24. Incentivar as escolas de Educação Profissional, que desenvolvam eventos científicos, com o intuito de dar suporte aos arranjos produtivos locais e apresentar soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

25. Assegurar uma prática pedagógica voltada para a formação humana com oportunidades apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do aluno trabalhador.

26. Garantir no processo formativo dos cursos de Educação Profissional a inclusão de conteúdos e procedimentos didático-pedagógicos, mediados através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

27. Implantar programa de levantamento e avaliação do aproveitamento e continuidade dos estudos dos alunos matriculados na modalidade de Educação Profissional de Nível Técnico.

28. Oportunizar a participação dos profissionais que atuam na Educação Profissional em programas de capacitação e aperfeiçoamento, bem como, oportunizar grupos de estudos nas escolas, contemplando todos os trabalhadores da escola, de maneira a garantir formação continuada.

10. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

10.1. Estratégias

1. Fazer levantamento da demanda de jovens, adultos e idosos sem escolaridade, principalmente nas áreas ribeirinhas, indígenas, do campo, visando oferta da Educação a Distância em todos os níveis e modalidades de ensino e da educação continuada.

2. Promover, em regime de colaboração com os municípios e Instituições de Nível Superior, programas e projetos de educação na modalidade à distância em todos os níveis e modalidades de ensino.

3. Garantir, a partir da aprovação desse plano, programas e projetos de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, através da modalidade à distância, para jovens, adultos e idosos,



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@leg.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

principalmente os das áreas ribeirinhas, indígenas e do campo e em situações de vulnerabilidade social.

4. Assegurar aos jovens, adultos e idosos do Ensino Médio na modalidade à distância, de forma que atenda à demanda levantada.

5. Garantir a utilização dos canais educativos televisivos e radiofônicos locais, assim como redes telemáticas de educação, para a disseminação de programas educativos e culturais, que contemplem a diversidade, assegurando às escolas e às comunidades assistidas, condições básicas de acesso e meios tecnológicos.

6. Implementar os pólos de EAD nos municípios com recursos tecnológicos para veiculação de Cursos a Distância em educação formal e informal, para a garantia de atendimento inclusive nas áreas de difícil acesso, promovendo condições de acesso à rede de Internet.

7. Assegurar a partir da aprovação desse PEE, a implantação de bibliotecas com acervo bibliográfico adequado para subsidiar estudos e pesquisas nos cursos de Educação a Distância para gestores, professores, técnicos, administrativos e alunos das escolas da rede pública de ensino, assim como, equipamentos, mobiliários e materiais de consumo para as bibliotecas e salas informatizadas, de acordo com os padrões mínimos estabelecidos.

8. Incentivar institucionalmente a pesquisa em Educação a Distância com alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, principalmente os da Educação Básica.

9. Criar em regime de colaboração entre Estado e Municípios um sistema de controle e avaliação dos programas e projetos de Educação a Distância, visando o alcance dos padrões de qualidade, bem como a garantia dos espaços físicos adequados.

10. Apoiar e garantir recursos para a realização de eventos científicos e pedagógicos visando à atualização e aprofundamento em processos da EAD e tecnologias educacionais.

11. Garantir nos pólos de EAD, equipamentos adaptados a portadores de deficiência, assegurando o pleno acesso à educação formal.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@leg.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

11. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

11.1. Estratégias

1. Garantir que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de Nível Superior, obtida em cursos de Licenciatura na área do conhecimento de atuação.

2. Assegurar formação contínua e permanente aos profissionais da Educação Básica e suas modalidades, considerando a oferta e inserção dos professores nos processos formativos permanentes definidos das diretrizes e necessidades identificadas.

3. Garantir aos professores da Educação Básica o acesso e a permanência em cursos de formação inicial e continuada, em correspondência à área de atuação e especificidades e suas modalidades da Educação Especial, Indígena, EJA, bem como, a atenção às necessidades do campo e áreas ribeirinhas.

4. Implantar e implementar programa de formação continuada para os profissionais da educação na modalidade Educação a Distância, a fim de possibilitar o acesso de todos nos processos formativos.

5. Fomentar e apoiar a efetivação de programa local de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura das IES públicas, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.

6. Assegurar, a partir da vigência desse Plano, cursos de formação inicial e continuada de professores indígenas, com projeto pedagógico diferenciado, estabelecendo parcerias com o Ministério da Educação, Instituições de Ensino Superior, de modo a atender as especificidades dos grupos étnicos existentes em Roraima.

7. Implementar, nos currículos dos cursos de Licenciaturas, processos pedagógicos inovadores que incorporem as tecnologias de informação e comunicação, em articulação a Base Nacional Comum correspondente à Educação Básica, articulando a formação geral, formação na área do saber e didáticas específicas.

8. Garantir as práticas de ensino e os estágios supervisionados nos cursos de formação de Nível Médio e Superior dos profissionais da educação, visando o trabalho sistemático de articulação



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@leg.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

entre a formação e as demandas da Educação Básica em correspondência às perspectivas, às recomendações legais e diretrizes curriculares nacionais;

9. Garantir e implementar programas específicos de formação em cursos de Licenciatura aos docentes da Educação Básica não licenciados ou licenciados atuando em áreas diversas da sua formação inicial;

10. Estabelecer, no prazo de 1 (um) ano de vigência desse PEE, um Plano de Ação para formação continuada dos profissionais da Educação Básica, promovendo parceria entre as IES, Secretarias de Educação Estadual e Municipais para a oferta de cursos em todos os municípios, fortalecendo, desta forma, o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios.

11. Definir, em parceria com os municípios e instituições de Ensino Superior, a oferta de Pós-Graduação em Nível de Especialização demandada pelas redes de ensino em atendimento às necessidades dos professores da Educação Básica pública.

12. Tomar como referência a prova nacional para docentes realizada por iniciativa do Ministério da Educação, para subsidiar o Estado e os Municípios na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da Educação Básica pública.

13. Instituir comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação.

14. Instituir, no prazo de 1 (um) ano, a partir da aprovação desse Plano, avaliações diagnósticas de desempenho dos docentes, baseadas nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais e no perfil profissional "ideal" para os docentes, objetivando subsidiar a Política de Formação Permanente e Continuada.

15. Assegurar políticas de formação continuada para todos os professores da Educação Básica e suas modalidades, ofertando cursos que envolvam conhecimentos sobre a educação para os direitos humanos, valorização e atenção às diferenças e atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

16. Instituir e implementar um programa de aquisição de livros técnicos, paradidáticos, de literatura e obras de referência, sem prejuízos de outros, a ser disponibilizados para uso dos professores da rede pública.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@leg.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
 jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

17. Garantir a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Superior destinados à formação dos profissionais não docentes e ampliação das oportunidades para participação em cursos de capacitação em serviços ofertados pelas redes de ensino em parcerias entre o Estado, Municípios, IES e Órgãos de regulação dos respectivos sistemas.

18. Promover cursos de capacitação continuada para todos os profissionais não docentes, por meio de programas específicos originários a partir de diagnóstico de identificação das necessidades formativas para melhor desempenho no trabalho.

19. Assegurar nos Planos Plurianuais e nas Diretrizes Orçamentárias do Estado e Municípios verbas compatíveis com as diretrizes, metas e responsabilidades do Plano de Formação Inicial e Continuada.

20. Promover Fóruns estaduais e municipais para profissionais em educação com a finalidade de discutir a responsabilidade desses profissionais na qualidade da educação.

21. Fortalecer, no Estado, cursos de formação na área de ciências da natureza, uso do laboratório de ciências da natureza e laboratórios de informática, para pesquisa e cursos de iniciação científica e tecnológica.

12. GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

12.1 Estratégias

1. Apoiar a constituição dos Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as Conferências Estaduais e Municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução desse PEE e ampla participação no processo de avaliação a cada dois anos.

2. Garantir, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento, de Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares e de Grêmios Estudantis assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação com os conselhos escolares por meio das respectivas representações.

3. Implementar mecanismos de democratização do espaço escolar, que viabilize a participação dos alunos, profissionais da educação e familiares na formulação e avaliação dos projetos político-pedagógicos, currículos, planos de gestão escolar e regimentos escolares.

4. Criar, até o quarto ano de vigência desse PEE, um Sistema de Avaliação Educacional próprio que envolva a participação dos pais e alunos na avaliação de docentes e gestores escolares,



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gubgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

tomando os resultados para orientar as decisões quanto a efetivação do trabalho de orientação e condução das políticas públicas por parte das respectivas redes de ensino.

5. Desenvolver programas de formação de gestores escolares, bem como aderir aos resultados da Prova Nacional Específica, a fim de subsidiar a definição de critérios para provimento da função.

6. Ampliar os mecanismos de participação da sociedade civil organizada nos processos de definição orçamentária e de gestão, aprimorando os procedimentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação visando à efetivação do processo de transparência da gestão e aplicação dos recursos públicos.

7. Criar e manter atualizado portal da transparência no âmbito da Secretaria Estadual publicizando a forma de aplicação dos recursos financeiros direto na escola objetivando o controle, fiscalização pela comunidade e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

8. Fortalecer a gestão da Secretaria Estadual, como unidade orçamentária, em conformidade com o art.69, da LDB nº 9394/96, com a garantia de que os gestores da Pasta sejam em áreas de despesas, com o devido acompanhamento, controle e fiscalização das ações pelos respectivos Tribunais de Contas e demais órgãos fiscalizadores.

9. Apoiar a realização de pesquisas voltadas para os processos de ensino, aprendizagem e avaliação na Educação Básica de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão dos saberes científicos e pedagógicos necessários à melhoria dos índices educacionais em todas as áreas do ensino e modalidades.

10. Assegurar, no orçamento anual, recursos para a modernização administrativa das unidades escolares, equipando-as com instalações físicas e mobiliárias adequadas e necessárias ao desempenho das atribuições escolares com qualidade.

11. Viabilizar ações de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica, principalmente os que atendem às populações privadas de liberdade, EJA, indígenas, povos das águas e das florestas; bem como os profissionais que atendem pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, ou superdotação.

12. Assegurar recursos financeiros para aquisição e manutenção de transporte escolar para o atendimento das crianças, jovens, adultos e idosos, especialmente os residentes em áreas de difícil acesso, assegurando a participação permanente nas atividades de classe e extraclasse.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gubgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

13. Apoiar as experiências didático-pedagógicas em alfabetização de crianças, jovens e adultos que constituam referência para a erradicação do analfabetismo no Estado.

14. Ampliar e consolidar as políticas de expansão da Educação Profissional, com ênfase no Ensino Médio integrado, na Educação Técnica, na formação de professores e no desenvolvimento da pesquisa e da inovação, considerando as necessidades produtivas, sociais e de inserção no mundo do trabalho.

15. Garantir suporte técnico para a criação e manutenção de sítios informativos e interativos entre as unidades escolares das respectivas redes de ensino e órgãos gestores, com vistas à socialização e integração dos dados socioeducacionais.

16. Garantir o desenvolvimento das políticas de inclusão e permanência na escola de adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida, em situação de risco ou vulnerabilidade social, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

17. Garantir recursos financeiros para aquisição de equipamentos tecnológicos, visuais e audiovisuais que atendam às necessidades de todas as escolas, como também sua manutenção.

18. Garantir, em regime de colaboração, programas de construção e ampliação de escolas em tempo integral, com padrão arquitetônico e mobiliário adequado, visando o atendimento principalmente nas comunidades mais carentes, onde as crianças estão em situação de vulnerabilidade social.

19. Assegurar, em regime de colaboração, a aquisição do acervo digital de referências bibliográficas, obras e materiais produzidos em libras e braille para atendimentos aos alunos com deficiência, da Educação Básica.

20. Garantir recursos financeiros para implementação de políticas públicas de valorização dos profissionais da educação, principalmente no que se refere ao piso salarial e carreira profissional.

21. Assegurar, em regime de colaboração, melhorias na infraestrutura predial e manutenção, primando pela segurança e saúde dos profissionais da educação e da comunidade escolar.

22. Garantir, em regime de colaboração, recursos para aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para utilização didático-pedagógica, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet, em todas as escolas públicas da Educação Básica.



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gubgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

23. Garantir, em regime de colaboração e respeitando as normas de acessibilidade, programas de construção e ampliação de escolas, inclusive para as escolas que atenderão em regime de tempo integral, visando à expansão e o atendimento à demanda em todos os níveis e modalidades da Educação Básica.

24. Garantir recursos para aquisição de equipamentos de multimídia adaptados para o atendimento educacional especializado em salas multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados ou conveniados a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública da Educação Básica.

25. Garantir formação continuada aos profissionais da Educação Profissional, visando o melhor desempenho das ações e aperfeiçoamento permanente nas questões de ensino e aprendizagem voltadas para inserção do aluno no mundo do trabalho, geração de renda e empregabilidade.

26. Garantir às instituições que oferecem Educação Integrada de Nível Médio infraestrutura e recursos financeiros para construção de ambientes pedagógicos em atendimento as especificidades dos cursos, visando à permanência na escola.

27. Fomentar a produção, publicação e distribuição de acervo didático e paradidático específicos sobre arte, literatura, cultura, política, sociedade, povos e natureza locais, para as escolas.

28. Assegurar recursos para a implantação, implementação e produção de material didático-pedagógico específico, bem como desenvolvimento de conteúdos e metodologias para o desenvolvimento da educação escolar indígena.

29. Assegurar, nos Planos Plurianuais e nas Diretrizes Orçamentárias do Estado, verbas compatíveis com as diretrizes, metas e responsabilidades do Plano de Formação Inicial e Continuada.

13. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

13.1. Estratégias

1. Instituir, a partir da aprovação desse Plano, a Comissão Permanente de Acompanhamento e Monitoramento do Plano, composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e Fórum Estadual de Educação com vista à elaboração de instrumentos de acompanhamento,



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
E-mail: gabinete@gubgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
jose.lesia - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

monitoramento a serem aplicados a cada dois anos, resultando relatório a ser socializado com os pares.

2. Criar e implantar, até o quarto ano de vigência desse PEE, um Sistema Próprio de Avaliação Institucional do Sistema, organizado pelas respectivas secretarias de Educação.
3. Garantir recursos para elaboração e produção do compêndio de leis, que compõem o Sistema Estadual de Ensino.
4. Assegurar recursos para produção de relatório com informações acerca do desenvolvimento desse Plano, resultados parciais, propostas de intervenção e aplicação de recursos para acompanhamento, monitoramento e avaliação, por parte da sociedade e órgãos de controle.
5. Garantir assessoria permanente às equipes técnicas das Secretarias e das Escolas para fins de subsidiar na interpretação e compreensão das análises dos resultados avaliativos dos respectivos sistemas, visando à elaboração de propostas de ajustes em tempo hábil.
6. Fortalecer os Conselhos Estadual e Municipal de Educação, no acompanhamento e monitoramento dos Planos, assegurando recursos financeiros para a execução de suas atividades fins.



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@al.gov.br
 Fone/Fax: (95) 21217930 / 21217932
 jose.lesza - 24/06/2015 10:18:26



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ANEXO II DO PROJETO DE LEI Nº DE 24 DE JUNHO 2015.

METAS A SEREM ATINGIDAS NO IDEB

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2



Palácio Senador Hélio Campos
 Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista-RR - Brasil
 E-mail: gabinete@al.gov.br
 Fone/Fax: (95) 2121 7930 / 21217932
 jose.lesza - 24/06/2015 10:18:26

DECRETO LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/15

Declara de Utilidade Pública o CLUBE
 ATLÉTICO INDEPENDENTE (C.A.I) e dá
 outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, o CLUBE ATLÉTICO INDEPENDENTE (C.A.I) CNPJ nº 09.275.572/0001-58, fundado em 23 de abril de 2003, sediado à rua Hélio Magalhães, nº 276, Aeroporto, nesta Capital.

Parágrafo único. À entidade, a que se refere o caput deste artigo, são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 23 de junho de 2015.

Deputado FÁTSER RENIER
 Presidente

Deputado NALDO DA LOTERIA
 1º Secretário

Deputado MARCELO CABRAL
 2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - PAZUL (95) 4008-5500 / 3822-7167
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.gov.br

AUTÓGRAFOS - MOÇÕES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 009/15

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte Moção de Aplausos:

- A Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, torna pública a presente Moção de Aplausos à Senadora Ângela Portela (PT-RR), ao Ex-Deputado Luciano de Castro (PR-RR), à Ex-Deputada Federal Dalva Figueiredo (PT-AP), à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-RR), à Central Única dos Trabalhadores (CUT-RR), ao Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Prefeitura de Boa Vista- RR (SINTRAM) e a Associação dos antigos policiais civis e servidores do Ex-Território Federal de Roraima (ASAPOLCS) pela aprovação da Medida Provisória nº 660, convertida na Lei nº 13.121, de 8 de maio de 2015, a qual assegura a milhares de servidores da Administração Direta e Indireta do Ex-Território Federal e do atual Estado de Roraima, até o ano de 1993, fazerem opção pelo Quadro de Pessoal da União em extinção.

Palácio Antônio Augusto Martins, 23 de junho de 2015.

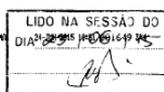
Deputado CORONEL CHAGAS
 Presidente em Exercício

Deputado NALDO DA LOTERIA
 1º Secretário

Deputado MARCELO CABRAL
 2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - PAZUL (95) 4008-5500 / 3822-7167
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.gov.br

MENSAGEM GOVERNAMENTAL



MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 025 DE 24 DE JUNHO DE 2015

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS.

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa douta Assembleia, o Projeto de Lei que "Aprova o Plano Estadual de Educação 2014/2024 (P.L.E) e dá outras providências", em cumprimento à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O presente Projeto de Lei visa, neste momento de profícua evolução educacional no Estado de Roraima, o cumprimento das diretrizes e metas voltadas para o desenvolvimento das Políticas Públicas Educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades, bem como suas perspectivas para o decênio de 2014 a 2024.

Os encaminhamentos e os indicadores pactuados no referido Plano Estadual de Educação foram objeto de grande discussão, a partir de um processo de construção coletiva, com a participação de todos os segmentos da sociedade civil organizada e todas as representações das instituições educacionais.

Nesse contexto, manifesto grande satisfação de depositar nas mãos dos senhores e senhoras parlamentares o documento que concentra as demandas e as transformações que o Estado de Roraima necessita para a próxima década. Na certeza, de que juntos estamos construindo um Estado focado no processo desenvolvimentista de uma educação forte, dinâmica e de qualidade.

Com essas considerações, submeto a presente proposição à elevada apreciação de Vossas Excelências, solicitando que sua tramitação se faça em regime de urgência.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 24 de junho de 2015.

SUELLY CAMPOS
Governadora do Estado de Roraima

André Fernando Lima
Coordenador de Gabinete da Presidência



Palácio Senador Hélio Campos
Praça do Centro Cívico s/nº - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - RR - Brasil
E-mail: gabinete@abgov.rr.gov.br
Fone/Fax: (95) 2121.7930 / 2121.7932
Internet: www.abgov.rr.gov.br - 40062015 1012.21

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2401ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário, Deputado (**Marcelo Cabral**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Naldo da Loteria**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 649, de 15/05/15, da Casa Civil, solicitando informações referentes à tramitação do Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 983, de 26/11/14.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 20/05/15, do Deputado Odilon Filho, solicitando ao Governo do Estado a construção de um Estabelecimento Escolar na Vila Baruana, localizada no KM 55 da BR-432, no Município de Caracarái.

Indicação s/nº, de 21/05/15, do Deputado Odilon Filho, solicitando ao Governo do Estado a retomada e conclusão das obras de reconstrução da Escola Estadual Presidente Castelo Branco, na cidade de Caracarái.

Indicação s/n, de 21/05/15, do Deputado Jânio Xingú, solicitando ao Governo do Estado a elaboração de Projeto de Lei que altere o Caput do Artigo 86 da Lei Complementar nº 053, de 31/12/01, e assegure ao Servidor o direito à licença com remuneração para desempenho de mandato classista.

Indicação s/nº, de 25/05/15, do Deputado Oleno Matos, solicitando do Governo do Estado alteração do Artigo 3º da Lei 717, de 02/06/09, para incluir a participação da Defensoria Pública do Estado de Roraima e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima, em assento no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos dos Idosos, bem como excluir a Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento de assento do referido Conselho.

Memorando nº 045, de 21/05/15, do Deputado Marcelo Cabral, informando a sua ausência na Sessão ordinária do dia 21/05/15.

Memorando nº 03, de 25/05/15, do Deputado Dhiego Coelho Fogaça, informando a sua ausência na Sessão ordinária do dia 26/05/15.

Memorando nº 029, de 21/05/15, do Deputado Izaías Maia, informando a sua ausência na Sessão ordinária do dia 21/05/15.

Proposta de Moção de Pesar s/nº, de 21/05/15, do Deputado Naldo da Loteria, pelo falecimento, em 20 de maio de 2015, nesta capital, do Senhor Zacarias Assunção Ribeiro de Araújo, o qual foi ex-Vereador e ex-Prefeito do Município de Cantá, esposo da Senhora Roseli Cruz Araújo, atual Prefeita daquele município.

DIVERSOS:

Ofício Circular nº 239, de 19/05/15, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, solicitando a indicação de dois parlamentares, filiados à UNALE, até o dia 10 de junho para representarem esta Casa Legislativa no Conselho Deliberativo da Gestão 2015/16.

Ofício Circular nº 09, de 22/05/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, solicitando deliberação da avaliação da proposta apresentada pelo Governo do Estado/greve.

Ofício Circular nº 021, de 25/05/15, do Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima - CRM/RR, encaminhando folder da Campanha do Dia Internacional das Crianças Desaparecidas.

Ofício nº 04, de 19/05/15, do Partido Social Democrático de Boa Vista - PSD, encaminhando Nota Pública de Decisão, declarando total apoio à gestão da atual Prefeita de Boa Vista, Tereza Surita, e oficializando adesão à base apoio do Governo Municipal.

Ofício nº 1687, de 14/04/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando o exemplar anexo da Lei nº 14.946, de 28/01/13.

Representação/Queixas de 15/04/15, da Senhora Rosilene Santos da Silva, denunciando o Senhor Delegado de Polícia João Luís Evangelista Batista dos Santos, conforme documento anexo.

Comunicados nºs: AL085001 a AL085005, de 07/05/15, do Ministério da Educação, informando recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Carta nº AL-P 314, de 15/05/15, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, comunicando que, no dia 1º de junho, às 09h30min, na sede do Poder Legislativo Pernambucano, acontecerá o primeiro encontro do Colegiado de Presidentes do ano de 2015.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero me solidarizar com os familiares do Deputado Oleno Matos pelo falecimento de sua genitora.

Informo ainda que daremos andamento a esta Sessão, por ter sido programada a posse do Parlamento Jovem para esta data, um dos motivos para o não cancelamento do evento.

Neste momento transformo a Sessão em Comissão Geral, ocasião em que será realizada a Sessão Preparatória para dar posse aos Alunos Deputados do Parlamento Jovem, eleitos para a Segunda Legislatura.

Damos início à solenidade de posse do Parlamento Jovem. Esses jovens foram os escolhidos nas próprias escolas e eleitos para o tempo necessário para que façam sua representação dentro desta Casa.

Quero informar aos Senhores Deputados que a partir da

próxima semana nós iremos ter uma constante visita de jovens do Estado de Roraima à Assembleia Legislativa pela parte da tarde, dos que estudam pela manhã, e os que estudam à tarde nos visitarão pela parte da manhã.

Vamos fazer com que esses jovens conheçam as instalações do Poder Legislativo, suas Leis, sua finalidade, o que significa o Parlamento junto à sociedade roraimense. E esses jovens que estão recebendo toda orientação da nossa equipe técnica dentro do Poder Legislativo haverão de ser pequenos palestrantes, com palestras iniciais de todos os Deputados Estaduais.

Gostaria de convidar a Presidente da Comissão de Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social e da ESCOLEGIS, Deputada Ângela Portella, para se fazer presente à Mesa dos Trabalhos desta Casa.

Convido também a Coordenadora Estadual do Projeto do Parlamento Jovem e Chefe da Divisão do Ensino Médio da Secretaria de Educação, Senhora Vera Lúcia Leite Lopes.

Quero informar também aos Senhores Deputados que após o fim desta Sessão a Deputada Lenir, Presidente da Comissão de Saúde, irá atender um grupo de profissionais da saúde para que em reunião com esta Comissão, possa me enviar um relatório com o apelo desses profissionais que passaram no concurso público e ainda não foram chamados. Por esta razão, gostaria que Vossa Excelência desse andamento à reunião para que a gente pudesse através desse relatório junto à comissão, tomar as providências cabíveis e legais em detrimento daquele que estudou, passou e ainda não teve o seu direito ressarcido.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Questão de Ordem – Presidente, quero aproveitar a oportunidade e convidar os membros da Comissão, Deputados Mecias de Jesus, Francisco Mozart, Masamy Eda e Evangelista Siqueira para uma reunião após o término da Sessão.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero também convidar para fazer parte da Mesa dos Trabalhos, o empresário Abel Galinha, Deputado Federal eleito pelo Estado de Roraima, a quem peço uma salva de palmas.

A Assembleia agradece a sua participação, como Parlamentar Federal, por dar valor à importância do futuro do Estado, que é sem dúvida nenhuma o Parlamento Jovem do nosso Estado e do nosso País.

Solicito ao Mestre de Cerimônia que faça a chamada nominal dos Deputados Eleitos do Parlamento Jovem.

O Senhor Mestre Cerimonial (**Renato Santos Barbosa**) – Convidamos para que tomem assento ao Plenário os Senhores Deputados eleitos:

Adrian Ráiru Assunção Silva; Álef Xavier de Freitas, Álvaro Kreits Grangeiro Gomes, Anderson Raian Souza de Araújo, Cindy Moares do Nascimento, Dáfine Gomes Ferreira, Davy Felipe de Araújo Lopes, Félix Marcos de Souza Moraes, Gabriel Soares Ferreira, Gêneses Pereira Viana, Hudson Souza da Silva, João Henrique Fontinelle dos Santos, João Freitas de Oliveira, João Paulo Bavaresco Zago Araújo, Julimar Freitas de Oliveira, Leandra Maria Oliveira de Santana, Letícia Gabriela Ferreira Coser, Marcele Alves Lopes, Nathália Augusta de Souza, Niely Oliveira da Silva, Pedro Felipe Brandão Padilha, Petherson Viana da Silva, Sabrina Teles de Oliveira, Tiago Oliveira da Hora, Vitória Brenda Souza da Cunha.

Anunciamos a palavra de sua Excelência o Deputado Jalser Renier.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Senhoras e Senhores, autoridades presente e distinta plateia que hoje nos prestigia. Esta Sessão tem por finalidade dar posse aos Deputados do Parlamento Jovem, eleitos para o exercício da segunda legislatura, conforme o artigo terceiro do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Convido as autoridades, os Senhores Deputados e todos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional. (Hino Nacional)

O Senhor Mestre Cerimonial (**Renato Santos Barbosa**) – Neste momento fará o uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalser Renier.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero dar as boas-vindas a todos os jovens, aos seus familiares, aos Senhores Deputados desta Casa, na pessoa da Deputada **Angela**, Presidente da ESCOLEGIS, em nome de quem cumprimento todas as mulheres, em nome do Deputado Marcelo Cabral cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Abel Galinha cumprimento todos os homens presentes e saúdo toda a imprensa escrita, falada e televisada que neste momento comparece e valoriza esta solenidade de posse de um parlamento que começou na gestão do meu amigo, Deputado Estadual Chico Guerra.

Gostaria de dizer a vocês que a intenção da Assembleia Legislativa, do Parlamento Estadual é fazer um trabalho voltado para o esclarecimento da juventude do nosso Estado, pois, segundo dados que nos informam, através das pesquisas qualitativas e quantitativas, é o que esta Casa tem por fazer todos os meses. Nós apontamos um índice de pessoas que não conhecem a verdadeira função do Deputado Estadual dentro desta Casa. É importante que a Assembleia Legislativa, através da nossa Secretaria de Comunicação que vem desenvolvendo um trabalho com excelência, informe à sociedade oriente o futuro do nosso Estado, que está nos braços da nossa juventude, para que eles tenham a exata noção do que é e o que significa a responsabilidade de um Deputado para com os interesses da sociedade.

Essas cartilhas estarão à disposição dos Senhores Deputados, porque na nossa Assembleia, ao longo desses anos, criamos e aprovamos aproximadamente 945 Leis que hoje fazem parte da vida e do cotidiano do povo roraimense.

Devo dizer aos Senhores que a Assembleia Legislativa é, sem dúvida nenhuma, o príncipe dos Poderes. Como diz o saudoso Júlio Martins: Que o jovem do nosso Estado se conscientize do seu papel, da sua importância junto à sociedade, junto à democracia e junto ao nosso Estado.

A juventude representa mais de 65% dos eleitores do Estado de Roraima. Somos um Estado universitário, onde mais de 50 mil pessoas estão hoje nos bancos das faculdades, que é sem dúvida alguma para onde migrará a maioria dos jovens que se encontra nesta Casa. Através de projetos sociais como o Cine Assembleia, que entrará em vigor a partir do mês que vem.

Temos a intenção de levar ao conhecimento da sociedade roraimense que muitos jovens por uma razão ou outra qualquer, não tiveram acesso à cultura cinematográfica. Depois teremos aqui nesta Casa a visitação, como disse no início da minha fala, de muitos jovens, para que eles possam conhecer o verdadeiro papel do Poder Legislativo, como funciona o trâmite das leis, para que elas servem e qual é o alcance necessário de cada uma delas. É importante que cada jovem se entusiasme pelo seu trabalho, pelo seu convívio, mas, sobretudo, pela sua bandeira, porque nada neste país é regido por algo que não seja através do pincel ou do trabalho, ou de um ente parlamentar.

Quero informar aos Senhores Parlamentares que a nossa intenção é aproximar o Poder Legislativo do povo, porque esta é a sua função. É através desse conceito que nós queremos informar a sociedade do trabalho, dos projetos, das propostas deste Parlamento, no sentido de atender aos anseios da sociedade. O povo nos procura, o povo comparece nas nossas dependências, porque vem na Assembleia à caixa de ressonância dos seus problemas, a solução justa e mais equilibrada para o nosso Estado.

Quero, aqui, em nome da Deputada Angela, de todos os Senhores Deputados, considerando a alta importância dos Deputados atuais para esta gestão da Assembleia que, sem dúvida alguma a partir deste momento, os senhores eleitos Deputados para esta legislatura terão a condição, o preparo, através da nossa equipe técnica, para que cada um dos senhores saiba exatamente como funciona a Assembleia Legislativa, quais as ações dos Parlamentos e o que de fato pode melhorar na vida das pessoas.

Fica, portanto, os meus agradecimentos a todos deste parlamento jovem que adotaram a cada parlamentar. Parabéns aos eleitos, que foram eleitos nas suas escolas. Nós, como dissemos, teremos, na próxima semana, visitas constantes de alunos das escolas estaduais e municipais às dependências da Assembleia Legislativa e palestra todos os dias de um Deputado Estadual da nossa legislatura. Isso vai, sem dúvida alguma, abrir um pouco mais a cabeça desses jovens e fazer com que a democracia não esteja somente nas ruas, mas também nas salas de aula. Muito obrigado aos Senhores.

Convido a Coordenadora da Frente Contra a Redução da Maioridade Penal, Juliana Caroline da Silva Lima, para tomar assento à Mesa.

Convido também a Deputada Federal jovem, Estéfani Mabarou Rocha, para tomar assento à Mesa.

Convido também a Parlamentar jovem do MERCOSUL, Isis Gabriele Medeiros de Souza, para tomar assento à Mesa.

Convido também a Parlamentar jovem de 2013, Lohaine de Matos, para tomar assento à Mesa.

Convido também o Parlamentar jovem de 2013 Bruno Bitencourt, para tomar assento à Mesa,

Quero saudar o meu amigo Bitencourt, presente nesta Casa, que é Assessor do Deputado Chico Guerra.

Convido a Deputada Angela Portella para fazer uso da palavra.

A Senhora Deputada **Angela A. Portella** – Bom dia a todos. É uma satisfação tê-los aqui, sejam bem-vindos a nossa Casa. Quero cumprimentar nosso presidente, Deputado Jalsler Renier e em nome dele, todos os Deputados e Deputadas, já agradecendo pelo apoio incondicional ao nosso trabalho e aos nossos projetos nesta Casa.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Abel Galinha e todos os parlamentares jovens aqui presentes à Mesa, em nome da Juliana. Cumprimentar a Senhora Vera Lúcia Leite, representando a Secretaria de Educação. Quero cumprimentar a imprensa, os Deputados aqui presentes. Os diretores das escolas que abraçaram o nosso projeto, nos deram apoio, acreditaram e vão ser nossos parceiros na continuidade desse trabalho que terá a duração de um ano, que é a duração do mandato dos Deputados jovens.

Quero agradecer imensamente aos servidores desta Casa, da Escola do Legislativo, em nome da Mariazinha, que se desdobraram para que esse projeto pudesse acontecer e fosse um sucesso.

Quero agradecer o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que também é nosso parceiro nesse projeto, por nos disponibilizar a doutora Marlias, que é a Secretaria Legislativa da Assembleia do Amazonas, e o doutor Natan, procurador da Assembleia Legislativa do Amazonas, para que eles fizessem a formação legislativa para os nossos jovens parlamentares. Quero agradecer à Secretária de Educação, Selma Mulinari, e também referência especial ao Deputado Chico Guerra, que deu total apoio para a primeira edição do parlamento jovem que aconteceu em 2013.

Quero iniciar agradecendo aos meus colegas de trabalho, os nobres parlamentares desta Casa, que adotaram um jovem parlamentar e possibilitaram a vivência única na vida desses jovens parlamentares, que serão o futuro do nosso Estado. O parlamento jovem em Roraima é um projeto de minha autoria. Está sendo realizado pela segunda vez. Ele tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas do ensino médio a vivência do processo democrático, possibilitando o exercício da cidadania, da representação política do processo legislativo e da liderança, por meio da sua diplomação, da sua posse e investidura em atuação no mandato legislativo dos Deputados jovens parlamentares em nosso Estado. É um projeto de grande avanço na democracia, na cidadania e na mudança do paradigma na política, tanto é que existe o projeto Jovem Parlamentar Brasileiro. E aqui estão os representantes. Esse projeto existe na Câmara Federal desde 2004. E, também, temos o projeto jovem senador e parlamentar no MERCOSUL, no âmbito federal.

O que mais me admirou nesses cinco dias em que nós estivemos convivendo com os alunos, participando desse processo de formação, foi o idealismo desses jovens. Eles se sentem valorizados e aprendem que o Deputado tem uma vida de muito trabalho e de dedicação às pessoas do nosso Estado. Temos a responsabilidade de criar leis que vão influenciar a vida da população e ainda fiscalizarmos as ações do governo, tudo com o objetivo de sempre possibilitar melhores condições de vida à nossa população.

Política Estudantil é fazer as ideias circularem, é ter generosidade, solidariedade, pensar num amanhã melhor, não só para vocês, mas para os outros também. O jovem tem essa capacidade de ser generoso e idealista. Eles encerram esse círculo com um novo olhar, se tornaram eleitores e cidadãos mais conscientes de seus direitos e seus deveres. Eu quero parabenizar os jovens parlamentares e desejar sucesso a todos. Obrigada.

O Senhor Presidente (**Jalsler Renier**) – Esta presidência reconhece a brilhante ideia que teve o Deputado Chico Guerra em sua legislatura como presidente desta Casa, ao criar, através da Assembleia Legislativa, o parlamento jovem, que é, sem dúvida alguma, algo que se destaca em nosso parlamento e que terá o seu destaque nessas pessoas.

Convido o Deputado Félix Marcos de Souza Morais, do Parlamento Jovem, para assumir a presidência dos trabalhos da Sessão de Posse dos Senhores Deputados do Parlamento Jovem, de conformidade com o parágrafo primeiro do artigo terceiro do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Bom-dia a todos!

Convido os Senhores Deputados jovens Leandra Maria de Sant'ana e Álef Xavier a atuarem como Primeiro e Segundo Secretários Ad hoc, respectivamente.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda o recolhimento dos documentos dos Deputados jovens eleitos.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem, **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana** – Senhor Presidente, os documentos solicitados já foram previamente entregues na Escola do Legislativo.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de**

Souza Morais – Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura do termo.

O Senhor Mestre Cerimonial (**Renato Santos Barbosa**) – Neste momento, o presidente jovem Félix Marcos de Souza Morais, prestará o juramento de posse dos Deputados. Solicitamos aos presentes que se coloquem de pé, para que possamos ouvi-lo.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir as leis constitucionais e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar leal e honradamente o mandato que me foi confiado pelo povo do Estado de Roraima.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem, **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana** – Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura do termo de posse.

O Senhor Segundo-Secretário Álef **Xavier** – Lido o Termo de Posse.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Solicito à Senhora Primeira-Secretária, Deputada Leandra, que proceda à chamada nominal dos Deputados jovens para prestarem o juramento e assinarem o livro de posse.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana**, procede à chamada nominal dos Deputados.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Anunciamos a presença da Coordenadora do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria do Socorro Batista dos Santos.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária, Deputada Leandra, que preste seu juramento.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem, **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana** – Assim eu prometo.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – E assim declaro empossados os Senhores Deputados jovens e instalada a segunda legislatura.

O Senhor Mestre Cerimonial (**Renato Santos Barbosa**) – Neste momento, o Senhor Presidente Félix Marcos de Souza Morais irá prestar o juramento de posse. Todos de pé para ouvi-lo.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Assim eu prometo. Em nome de todos os Deputados, agradeço a presença das autoridades, de nossos familiares e dos representantes dos órgãos de imprensa. E dou por encerrada a presente Sessão.

O Senhor Mestre Cerimonial (**Renato Santos Barbosa**) – E, não havendo mais nada a tratar, desfazemos a Mesa Diretora e convidamos os Senhores Deputados para, por gentileza, retomarem aos seus assentos, pois dentro de três minutos nós teremos o início da Sessão de eleição da Mesa.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Convidamos os Senhores Deputados jovens Leandra Maria de Sant'ana e Álef Xavier para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários Ad hoc, respectivamente.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo do Estado de Roraima, declaro aberta a segunda Sessão Preparatória da Segunda Legislatura para eleição da Mesa Diretora do Parlamento Jovem. Irei dirigir os trabalhos, conforme o que preceitua o parágrafo quarto do Artigo 30 da Constituição do Estado de Roraima.

Comunico aos Senhores Deputados que serão preenchidas as seguintes funções da Mesa Diretora: Presidente; Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes; Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Secretários e Corregedor-Geral.

Suspendo a Sessão por dois minutos para que os Deputados jovens possam apresentar as chapas que concorrerão à eleição da Mesa.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Dou por reaberta a presente Sessão. Senhores Parlamentares, foram apresentadas duas chapas para concorrerem à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no ano de 2015, composta pelos seguintes Deputados e seus respectivos cargos.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura da chapa um.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem, **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana** – Chapa I: Presidente: **Anderson Raian**; Primeiro Vice-Presidente: **Peterson**; Segundo vice-presidente: **Marcele**; Terceiro Vice-Presidente: **Cindy**; Primeira-Secretária: **Vitória Cunha**; Segundo-Secretário: **Félix Morais**; Terceira-Secretária: **Natália**. Segundo-Secretário: **Hudson**; Corregedor-Geral: **Sabrina**.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de**

Souza Morais – Solicito que o Segundo-Secretário proceder à leitura da Chapa II.

O Senhor Segundo-Secretário do Parlamento Jovem, **Álex Xavier** – Chapa II: Presidente: **Gabriel**; Primeiro Vice-Presidente: **Leandra**; Segundo Vice-Presidente: **Adrian**; Terceiro Vice-Presidente: **João Zago**; Primeiro-Secretário: **Pedro**; Segundo-Secretário: **Davi**; Terceiro-Secretário: **Alef**; Quarto-Secretário: **João Henrique**; Corregedora Geral: **Niele**.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Suspendo a Sessão por dois minutos para que possamos preparar as chapas.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Dou por reaberta a Sessão. Foram apresentadas duas chapas e os Deputados votaram na chapa 1 ou na chapa 2.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária proceder à chamada nominal dos Deputados para a votação.

A Senhora Primeira-Secretária do Parlamento Jovem, **Leandra Maria de Oliveira Sant'ana**, procede à chamada nominal dos Deputados para a votação.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Informo aos Senhores que a Chapa I obteve 12 votos, a chapa II 10 votos e tivemos dois votos nulos.

Declaro eleita a Mesa Diretora do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, composta pelos seguintes Deputados: Anderson Ráiru, Peterson, Marcele, Cindy, Vitória, Félix, Natália, Hudson e Sabrina.

Neste momento declaro empossado o Deputado Anderson como Presidente do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o qual vai assumir a direção dos trabalhos.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Anderson Ráiru Souza de Araújo** – Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia a todos os presentes.

Declaro empossado o Excelentíssimo Senhor Deputado Petherson, na Primeira vice-Presidência.

Declaro empossada a Excelentíssima Senhora Deputada Marcele para a Segunda vice-Presidência.

Declaro empossada a Excelentíssima Senhora Deputada Cindy para a terceira vice-Presidência.

Declaro empossada a Excelentíssima Senhora Deputada Vitória Cunha para o cargo de Primeira-Secretaria.

Declaro empossado o Excelentíssimo Senhor Deputado Félix Moraes para o cargo de Segundo-Secretário.

Declaro empossada a Excelentíssima Senhora Deputada Natália para o cargo de Terceiro-Secretário.

Declaro empossado o Excelentíssimo Senhor Deputado Hudson no cargo de Quarto-Secretário.

Declaro empossada a Excelentíssima Senhora Deputada Sabrina para o cargo de Corregedora-Geral.

Neste momento declaro instalada a segunda legislatura do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor Primeiro vice-Presidente que tome assento à presidência.

Meu nome é Anderson Raian, tenho 16 anos. Gostaria de agradecer a todos os Deputados que nos apadrinharam, nos proporcionando essa vivência, aos jovens Parlamentares, à Mesa Diretora e nosso corpo docente, à Deputada Angela Águida Portella, por ser essa pessoa excepcional e por acreditar nos jovens do nosso Estado, à Maria, que acreditou em todos nós; à nossa Excelentíssima Doutora Marlias que, infelizmente, não pode estar presente hoje aqui, mas mesmo por um curto tempo pode nos proporcionar uma experiência incrível. Também gostaria de agradecer a todos da ESCOLEGIS, sempre muito atenciosos, fazendo-nos sentir que nascemos para vencer. Para nós, jovens, foi uma oportunidade incrível, conhecermos e vivenciarmos a vida de um parlamentar em 5 dias. Nós sentimos como tal e nossa forma de ver e pensar política foi completamente mudada, porque conseguimos conhecer como funciona o dia a dia dos parlamentares. Chegamos a elaborar um Projeto de Lei e o apresentamos ao nosso padrinho, nosso alvo Parlamentar Federal. Eu, Anderson Raian, como Presidente da Assembleia, cumprirei com todos os atos que me forem impostos, visando proporcionar o bem-estar do meu Estado e desta Casa. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Anderson Raian**) – Neste momento franqueio a palavra aos Deputados.

O Senhor Deputado **Gabriel Soares** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é muito importante para nós estarmos neste momento no Poder Legislativo. Gostaríamos, primeiramente,

de agradecer a Deus, à Presidente da ESCOLEGIS, Deputada Ângela Portella, aos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa de Roraima e a equipe da ESCOLEGIS que esteve aqui nos acompanhando durante esses 5 dias, além das pessoas que nos apoiaram nesta jornada. Para nós, como jovens Deputados, foi salutar esses 5 dias que estivemos vivenciando o dia a dia de um Parlamentar. E foi incrível aprender a fazer um Projeto de Lei. Aproveitei o momento para agradecer ao Deputado Coronel Chagas, que é meu padrinho, bem como a seus assessores que me trataram com respeito e carinho. Quero agradecer também a todos os Deputados que me trataram muito bem e quero parabenizar todos os Jovens Deputados que se fazem presentes, porque é uma vitória estarmos aqui sentados ao lado dos nossos Deputados Padrinhos. Nós vivenciamos todo o processo de elaboração de uma lei, de tramitação das leis e de como funciona a Assembleia Legislativa, até porque fomos escolhidos nas nossas escolas por acharem sermos os melhores para representá-los. Quero parabenizar também os Deputados que estão representando os municípios do interior do Estado. O Projeto mudou o nosso pensamento sobre política. Acredito que cada um entrou neste projeto com uma mentalidade totalmente diferente da de agora. Os Senhores agora são Deputados Estaduais. Muito obrigado!

A Senhora Deputada do Parlamento Jovem, **Dáfine Gomes** – Neste momento quero agradecer a presença de todos, da imprensa, Senhoras e Senhores Deputados, quero dizer que sou muito grata, e agradeço em nome dos demais Deputados pela oportunidade de vivenciar um pouco da vida de um Parlamentar. Entrei aqui com uma mentalidade totalmente diferente da que saio. Muito obrigada.

A Deputada do Parlamento Jovem, **Leandra Maria Oliveira de Sant'ana** – Gostaria de cumprimentar a todos os presentes e dizer que vou começar chorando, porque foi ótimo tudo o que vivemos aqui. Gostaria de agradecer à Mariazinha por tudo o que ela fez por nós, ela e a equipe dela. Eu não tinha muito envolvimento com a política devido a tudo o que vivenciamos hoje na sociedade. A visão que temos, é a visão que a sociedade passa para nós, que político não presta e que estão aqui só para roubar e tudo mais. E aí, um dia chego o projeto na escola e me interessei, porque sou do Grêmio, sou Diretora de Políticas Educacionais e achei interessante termos um elo com os Senhores. Aí, no primeiro momento, resolvi me candidatar. Já tinha um projeto, já tinha tudo em vista, pois pretendia me inscrever para Deputada Federal, na Câmara Federal. No dia da eleição não consegui, quem ganhou foi o João e me conformei. No outro dia, a Mariazinha chegou para me chamar para o Parlamento Jovem, dizendo que tinha uma vaga para mim. Fiquei muito feliz. Quando cheguei aqui, vi que era tudo totalmente diferente do que imaginava. Gostaria de agradecer a Marlise, pena que não pude me despedir dela, que nos esclareceu muitas coisas. É muito fácil a gente ficar lá fora só falando, reclamando e apontando o dedo sem estar aqui dentro, sem saber quais são os deveres de um Deputado. Muitas vezes só pensamos nos nossos direitos e não vamos procurar saber como as coisas funcionam. Eu pensava que um Deputado chegava aqui, propunha uma lei e resolvia o problema da população. Era essa minha visão. Depois, aprendi que há toda uma legislação que tem que ser cumprida, um sistema que não pode ser corrompido, pois são três poderes diferentes e cabe a cada um a decisão sobre o seu poder. Gostaria de agradecer a todos que nos deram essa oportunidade de estar aqui hoje. Acredito que sentirei muita falta de todos vocês que se tornaram minha família. Gostaria de agradecer ao meu padrinho, o Deputado Marcelo Cabral. Ele não está aqui, mas gostaria de dizer muito obrigada por todo apoio que ele e a assessoria dele me deu. Gostaria de dizer também que isso não é só um nomizinho de Deputada Estadual que vou ganhar durante um ano de mandato não, vou fazer valer à pena esse mandato que ganhei e que me foi dado pela minha escola. Obrigada.

O Presidente do Parlamento Jovem, Deputado **Félix Marcos de Souza Morais** – Concedo a palavra ao senhor Deputado Jovem Gênesis Pereira.

O Deputado do Parlamento Jovem, Gênesis Pereira – Bom-dia Senhoras e Senhores, gostaria de agradecer a todos por fazerem parte desse evento maravilhoso e dizer que foi muito interessante participar deste Parlamento com esses jovens, interagindo, recriando e tentando fazer parte desse mundo e desse poder que ganhamos por um ano. É muito bom estar à frente de uma coisa como essa. Todos os jovens querem mudanças. Quero agradecer à gestora da minha escola que está aqui presente, ao meu pai, meus colegas e minha professora. Agradeço a todos vocês. Agradeço também a Deputada Angela que nos deu esse apoio. Agradeço a todos e quero dizer que para eu estar presente neste Parlamento não foi e não será em vão, vou levar tudo esse conhecimento que adquiri a todos que tiver oportunidade. Obrigada.

O Presidente do Parlamento Jovem, Deputado **Félix Marcos**

de Souza Morais – Concedo a palavra a Senhora Deputada Jovem Niely Oliveira da Silva.

A Deputada do Parlamento Jovem, **Niely Oliveira da Silva** – Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, a todos os Deputados que abraçaram esta causa, a equipe da ESCOLEGIS que nos acolheu de uma forma muito receptiva e nos ajudou muito, a Dona Marlise que nos ensinou todos os trâmites legislativos, ao Doutor Natan que nos ensinou sobre ética, e, em particular, queria agradecer à minha madrinha Deputada Angela Águida Portella e a toda a assessoria dela, em especial a assessora Aline que me tratou muito bem. Quero agradecer também a todos aqui presentes, ao meu pai e a minha irmã. Esse projeto é muito importante, foi um aprendizado para nós. Uma coisa é a gente estar de fora e julgar. Nós, da sociedade, só sabemos dizer que os políticos são corruptos e isso e aquilo. Mas, com esse projeto podemos ver de perto o trabalho dos Deputados. Agora, sabemos que eles não ficam só sentados em suas cadeiras sem fazer nada, sabemos que eles correm atrás e lutam pelos nossos direitos. O projeto que eu propus é para combater a violência nas escolas do Estado de Roraima. Por que propus isso? Eu, como aluna da rede pública, me deparo todos os dias com a má conduta de muitos alunos e, por isso, gostaria de chamar a atenção dos senhores Deputados e pedir-lhes que nos ajudem a combater essa violência nas escolas, pois isso é de suma importância. Acredito que fazendo um trabalho juntamente com a gestão da escola, o grêmio estudantil, o conselho escolar a gente poderia melhorar essa questão da violência, pois há muitos alunos que sofrem com os atos agressivos. Mas, acredito também que isso é só uma questão de melhorarmos a educação, de conscientizarmos as pessoas para que elas aprendam a se portar de maneira correta. Gostaria de parabenizar todos os jovens Deputados e de dizer que foi muito bom passar esses cinco dias aqui com vocês. Isso é só um pouco do que queria dizer, porque o carinho que recebi não se pode descrever com palavras. Obrigada.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, Deputado **Félix Marcos de Souza Morais** – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jovem Davy Felipe de Araújo Lopes.

O Deputado do Parlamento Jovem, **Davy Felipe de Araújo Lopes** – Bom-dia a todos, aos jovens Deputados e aos Deputados oficiais. Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, em segundo, as pessoas da minha escola que confiaram seus votos a mim. Gostaria de agradecer à equipe do Deputado Jorge Everton, e em especial a ele, por me ajudarem com meu projeto. Gostaria de agradecer à Mariazinha, ao Jonas, ao Tirone, a Cléo e a todos da equipe, pois não lembro de todos e estou um pouco nervoso. Gostaria de agradecer em especial à Juliana que me ajudou a elaborar meu projeto, ao Diego, ao Eduardo e a todos os assessores que me ajudaram. Para o meu projeto, pensei e andei pesquisando sobre a educação sexual nas escolas como disciplina, porque hoje o nosso Estado, comparado a nível nacional, tem o maior índice de gravidez na adolescência e também tem um dos maiores índices de evasão escolar por causa disso. Muitos adolescentes hoje em dia, com toda a comunicação que existe, celulares e internet, ainda não sabem muito sobre o assunto e há estudos que comprovam isso. Então, propus tratar disso no meu projeto de lei. Não fui eleito em primeiro lugar, fiquei suplente da Eduarda, que por motivos maiores não pode vir, fiquei em segundo lugar e fui indicado por ela e, graças a Deus, pude estar aqui e conviver com vocês. Aprendi como são todos os trâmites que estão por trás da formulação de uma proposição, aprendi sobre a Constituição Federal e a Estadual. Gostaria de fazer um agradecimento especial à Mariazinha e à Marlise que não pode estar aqui presente, porque ela tinha que ministrar aula no Projeto Jovem Parlamentar do Amazonas. Gostaria de parabenizar ainda a chapa vencedora, o Anderson, a Marcele, o Peterson, a Sindy, a Vitória, a Sabrina, o Hudson, o Félix e a Natália pela eleição. Obrigada.

O Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Concedo a palavra à Senhora Deputada Jovem Dáfine Gomes Ferreira.

A Deputada do Parlamento Jovem, **Dáfine Gomes Ferreira** – Bom-dia a todos novamente. Agora, gostaria de falar um pouco sobre o meu projeto. Meu projeto vem falar sobre a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis nas escolas. Gostaria que tivessem palestras sobre este assunto, pois, no nosso Estado, este assunto está muito decadente. Sou da rede pública, da Escola América Sarmento, estou estudando lá há quase dois anos e nunca vi um projeto desses ser executado na nossa escola. Estudei durante cinco anos na escola Tancredo Neves e só ouvi falar sobre esse assunto por umas duas vezes. Acredito que quando a gente tem informações sobre o assunto, temos também informações sobre a prevenção, mas no nosso Estado está faltando isso. Está faltando o diálogo e nós, como jovens, nos sentimos desinformados e, muitas vezes não perguntamos sobre o assunto por medo ou por vergonha. Muitas vezes os próprios adultos não sabem nos dar informações sobre

o assunto. Por isso, estou propondo esse projeto para levar informação e prevenção aos nossos jovens e adultos que não têm acesso a esse tipo de informação. Obrigada.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Concedo a palavra ao senhor Deputado Jovem Alef Xavier de Freitas.

Antes, gostaria de pedir uma salva de palmas ao senhor Deputado Estadual Brito Bezerra, pois hoje é seu aniversário.

O Senhor Deputado do Parlamento Jovem, **Alef Xavier de Freitas** – Bom-dia a todos, Senhoras e Senhores. Sou representante da escola Maria das Neves Resende, localizada no bairro Asa Branca e vou falar um pouco sobre o meu projeto, mas, se engolir algumas palavras é por causa do nervosismo mesmo.

Meu projeto visa montar uma equipe multidisciplinar nas escolas estaduais. O que é uma equipe multidisciplinar? É uma equipe formada por psicólogos, psicopedagogos e assistente social para ajudar os alunos nas escolas e evitar assim a desistência e a evasão escolar.

O índice de drogas e outros problemas são bem significativos nas escolas do Estado e essa equipe multidisciplinar poderia melhorar esse quadro, ajudando as escolas a diminuir esses números. Esses profissionais ajudariam a aumentar o desenvolvimento dos alunos nas escolas, porque a rede pública tem um índice alto de problemas relacionados com violência e drogas. Então, essa equipe multidisciplinar estará ajudando em todos esses casos, dando assistência aos alunos da rede pública. Meu projeto é esse e se alguém tiver interesse em maiores informações é só me procurar pessoalmente. Gostaria de agradecer a cada Deputado Jovem aqui presente, a Mesa Diretora e dizer que é um prazer enorme estar aqui representando o Estado de Roraima como Deputado. Obrigado.

O Presidente do Parlamento Jovem, **Félix Marcos de Souza Morais** – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jovem Pedro Felipe.

O Senhor Deputado do Parlamento Jovem, **Pedro Felipe** – Bom-dia a todos os Deputados, aos Deputados Jovens eleitos e a aos presentes. Não vou falar sobre meu projeto, vou fazer mesmo é um agradecimento ao pessoal da ESCOLEGIS, à Mariazinha, à Deputada Angela, como muitos já agradeceram. Gostaria de dizer que esse projeto realmente pode mudar muitas coisas, pois envolve o jovem no meio da política e pode realmente mudar o Estado, porque ter esse conhecimento é muito bom, e, por mais que muitos aqui já fossem interessados em política, o conhecimento que adquirimos com essa experiência de como criar uma Lei é muito diferente do que você pode obter pesquisando pela internet ou só conversando. Quero agradecer muito pela experiência que vivemos e como foi dito no primeiro dia pela Deputada do Mercosul, a Isis, parece que nós já nos conhecíamos há muito tempo, durou menos de uma semana, mas já fizemos muitas amizades e parece até que eu conheço as pessoas há muito tempo, pelos idealismos e pela forma de pensar. Foi ótimo ver que existe um grupo de jovens interessados em mudar o Estado, interessados em política e tudo mais, porque observo muito os jovens da minha escola e muitos pensam que os políticos têm que fazer as coisas e ele não têm que fazer nada. E se ele vendeu o voto dele, independente disso, ele acha que o político tem que ir lá e resolver todos os problemas. Só que nós descobrimos que as coisas não são assim. E, o que valeu para mim, e tirei como lição nesses dias, é que a partir de agora, depois de toda experiência que tivemos, quando alguém mais velho falar que sou jovem e que sou capaz de mudar o futuro do País e que posso melhorar o Estado, vou dizer a eles que não posso, não sozinho, e nem depois de toda a experiência que vivemos e o que aprendemos aqui. Mas essa oportunidade foi algo que realmente mudou nossa mentalidade sobre o que é política, foi uma experiência incrível. Espero que esse projeto continue mesmo. Obrigada a todos.

O Senhor Deputado do Parlamento Jovem, **João Paulo Zago** – Bom-dia aos presentes aqui neste momento. Gostaria de iniciar minha fala com algo que foi dito a todos nós, Deputados jovens, aqui hoje cedo: “nascemos para ser a cabeça, e não o corpo”. Eu vou muito mais além, se eu nasci para ser cabeça, vocês nasceram pra ser a massa cinzenta, e como todos aqui presentes, Deputados jovens, podem ser Presidente da República, vocês aí sentados também podem ser Presidente da República. É com esse pensamento que trago o meu projeto que é baseado mais ou menos nisso, que é a implantação de cursos profissionalizantes com cargas horárias obrigatórias nas escolas. Tenho o intuito de fazer isso por quê? Para quando o adolescente terminar o ensino médio, ele saia empregado e tenha a oportunidade de poder terminar sua faculdade, não dependendo muito do sistema, porque temos um índice muito alarmante de negros, pardos e pobres, de baixo nível, que não conseguem terminar a faculdade. E é baseado nisso que criei o meu projeto.

Gostaria também de parabenizar à Mesa Diretora eleita, peça

uma salva de palmas para eles, e gostaria de agradecer a cada um dos Deputados presentes, aos Deputados jovens e, principalmente, aos que nos acompanharam durante esses quatro dias de curso sobre o legislativo. Agradeço a Izês por ter nos acompanhando, a Juliana por ter nos auxiliados e a Estefani. Era isso que gostaria de deixar claro, destacando que durante todo esse ano vamos nos encontrar sempre aqui. Muito obrigado.

O Deputado do Parlamento Jovem, **Thiago Oliveira da Hora** – Bom-dia, quero agradecer primeiramente à Deus, a todos que estão aqui, aos Deputados Jovens, ao pessoal da ESCOLEGIS que nos acompanhou durante esses cinco dias.

O meu projeto é sobre a Implantação do Ensino Integral em todas as escolas estaduais do Estado de Roraima. Com esse ensino, o jovem vai está mais preparado para assumir o mercado de trabalho e, futuramente, ter uma vida melhor, digna e que lhe proporcione uma boa qualidade de vida. Um ensino integral também pode manter o jovem na escola, longe das drogas e da criminalidade. Muito obrigado

A Senhora Deputada do Parlamento Jovem, **Leandra Maria** – Bom-dia a todos. O meu projeto propõe a adição no componente curricular da disciplina educação de trânsito. Eu pensei nesse projeto devido ao grande índice de violência no trânsito, não somente em nosso Estado, mas em todo o Brasil, com jovens de 15 a 17 anos, ou seja, jovens que não deveriam estar nesses veículos. Acho que falta mais informações, embora tenha muita informação na TV, mas acho que isso acaba gerando uma desinformação na cabeça do jovem. Então, tendo a disciplina de educação de trânsito nas escolas de ensino médio, vamos começar a conscientizá-los entrar na cabeça desses jovens que já vão adentrar na vida adulta e ganhar seus direitos civis sobre o que é certo e o que errado. Acho que o meu projeto reduziria sim, o grande índice de acidentes que estão ocorrendo no trânsito. Obrigada.

O Senhor Deputado do Parlamento Jovem **Gabriel Soares** – Bom-dia. Vou falar do que se trata o meu Projeto de Lei. O meu projeto dispõe sobre a implantação de painéis fotovoltaicos em obras residências e em prédios construídos com recursos públicos no Estado de Roraima.

Quando me pediram para fazer um projeto de lei, falei nas Comissões de meio ambiente, saúde, educação, mas analisei cada uma e vi que todas têm problemas e que precisam ser melhoradas. Pensei um pouco e escolhi a do meio ambiente, porque é o meio em que vivemos e, se não estiver limpo e adequado, não conseguimos viver. Então, pensei em fazer um projeto de energia limpa, porque as principais formas de produção de energia no Brasil e no mundo são a base da queima de combustível fóssil que polui muito nosso meio ambiente, liberando gases tóxicos para atmosfera, contaminando a água, poluindo tudo.

No artigo 1º diz o seguinte: fica instituído, no âmbito do Estado de Roraima, o sistema de energia sustentáveis nas residências e prédios construídos com recursos públicos. Com o uso desse tipo de energia fotovoltaico nós teríamos poluição zero ao meio ambiente, porque esse painel transforma diretamente a energia solar em energia elétrica, o que aqui em Roraima é bem favorável, porque os maiores índices de irradiação solar no planeta fica na área equatorial, e nós estamos bem acima da linha do Equador onde temos os maiores índices de irradiação solar e favorável para nossa região. Esse tipo de energia é cara no momento, porque não é patenteada, mas assim que for e for comprada em grande escala, vai diminuir radicalmente a poluição e vai melhorar muito nosso meio ambiente.

Uma coisa que não falei no discurso anterior, foi parabenizar a Mesa Diretora, o Presidente que foi um ótimo concorrente concorri com ele e ele ganhou merecidamente. Parabéns a todos da Mesa.

Dia 03 de junho vai haver uma Audiência Pública aqui, no Plenário, sobre o uso de energia sustentável aqui Estado de Roraima, ministrado pelo Deputado Evangelista Siqueira. Eu vou participar, fui convidado por ele, e quem quiser saber mais sobre esse tipo de energia é só me consultar que explicarei todos os detalhes.

Quero agradecer à professora Marli, que nos ensinou tudo sobre o processo legislativo e o funcionamento da Assembleia. Ela é uma pessoa incrível, simpática, explicava por várias vezes, depois repetia para quem não entendia. Então, quero agradecer imensamente a ela que, infelizmente, não pode estar presente. Ela queria ver a nossa posse, tirar fotos, mas teve que viajar. Agradeço, e um abraço, pois tudo que aprendemos de Deputado Jovem, agradecemos e devemos a ela. Muito obrigado.

O Senhor Deputado do Parlamento Jovem, **Álvaro KroetzGrangeiro Gomes** – Bom dia a todos, quero agradecer a todos presente aqui. Agradeço a ESCOLEGIS e toda a equipe do cerimonial que fez um ótimo trabalho. E aproveito para cumprimentar a Mesa Diretora.

Quero falar da minha ideia que infelizmente não poderia ser tema de pauta aqui, porque não compete ao Poder Legislativo e sim, ao

Executivo, mas gostaria de apresentar a minha ideia para todos.

O HGR não é referência só na capital, é referência no Estado, porque nem a unidade de Rorainópolis, Caracarái, Mucajai, Cantá, Iracema e Bonfim tem a capacidade para resolver todos os problemas daqueles municípios. A unidade de cada município, das vicinais fica na sede desses municípios, mas se não podem prestar atendimento, o paciente é encaminhado para o HGR. Então, o que acontece? Há a superlotação do HGR por ser referência no Estado. A minha ideia era criar um instituto de referência em ortopedia e traumatologia para desafogar o HGR, assim transferindo RI, RII e RIII para ortopedia, que ocupa muito espaço, porque lá tem os profissionais trabalhando e os residentes estudando. Então, transferindo toda essa equipe para um instituto, ia desafogar realmente o HGR, podendo ampliar geriatria, oncologia e principalmente radioterapia que não temos aqui e que é muito importante, pois isso reduziria o número de TFD de pacientes que são mandados para fora, ou seja, Tratamento Fora de Domicílio, e tem pessoas que demoram as vezes dois anos para receber o auxílio. Portanto, isso reduziria e melhoraria a vida da população roraimense.

Essa ideia compete ao Poder Executivo, mas se algum Deputado se sensibilizar e quiser levar a ideia a quem interessar, eu ficaria muito grato, até porque não vai meu nome, é só para ajudar a população roraimense. Por conta disso, tive que criar outro projeto de última hora, o Plano de Saúde do Servidor Público do Executivo. Vou citar um exemplo. Esses dias, conforme uma notícia na televisão, um policial atirou em dois motoboys. Pode ser mentira dele falar que estava tendo problema psicológico, e possa ser que não seja o caso dele, mas muitos profissionais precisam de tratamento psicológico para exercerem bem a sua função e, em determinado período de tempo, passar por revisões médicas e psicológicas. Esse é o meu projeto. Obrigada.

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Anderson Raian** - A palavra está franqueada para os Senhores Deputados. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** com tempo de três minutos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Bom-dia Senhoras e Senhores. O Presidente aprendeu rápido sabe que Deputado fala muito e já determinou o tempo.

Senhoras e Senhores, nobres colegas, jovens Parlamentares, em nome do Presidente cumprimento todos vocês.

Quero dizer que esta Casa tem uma satisfação imensa em recebê-los aqui na Casa do povo, onde se produz leis, indicações, onde se analisa as demandas da sociedade e votamos as leis oriundas do Executivo. Quero dizer que nós, Parlamentares, recebemos poucos elogios e muitas críticas, e até nos acostumamos com isso, é por isso que, às vezes, as pessoas dizem: olha esse cara é político. Nós recebemos tantas críticas e entendemos que as demandas são tão grandes e elas surgem ao longo de cada dia, e mesmo que algumas dessas demandas sejam resolvidas, surgem outras em virtude do crescimento da população, em virtude das condições econômica do nosso Estado, das condições sociais, enfim. Mas, o papel do Deputado Estadual na Assembleia Legislativa e discutir essas demandas e tomar providências no sentido de produzir ou indicar leis que venham a atender as demandas da sociedade. Quero parabenizar a Deputada Angela Portella por essa iniciativa, bem como a Mesa Diretora, todos os Deputados que acolheram os Jovens Deputados e dizer que é um prazer imenso recebê-los aqui. Como Líder do Governo, quero convidar a Deputada Angela, juntamente com a Mesa Diretora, para que providenciem uma data para organizarmos um encontro de todos vocês no Palácio do Governo. Quero apresentar a todos os Deputados Jovens o Palácio Senador Hélio Campos, quero apresentá-los a Governadora Suely Campos, levar os projetos e indicações de autoria de Vossas Excelências para serem despachados com a Governadora. Quero que os Senhores conheçam o Poder Executivo as demandas que tem aquela Casa. Como os Senhores puderam ver e acompanhar não é fácil, é um trabalho que começa forma às 7:30 horas e se estende pela noite. passamos o dia trabalhando, às vezes nos gabinetes, no interior ou nas Comissões, mas a burocracia do serviço público muitas das vezes não deixa que a gente resolva de pronto como a sociedade espera e nós gostaríamos. Então, fica o convite para nos encontrarmos em breve para uma reunião no Palácio do Executivo com a Governadora Suely Campos. Esse convite partiu dela, quando me ausentei por um momento em virtude da morte da mãe do Deputado Oleno e, no velório, comentei sobre o evento e ela pediu que convidasse os Deputados, bem como a Deputada Angela para apresentarmos aos Deputados Jovens o Poder Executivo. Parabéns a todos vocês que vieram a esta Casa e aos que se interessam por política, porque essa é a única ferramenta para melhorar a qualidade de vida das pessoas, onde se melhora de forma coletiva a qualidade de vida das pessoas. Mas também pode piorar quando as pessoas tentam se afastar da política, não querem conhecer aqueles que pleiteiam o mandato eletivo, ou vão votar

sem saber em quem. Eu já ouvi pessoas saírem de casa dizendo que vão votar em qualquer um, ou seja, o qualquer um que encontrar no caminho e esse qualquer um eleito pode mudar a sua vida para pior. Por isso, se aproximem da política, discutam a política e exerçam a cidadania que é votar certo em quem vai representar a sociedade.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – quero saldar a Mesa em nome do Presidente Anderson, e aos demais Deputados eleitos, em nome da Leandra e da Niele. É uma honra tê-los aqui. Vocês talvez não imaginem quanto é importante para Assembleia a presença do jovem. O Presidente Jalsler já falou no início que o nosso eleitorado é na grande maioria formado por jovens, que têm uma influência muito grande nas nossas vidas. E eu falei da Leandra e da Niele porque nunca vi ninguém retratar com tanta sinceridade o que é a política para as pessoas, é uma coisa ruim, é uma coisa feia, uma coisa que as pessoas têm medo, porque têm medo de ser ladrão, de ser corrupto. Na nossa federação, temos três Poderes com atribuições distintas, mas o Poder Legislativo é o mais aberto, pois é difícil você ter uma Audiência com o Juiz, com o Promotor, com a Governadora, você não consegue nem subir para o gabinete dessas pessoas. Aqui não, é aberto, se você for passando e não der atenção para uma pessoa que está lhe chamando, ele passa o seu blazer e fica com ele não mão. Aqui, é um poder aberto onde todas as pessoas reclamam, porque são as pessoas que votam nos seus representantes. E, ouvindo as meninas, passei a comparar de longe a política com aquela sementinha de ouro que está embaixo da terra, não serve para nada, não existe, mas se alguém busca aquela sementinha, ela passa a ter uma utilidade imensa, passa de mão em mão fazendo a alegria de muita gente. Às vezes, uma pessoa compra um anel de ouro e acha que já está muito bem de vida. Então, essa é a semente que se planta para desmistificar a prática da política. Para vocês terem uma noção, tem uma campanha nacional da participação da mulher na política. E o que a mulher conseguiu até hoje foi ter 30% das vagas para concorrer às eleições. E quando vamos buscar essas mulheres, a gente coloca a irmã da gente, a pessoa que trabalha na nossa casa, uma amiga, porque ninguém quer saber de política. Mas, a política decide a vida das pessoas. Ouvindo os projetos de vocês, fiquei pensando como seria bom se tivesse uma grade curricular diferente que incluísse outras disciplinas, mas nós dependemos do MEC. Esses projetos são de competência exclusiva do Executivo Federal, nós não temos competência para criar uma disciplina, como foi sugerido aqui, de doença sexualmente transmissível, planos de saúde. Como gostaríamos de ter competência para criar tudo isso, mas eu queria poder criar aqui, uma lei para incluir uma disciplina, porque tenho saudade do meu tempo de estudante quando tínhamos na grade curricular a disciplina OSPB – Organização Social e Política Brasileira, que acabou. Mas, não temos o poder de criarmos na grade curricular do Estado de Roraima, é preciso ter uma aprovação do MEC. Um rapaz falou do Plano de Saúde, mas precisa vir um projeto do Executivo para cá. Nós podemos emendar, mas não temos a competência de apresentar, porque quando a coisa mexe com o orçamento, a competência do Deputado Estadual é zero.

Estava ouvindo alguém falar sobre a questão da maioria penal. Nós não temos competência de fazer uma lei que mude essa questão, porque Direito Civil, Penal é competência exclusiva do Executivo Federal. Mas, muitas vezes, é cobrado isso da gente. Muitos não sabem o que fazemos aqui. Por exemplo, vocês estiveram nos nossos gabinetes e puderam observar o fluxo grande de pessoas, porque quebrou uma ponte do interior, faltou professor, faltou medicamento. Vêm para a Assembleia todas essas demandas, porque a gente tem uma atuação no Estado inteiro. Nós funcionamos da seguinte forma: Alguém falou aqui que viu que os Deputados não passam o dia nos gabinetes. Da impressão que passamos o dia inteiro no ar-condicionado, no bem bom. Mas, não é assim. Conforme chegam as demandas, nós vamos de secretaria em secretaria, brigando, pedindo, solicitando, vendo que não tem recurso, tentando buscar recursos de alguma forma. Esse é o dia a dia do Deputado que ninguém conhece. A gente pouco fica nos nossos gabinetes, porque temos as demandas de fora, temos as comissões, são as pessoas do concurso. Mas, nós não temos competência para chamar ninguém do concurso, porém nós vamos atrás, buscarmos, discutirmos com o Executivo, com o Judiciário.

O Deputado Brito colocou uma questão importante de levarem os projetos de vocês ao Executivo Estadual. Isso vai ser muito bom, porque têm ideias excelentes nesses projetos. Então, o que eu queria pedir, Deputada Angela, a Senhora que está à frente do Projeto, porque a Assembleia é dividida em 14 comissões, cada um de nós participa de cerca de 4 comissões, que vocês não viessem aqui somente hoje, viessem sempre buscar informações e tirar dúvidas, discutirmos o orçamento e a necessidade que esse Estado tem de gerar emprego para o jovem. O jovem Zago colocou muito bem aqui, o ideal nós conhecemos, que é o jovem sair da escola para o emprego, mas onde irão buscar isso? O que nós temos

disponível de recursos? Qual a diferença entre o querer e o fazer? Então, é muito importante que cada um conheça o papel desta Casa, porque essa é a função do parlamentar. Gostaria de dizer que a Assembleia está de portas abertas para vocês. É uma honra tê-los por perto querendo saber, querendo discutir, querendo contestar. Esse é o Parlamento. Esse é o Poder Executivo. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados jovens, familiares dos Deputados aqui presentes, imprensa. Eu tenho dito que ninguém mais do que eu gosta de ser Deputado. Podem até gostar igual, mas não mais. Incomoda-me muito como a sociedade muitas vezes encara o Parlamentar. Quando fui Presidente desta Casa, conversando com a Deputada Ângela, nós tínhamos um projeto visando encurtar a distância entre a sociedade e a Assembleia, para que a população participasse mais do nosso trabalho e tivesse um conhecimento maior do que é o Parlamento, do que é a Assembleia Legislativa. Então, foi criado esse programa. Acho que já está na 2ª ou 3ª edição. Tenho certeza que quando vocês forem discutir com seus colegas, com seus pais sobre política, irão dizer como funciona a Assembleia Legislativa em todos os lugares que andarem, porque o que falta é informação. Todos os projetos que foram apresentados já foram discutidos nesta Casa. Nós temos, em Roraima, hoje, o maior número de jovens formados do País. Isso já foi discutido aqui. E onde iremos colocar esses jovens que estão saindo das universidades do Estado? Todo ano saem três mil jovens formados das nossas universidades, mas não têm onde trabalhar. O Estado passa a ser o maior exportador de cabeças pensantes do País, porque o jovem tem que ir atrás de um lugar onde ele possa ter um salário digno. E essa, Zago, é uma de nossas preocupações que já foram discutidas aqui.

Eu estive em São Paulo visitando um amigo meu que estava com câncer e ele me disse: “Me leva para Roraima, não me deixa morrer aqui. Eu não quero ir como bagagem no avião”. Isso porque nós não temos um Hospital de Câncer aqui. Isso tudo foi discutido aqui, mas a nossa competência é pequena, se dependesse da Assembleia, nós teríamos o Hospital do Câncer e nós estaríamos hoje, oferecendo emprego para todos os jovens que saem das universidades. Mas, tenho certeza que a semente do Parlamento Jovem foi plantada e vai gerar bons frutos. Eu quero viver para ver muitos de vocês ocupando os nossos lugares e continuando com essa luta que nós temos enfrentado a cada dia nesta Casa. Quero parabenizar todos vocês, principalmente aos pais que estão aqui presentes, porque vocês saindo daqui com essa nova mentalidade sobre o Parlamento, não estarão ajudando a Assembleia, estarão ajudando a democracia deste País.

Quero agradecer a equipe da Deputada Ângela que é uma das Deputadas mais atuantes desta Casa, pois sempre está à frente de bons projetos. Que continue com essa equipe e que a cada dia desenvolva mais ações de interesse da sociedade. Muito obrigada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quero cumprimentar o Presidente, toda a Mesa Diretora, e parabenizar a todos os que participaram desse projeto, em especialmente à Deputada Angela Portella e toda a sua equipe, representada pela pessoa da professora Mariazinha, porque realmente elas se empenharam. E Vossa Excelência está de parabéns, vindo de duas Audiências Públicas para, em seguida, apresentar o Parlamento Jovem nos dando a felicidade de acompanhá-los, o que para mim, Julimar, foi uma satisfação, você que veio da vicinal 42 de Rorainópolis, da Escola José de Alencar. Então, eu acredito que é uma oportunidade de vida. A Deputada Angela Portella fez com que nós conhecêssemos vocês e estivéssemos juntos também conhecendo os seus sonhos e os seus anseios. Eu também aprendi com o Julimar esses dias. Foi muito importante a experiência e espero continuar acompanhando o meu filhado que foi um presente, foi um sorteio e, eu fui muito sortuda. Mas, eu quero também cumprimentar o Álvaro Gomes que foi um dos que disse que realmente quer ser político. Espero que você se espelhe no Deputado Chico Guerra que gosta de ser Deputado e que consiga realizar os seus sonhos. Eu passei doze anos tentando ser Deputada Estadual, mas seguí. Então, siga os seus sonhos que você vai conseguir alcançar seus objetivos que é trabalhar pelo bem comum.

A Senhora Deputada **Angela A. Portella** – É uma satisfação imensa. Estou muito emocionada na condução desse trabalho. O Parlamento Jovem é um projeto de um alcance transformador imensurável, pois foi planejado e executado com muito carinho, com muito zelo e envolve toda a Casa Legislativa, o TRE e a Secretaria de Educação. Eu estou aqui, na Tribuna, para fazer os agradecimentos, pois não poderia deixar de fazê-los. Quero agradecer imensamente, de coração, o Presidente, Deputado Jalsler, e toda a sua equipe, incluindo a Niura, a Dezinha, incansáveis em apoiar esse projeto, porque sem eles não poderíamos tê-lo realizado. Quanto à ESCOLEGIS, eu não tenho palavras para agradecer a Bárbara,

ao Jonas, a professora Mariazinha, ela que é a nossa coordenadora dos projetos especiais e que trabalha incansavelmente, sem ligar para final de semana, porque, muitas vezes, deixamos a família em segundo plano, para termos esses momentos de alegria, de felicidade e de sensação de dever cumprido. Quero agradecer a todos vocês, à comunicação, em nome da Elissa Paula, que nos deu total apoio para que pudéssemos divulgar e documentar o nosso trabalho, encaminhando os profissionais da mesma forma, no sábado, pois esse projeto teve a fase de planejamento, de execução, mas também terá a fase de continuidade, e eu quero falar rapidamente sobre isso. Quero agradecer a toda a equipe do Cerimonial, em nome da Perpétua, à Secretaria Legislativa, em nome do Doutor João de Carvalho, às meninas da Taquigrafia, aos Deputados, todos e seus assessores. Depois do contato dos meninos com os Deputados, essa foi uma forma de selar o nosso trabalho de forma digna, de forma brilhante. Todos ficaram muito satisfeitos com a forma como foram recebidos, acolhidos, pois essa é a palavra. E nós precisamos, realmente, que esses laços sejam cada vez mais estreitos, pois o nosso trabalho vai continuar, porque os meninos têm o mandato de um ano. Quero agradecer aos alunos da capital, do interior, incluindo aí uma escola indígena, em nome do Gênesis, que é de uma comunidade indígena, da Tábua Lascada, em nome da Deputada Niely, que foi tão brilhante em sua fala aqui, aos gestores e aos professores das escolas participantes, à Secretária de Educação que nos abriu a porta e nos oportunizou, aqui representada pela nossa amiga que foi a coordenadora desse trabalho, a Vera Leite. Em nome do Desembargador Mauro Campelo, quero agradecer ao TRE que é nosso parceiro e nos cedeu as urnas. Agradeço, também, ao nosso parceiro desde a primeira edição, que é a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em nome do Presidente Josué Neto, em nome da Jaqueline que é a Presidente da ESCOLEGIS do Estado do Amazonas. Agradeço também ao Procurador Geral do Estado do Amazonas, Doutor Natan, bem como à Doutora Marlia, que é a Secretária Legislativa. Quero dizer para vocês que tudo isso começou graças à confiança no trabalho desenvolvido por esta Parlamentar, pelo então Presidente da Assembleia à época, Deputado Chico Guerra, a quem eu faço uma deferência especial. E eu estou repetindo os meus agradecimentos porque acho que tudo o que eu falar, em termos de agradecimento, será pouco. Nós ganhamos companheiros de luta e, por isso, estou muito emocionada. Esses meninos aqui, mostraram que estão muito preparados e sabem o que querem. Foram levantados alguns questionamentos nesta Casa e para responder a esses questionamentos, pois sei que todos ficaram muito motivados com a forma como irá ocorrer esse trabalho, nós teremos reuniões mensais nesta Casa. Os meninos do interior terão passagens, hospedagem e alimentação pagas por esta Casa, ou seja, terão condição da representatividade. Nós vamos estar abraçando campanhas e dando a oportunidade para que os projetos que esses jovens parlamentares tragam do seio da sociedade em que eles estão inseridos, sejam deferidos aqui. Eles serão um braço da Assembleia dentro da sua família, dentro da sua escola, dentro da sua comunidade. Foi assim que esse projeto foi pensado, como falou o Presidente, à época, Deputado Chico Guerra. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade dada pelo Presidente Jalsér Renier de podermos executar essa ação e por ter acreditado nela. Quero dizer a vocês que a segunda edição está sendo melhor que a primeira, pois hoje estamos mais preparados que no ano anterior. Agradeço a todos. Ontem, recebemos a visita do Conselho Regional de Medicina e, na oportunidade, fomos informados do lançamento da Campanha Vamos Resgatar Nossas Crianças, feita à nível nacional. O Brasil tem um índice muito alto de crianças desaparecidas e nós precisamos estar atentos a essas questões, para que esses índices diminuam. Então, esse é um movimento efetivo de resgate de crianças desaparecidas, mas, também, de ensinar aos pais e as próprias crianças a forma de se proteger. Então, essa será a primeira atividade do Parlamento Jovem. Quero agradecer e dizer a vocês que têm mais ações em nosso mandato, mas se a gente só tivesse feito essa, já valeria à pena. E, o Parlamento Jovem, para mim, já justifica o meu mandato, porque eu sei que a partir daqui muitas coisas boas vão acontecer, a começar pelo sentimento modificado de vocês diante do que é o Parlamento, do que é o Poder Legislativo, que é o poder que representa a população e tem que ser o Poder mais forte. Quero agradecer aos Deputados Brito e Gabriel que estão abrindo as portas do Palácio para que possamos levá-los até lá, a convite da Senhora Governadora, com o apoio desses dois parlamentares, para que vocês possam expor os projetos de vocês, para que eles sejam abraçados a quatro mãos pelo Poder Legislativo e também pelo Poder Executivo. Muito obrigada a todos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Bom-dia a todos. Quero cumprimentar à Mesa, em nome do Deputado Hudson, que é meu afilhado e que veio da Vila Iracema. Em nome dele cumprimento a todos os familiares, professores, funcionários da Assembleia, as meninas da

taquigrafia, o Professor João de Carvalho que sempre está nos orientando, à imprensa, ao nobre Deputado Chico Guerra que deu permissão para a execução desse trabalho. Parabeno(a) a Deputada Ângela pelo belíssimo trabalho e quero dizer que essa semente já está germinada e crescendo. Hoje, Deputada Angela, o Parlamento está muito mais exigente que no passado, porque os jovens sabem o que querem, estão trazendo os projetos, estão trazendo a ansiedade do povo, o que o povo quer e fala nas ruas, o que o povo pensa para dentro da Assembleia Legislativa. Estou muito feliz porque amanhã serão vocês que atenderão aos anseios de Roraima, aos interesses do Brasil no Congresso Nacional. Muitos de vocês poderão ocupar uma vaga no cenário político nacional. Então, é muito importante, a política tem que ser discutida. Como disse um jovem parlamentar, ela tem que representar o clamor da sociedade, ela tem que ser levada para dentro das escolas e vocês serão os responsáveis ao levarem para os seus amigos a importância do Poder Legislativo, pois muitas vezes o povo acha que a gente pode tudo, mas, infelizmente, não podemos quase nada, pois temos uma Constituição que nos direciona, que nos limita de fazer tudo aquilo que temos anseio. Quero dizer que estou muito feliz com a presença de vocês. Gostaria, Deputada Angela, que combinássemos uma Sessão Especial para eles, numa sexta-feira, para que convidassem seus colegas de escola, familiares. Seriam interessante que a cada reunião conseguíssemos a liberação de duas ou três escolas para que participassem, para que pudessem assistir aquilo que vocês querem para o povo de Roraima. Então, era isso que eu gostaria de dizer. Quero agradecer a todos os parlamentares presentes, a presidência desta Casa por nos dar condições de trazer esse povo do interior. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, parabéns pela vitória. Bom-dia a todos. Parabéns a Mesa, aos jovens Deputados eleitos. Gostaria, em nome do meu afilhado Davy, de parabenizar a todos os Deputados eleitos. Álvaro, prestei atentamente atenção as suas palavras, se você precisar de algum apoio, de assessoria, estou com minha assessoria à disposição para poder prestar esse apoio. E o seu projeto pode virar uma indicação, como lhe falei. Ao invés de você apresentar um projeto, deve apresentar uma Indicação para que o Executivo execute essa ação. Fico muito feliz em ver este momento, porque acredito muito nos jovens. O futuro do nosso Estado está nas mãos dos jovens. Vocês serão futuros Senadores, Governadores, é isso que a gente quer. Queremos que os jovens tenham uma educação de qualidade para que possamos mudar a realidade do nosso Estado. Então, fico muito feliz. Parabéns! Vocês estão no caminho certo. Levem essa mensagem para suas casas, para os grupos de escolas, criem grupos de debate e tragam ideias e sugestões. Aqui é a Casa do povo, ou seja, é a casa de vocês. Portanto, fiquem à vontade, pois estaremos aqui à disposição para ajudá-los. Fico feliz que estejam tendo muitas ideias boas, jovens preparados para o nosso futuro, é isso o que desejamos, o que queremos. Minhas palavras serão curtas, pois obedecerei à ordem dos três minutos, não cheguei nem a falar tudo. Parabéns e podem contar conosco. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, Mesa Diretora, meu querido afilhado Tiago. De ontem para cá já conversamos muito, já nos conhecemos um pouco, conheci o pai, a mãe e, inclusive, já temos um almoço agendado na casa dele. Quero dizer da alegria de estar aqui com vocês e de ver esse projeto maravilhoso se concretizando. E parabeno(a) esta Casa por esta iniciativa. Sou professor e fico feliz ao ver que os alunos se interessam por política. Entende-se que tudo que passa no contexto social é porque antes houve uma política pública, alguém assinou, defendeu então, vocês estão demonstrando um grande interesse para com o Estado de Roraima e, por conseguinte, para com o Brasil. Aqui estão os futuros políticos do Estado de Roraima. Quero dizer que este momento é de troca de experiência. Falo isso porque de ontem para cá estamos mais próximos, conversamos muito, já trocamos whatsApp. Quero parabenizar a Escola Lobo D' Almada onde o meu afilhado estuda no segundo ano. O seu projeto é muito pertinente por tratar da implantação da escola integral no Estado, é muito bom ver que os jovens estão se interessando por esta discussão. Quero dizer que não foi surpresa para mim, a eloquência do Deputado Álvaro, pois eu já o conhecia, fui seu professor de história na escola São José, inclusive, soube que ele tinha pedido para ser meu afilhado. E quero dizer que estamos próximos, sei da sua capacidade e inteligência. Quando nos encontramos aqui, ele perguntou se poderia me procurar no meu gabinete, ao que lhe respondi que sim. Em seguida, ele disse que queria entrar na política, que queria ser Vereador! E eu fico pensando, ele foi meu aluno! Parabéns! Coloco-me à disposição, bem como o Deputado Jorge Everton. Quero dizer que fiquei satisfeito com o Projeto do Deputado Gabriel Soares Ferreira que trata das instalações dos painéis. Quero lhe informar que no dia 3 de junho, nesta Casa, ocorrerá uma Audiência Pública para

tratarmos de novas formas de energias renováveis no Estado de Roraima e, Vossa Excelência é meu convidado para participar, bem como os demais alunos Deputados. Quero dizer também que estou muito satisfeito de estar participando desse ato histórico. Voltem para as escolas de vocês e transmitam toda essa experiência que adquiriram aqui nesta Casa de Leis.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero parabenizar a Mesa Diretora e os demais membros do Parlamento Jovem pela eleição e articulação feita em cada escola. Quero dizer que o processo eleitoral não é muito diferente do nosso, com algumas exceções. Quero também parabenizar o Deputado Jalser, em especial a Deputada Ângela pela iniciativa, pois desde a gestão anterior vem fomentando iniciativas como essa, para trazer a população para a Assembleia, para participar desses debates importantes e, com isso, aproximar a Assembleia do povo, trazendo novas ideias. Vejam quantas ideias surgiram com a contribuição de vocês e outras que ainda vão aparecer devido a esse Projeto. Quero dizer a vocês que eu também entrei na política recentemente. Em 2010, eu fui eleito pela primeira vez. Eu era Soldado da Polícia Militar e fui eleito parlamentar. Às vezes, a gente entra pensando que o Deputado pode fazer tudo e não faz, porque não quer! Mas não é isso, há toda uma atribuição ou regra estabelecida pelos 3 Poderes, que têm o poder de decidir o que é melhor para a sociedade brasileira, na verdade temos um poder limitado, mas, sem sombras de dúvidas, o Parlamento é o mais belo dos poderes, é o que está mais próximo do povo, é o que sente de fato os anseios do povo, e cabe a nós, como parlamentar, ouvirmos a sociedade. Infelizmente as demandas são grandes e os problemas também, temos problemas nas escolas, não há valorização do professor, não temos uma saúde de qualidade, falta segurança, falta oportunidade para os menos favorecidos como as mulheres e os negros, ou seja, isso vem de um processo histórico no nosso país. Foram 300 anos de colonização pela Coroa Portuguesa, onde fomos explorados, mais 50 anos de império, onde tinha um Senhor soberano que ditava as regras, quase 400 anos de escravidão dos povos indígenas e negros no Brasil, e isso deixou uma seqüela. Vemos as favelas nas grandes cidades, vemos pessoas esclarecidas discordando das cotas nas universidades destinadas a negros e indígenas por não terem essa compreensão da formação do nosso povo. Então, tudo isso precisa ser enfrentado com debate político. Às vezes, vemos as forças políticas atuando no Congresso Nacional, nas Câmaras e Assembleias e não entendemos. Quero compartilhar informações para que tenham uma ideia do interesse econômico que prevalece. Só para se ter uma noção, na Câmara Federal, dos 513 Deputados, 273 representam a classe empresarial. Não estou dizendo que os empresários não tenham que ter sua representatividade, mas 60% do nosso parlamento representa a classe empresarial, o nosso povo é representado por empresários? Não! A classe empresarial apenas representa uma pequena parcela da sociedade que tem que ser representada e valorizada, mas não pode ter influência política no nosso Brasil. Em 2002, as empresas financiaram duzentos e oitenta milhões nas campanhas políticas. Já em 2010, foram quase 10 bilhões, ou seja, isso na questão financeira, elegendo as suas bancadas. Eu pergunto: será que um Deputado eleito com o dinheiro das empresas de planos de saúde, vai defender uma saúde de qualidade? Não vai. Estou falando isso para provocar vocês. Ao voltarem para suas escolas levem essa questão, e perguntem que tipo de político queremos? O meu voto é um produto, que posso trocar por um emprego ou uma boca de urna? Cabe a nós mudarmos essa realidade. O jovem, há uns 30 anos atrás, quando não existiam as redes sociais, votavam pela indicação do coronel da fazenda. Hoje, os jovens têm todas as informações para formar opinião e não só para criticar para dizer que o político não presta, que todos são iguais! Não é assim, tem que denunciar, tem que cobrar, mas acima de tudo trazer soluções. O que nós queremos é mudança de fato. Eu olhei a composição do parlamento jovem e, se não me engano, tem nove mulheres, diferente da composição da Assembleia, que só tem três mulheres. E, na legislatura passada, só eram duas. Se olharmos na Câmara ou no Senado esse número não chega a 10%. Nós temos 19 mil eleitores indígenas, e aqui não tem sequer um representante indígena, da mesma forma que não tem um trabalhador rural aqui representando a classe. Os Deputados que estão aqui foram eleitos com o apoio do povo, nós precisamos mesclar a composição do Parlamento, em especial da Câmara Federal, onde a maioria foi eleita com o apoio da classe empresarial. Quero parabenizá-los e pedir que acompanhem as votações da reforma política que será estabelecida no próximo ano e, se prevalecer a questão financeira, nenhum trabalhador vai ter chance de entrar aqui, ou na Câmara Federal e no Senado, porque nenhum de vocês é rico e nem tem empresário para bancar. Quero pedir aos Senhores que fortaleçam suas escolas, participem da vida escolar, criem os grêmios estudantis. Inclusive, a minha luta começou em grêmios estudantis. Eu estava falando

com o Deputado Petherson, que quer implantar uma rádio comunitária nas escolas, que nós implantamos uma rádio comunitária em 1996, na minha escola, para facilitar a comunicação. Então, o que eu deixo para vocês é que fortaleçam os grêmios das escolas, porque dessa forma terão força de representatividade. Nós, hoje, temos uma nova realidade e a composição dos nossos poderes, e vocês estão habilitados a ocuparem uma vaga de Deputado ou Senador. Quero também agradecer a minha convivência com o Petherson em meu gabinete. Muito obrigado!

O Senhor Presidente do Parlamento Jovem, **Felix Marcos de Souza Moraes** – Agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente Sessão.

A Senhora Presidente (**Angela A. Portela**) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 27 de maio, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 27/05/2015

DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
02 de junho de 2015

Aos dois de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente à Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos, sob a Presidência do Senhor Deputado **Jorge Everton**, com a presença dos Senhores Deputados **Odilon Filho, Soldado Sampaio, Coronel Chagas e Lenir Rodrigues** membros desta Comissão. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme requerimento do Senhor Deputado **Odilon Filho**, foi dispensada a leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido a distribuição de cópias com antecedência a todos os membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada. **Ordem do dia:** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. Senhor Deputado **Jorge Everton**- Quero dá as boas vindas a nossa Delegada Geral doutora Haydee. É com muito orgulho que nós recebemos a senhora. Estamos fazendo uma discussão; a Comissão de Segurança Pública está se prontificando a ouvir a todos os integrantes do Sistema de Segurança Pública, para que a gente possa ter uma realidade e possamos ver em que sentido a Assembleia Legislativa pode lhe ajudar a melhorar a Segurança Pública como um todo. Já foi ouvido aqui o nosso Secretário de Justiça e Cidadania dr. Josué, foi ouvido também o Comandante Geral da Polícia Militar e a Senhora está sendo o terceiro Membro do Sistema da Segurança Pública a ser ouvido. Iremos dar prosseguimento assim que for confirmado o nome do diretor do DETRAN e em seguida o Secretário de Segurança Pública para que fechamos todo o Sistema de Segurança Pública para que a gente possa fazer esse apanhado e ajudar a melhorar o quadro da Segurança Pública que não é fácil, eu sempre digo que a Segurança Pública está atrelada a um todo: a educação, a saúde e quando precisa da polícia é porque o Estado falhou e não conseguiu garantir todos os outros direitos, neste momento entra o papel da polícia que em muitos momentos não é entendido. Será bom esclarecer alguns pontos que a imprensa tem batido injustamente e a gente precisa deixar claro isso para que os colegas compreendam melhor. Iniciarei dando a palavra à doutora Haydee para que ela fale a vontade sobre sua Pasta e sobre seus planos e em seguida abriremos um debate com os deputados para qualquer dúvida que tenham. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Boa tarde a todos, quero cumprimentar nosso Presidente da Comissão deputado Jorge Everton colega nosso de classe delegado, deputada Lenir minha colega, temos muitas histórias, o deputado Odilon. Gostaria de mencionar a presença da delegada Darlinda, delegada Reginéia, estas, são minhas assessoras, assessoras da Delegacia Geral, temos também dois policiais que nos acompanham sempre, registrando os eventos da polícia. Primeiro Senhor Presidente, tive o cuidado de fazer o documento como sempre, acho bom fazer o registro documental e passar à mão de Vossa Excelência, um ofício encaminhando o nosso Plano de Gestão, também tive o cuidado

de fazer algumas cópias destinadas a cada um dos deputados, que desculpem, mas vi a composição pela imprensa e nós temos que dá crédito à imprensa. Fiz aqui uma cópia dos mesmos documentos que o Senhor está recebendo, coloquei o nome dos Senhores deputados para que possam acompanhar melhor a exposição. E depois Senhor Presidente, repasse por favor, e quem precisar, o Senhor faça a gentileza de fazer outras cópias e divulgar. Tem uma introdução, pois não lerei tudo, depois cada um fará a sua interpretação pessoal, e aqui a nós iremos nos ater aos pontos que realmente interessam à polícia e também à Comissão. Na primeira folha tem um quadro onde demonstra todo o nosso efetivo por categoria, na outra página, temos o nosso organograma da Lei atualizada que é a Lei dois, dois, três de março de dois mil e quatorze. Em seguida, temos as unidades policiais demonstrada em quadro. Quando nós assumimos à Pasta, no dia dois de janeiro, por compromisso com o governo do povo, através da governadora Suely Campos, nós tratamos de fazer um diagnóstico da Pasta e elencamos algumas carências, é claro que isso não foi feito de um dia para o outro, nós no primeiro momento, tivemos um impacto de tomar a Pasta da maneira em que se encontrava, com muita delicadeza, com muita precariedade, mas fizemos, portanto, nós elencamos aí vinte carências, é claro que poderá está faltando algumas, contudo, estamos aqui justamente para fazer essa cooperação e estamos acessíveis a sugestões, ideias tudo aquilo que vier enriquecer a gestão da Polícia Civil. Em seguida, nós traçamos os objetivos encima das carências e também estão elencados, planejando recursos que ainda irá ser feito um planejamento para ser incluído no PPA, que será votado salvo engano em setembro ou outubro, não sei ao certo qual será o período, mas nós iremos ser convocados na época certa, onde o responsável é a CEPLAN. Será encaminhado uma cópia à governadora, outra ao Secretário de Segurança Pública. Como houve uma mudança, este ainda está tomando ciência da situação, para depois participarmos do PPA pela SEPLAN. Após o planejamento, nós traçamos metas aonde buscamos alcançar para que possamos executar o planejamento que se traçou, é claro que são metas para o quadriênio, este, é que temos de fato e de direito, o quadriênio do governo do povo. Essas metas, algumas delas já se encontram em andamento, outras inclusive já foram até concluídas, no documento que lhes entreguei, não está enumerada, mas irei aqui falar das metas que se ainda não se realizou, está em andamento. A primeira meta foi: concluir as obras das unidades policiais (primeiro DP, segundo DP, terceiro DP, quarto DP e a delegacia de Caracará). Essas obras não foram iniciadas nessa gestão, nós assumimos nesta gestão, pois estavam paralisadas, então, nós diligenciamos junto aos órgãos responsáveis, conseguimos fazer com que cada obra dessem início a sua construção inclusive, já tem no contrato no novo aditivo de prazo, a data de conclusão, porém, eu não tenho de cabeça, mas poderei enviar à Comissão ser for necessário. Estamos acreditando porque está no papel e espero que eles cumpram, pois todos sabem que obra não é bem assim como se planeja, contudo, no último documento, está firmado para a conclusão entre outubro e novembro, salvo engano, três em novembro e uma em outubro, portanto, está em andamento. É uma das metas que nós elencamos em primeiro lugar assim que assumiu essa Gestão. Pularei algumas metas pois prefiro comentar as que estamos trabalhando, e depois os Senhores veem qual colocarão em discussão. A implantação de um Sistema Integrado de Informatização com aparelhamento adequado e internet, em todas as unidades policiais do Estado de Roraima inclusive nas unidades do interior. Acho que o doutor Jorge Everton tenha algum conhecimento, talvez doutor, porque é um convênio firmado em salvo engano, no dia trinta e um de dezembro de dois mil e treze, talvez não fosse a sua gestão, mas o Senhor deve ter tomado conhecimento. Esse sistema é o SINESP (Sistema Nacional de Informação da Segurança Pública), eu sempre questiono esse sistema, porque nunca dar certo, por isso fica difícil de decorar. O SINESP é um convênio feito com a SENASP para ser concluído em trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, estava parado quando assumimos a gestão. É bom que se ressalte que Roraima nesse projeto, porque não se trata de um programa e nem de convênio, e sim, de um projeto da SENASP com o Estado de Roraima em que esse Estado foi colocado como plano piloto desse sistema para todo o país. Conseguiram na gestão passada, iniciar a implantação do sistema no Primeiro DP, porém quando assumimos, estava tudo paralisado, com muito custo, a gente tem dado andamento. Esse sistema é mais amplo, onde abrangerá o país inteiro. O programa só funcionará se estivermos no Estado de Roraima, não na Polícia Civil uma internet confiável, se não houver será como se fosse na minha opinião, um enfeite, voltamos ao nosso BO que sempre funcionou, nunca nos deixou na mão. Uma das metas que já conseguimos foi oxigenar as unidades policiais com o remanejamento periódico de servidores, recondução dos servidores cedidos a outras esferas de Poder que não atendem efetivamente às prioridades da função policial. Então Senhor

Presidente, nesse sentido é meta nós já praticamente concluímos a questão da remoção dos servidores dentro da nossa visão de gestão no sentido de melhorar o desempenho, motivar os policiais, dar uma razão maior para que voltem ter vontade de trabalhar principalmente evitando o adoecimento desses policiais que estão a dez anos, alguns iam fazer onze anos que irá ser em julho da Polícia Civil. Isso é constadamente inservível para a Polícia Civil, portanto, nós tratamos de fazer esse remanejamento, aproveitamos o momento para que possamos implantar duas jornadas na Polícia Civil, para fazer valer a Lei dois, dois, três, onde me recordo que o Senhor pontuou comigo que não houve tempo para o Senhor implantar, então, eu estou aqui lhe informando da sua vontade, que nós conseguimos. Oferto esse ato ao Senhor, hoje a Polícia Civil funciona nos horários que deve funcionar adequadamente para o serviço ao público, pois antes, as delegacias fechavam às treze e trinta e depois só o que funcionavam eram os plantões a central de flagrantes, e diga-se de passagem que também funcionava desde às oito horas, concorrendo com todos os distritos e delegacias, eu não entendia e o povo muito menos. Hoje nós conseguimos o primeiro ajuste dentro da Polícia Civil que foi essa jornada que vai de sete e trinta às treze e trinta com um primeiro contingente dentro dos distritos e das delegacias de defesa social. A segunda turma entra das treze e trinta às dezenove e trinta, isso nas jornadas de distrito e nas delegacias de defesa social, nos horários de expediente com duas turmas. Quero deixar bem esclarecido que hoje os distritos e as delegacias possuem duas turmas, têm um contingente duplicado, claro que temos que preservar às Leis trabalhistas. Nos distritos policiais e delegacias de defesa social com exceção da DDIJ, pois ela é específica para o menor infrator, funcionam ainda das dezenove e trinta até às sete e trinta para registro de ocorrência policial, tem as especializadas que não fazem esse horário que é a DRE, porém, às dezenove e trinta, funciona a central de flagrantes no prédio do quinto DP até às sete e trinta. Esse plantão funciona em regime de jornada voluntária, só faz o plantão quem se voluntariar porque o policial estará usando o seu descanso para trabalhar e é justo que se remunere e a Lei permite, foi assim que nós implantamos e conseguimos minimizar toda uma situação de serviço da Polícia Civil e de satisfação do servidor, porém os distritos e as que eu falei anteriormente, para registro de BO funciona nesse mesmo horário do plantão extraordinário na central. Nos distritos tem funcionários na permanência no regime de vinte quatro por setenta e duas horas, são funcionários escalados, contudo, fazem parte do efetivo de cada distrito e de cada delegacia de defesa social. Com isso, consegui minimizar problemas pessoais, psicológicos e psiquiátricos, melhorando a satisfação dos servidores no que diz respeito a motivação, é claro, quem vai para um plantão de forma voluntária, ele vai com mais satisfação e final do mês, ele fica mais satisfeito ainda, pois tem um acréscimo que antes ele não tinha, no serviço voluntário, esse funcionário está utilizando a hora de descanso, é uma indenização na realidade, permitido em Lei. Nessa mesma filosofia Senhores, a distribuição quantitativa e equitativa de servidores conforme a demanda de procedimentos, nós conseguimos com isso, arrebatar todo o efetivo que estava de uma certa forma mal utilizado, e com grandes problemas. Quando nós implantamos essas duas jornadas e mais o voluntário, nós conseguimos trazer o efetivo e distribuir de forma que cada demanda por distritos e delegacias, nós podemos fazer a lotação em número suficientes para a demanda de cada um, por demanda de procedimentos policiais, é claro que um distrito com uma demanda maior o efetivo também será maior, mas no mínimo em cada um hoje tem escrivães, agentes e delegados nas duas jornadas sem contar com o titular de cada delegacia, pois ainda tem o seu titular, portanto, conseguimos fazer essa distribuição e melhorar o contingente de cada delegacia e assim motivar inclusive para que os serviços andassem melhor, quem ganha com isso além dos servidos, mas o alvo mesmo é o povo, foi o público. Tornar a capacitação policial uma ação constante como uma forma de motivação para os policiais civis, além de contato destes com novas técnicas, com tecnologias utilizadas na área para aprimorar o combate a criminalidade, é meta desse governo, capacitar todo o efetivo da Polícia Civil dentro das nossas condições. Eu trouxe o foldem do curso que já foi ministrado com três turmas com grande êxito, inclusive os servidores aplaudiram e querem mais. Nós iniciamos essa capacitação com o curso de isolamento e preservação de local de crime contra pessoa, aspectos periciais e jurídicos, o curso foi iniciativa do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoas) na pessoa do doutor Egídio que é o diretor, portanto, já iniciamos e estamos com toda uma programação ao longo dos quatro anos. Os servidores querem fazer cursos, contudo, nós precisamos sintonizar os cursos com o trabalho, pelo contrário, ninguém trabalha mais e ficarão só estudando, e isso não é possível que aconteça, mas nós estamos fazendo essa sintonia. A elaboração e implantação de um sistema padronizado de documentos administrativos e cartorários, isso é um projeto que está em

andamento na Corregedoria, até grifei pelo fato de não está concluído, mas estamos trabalhando isso desde o início, contudo, não foi possível concluir, sendo que falta pouco para que se conclua, pois é importante para que o trabalho avance e tenha mais facilidade e menos complexidade, é uma padronização. Primeiro a SENASP terá que bancar a nossa internet, pois se isso não acontecer esse programa não vai funcionar, pois se não me engano, tem um problema de fibra ótica no sistema do Estado, não sei dizer ao certo, pelo fato de não ter conhecimento desta área, mas tem um grande problema não só na Polícia Civil, mas acho que todos sofrem por isso. A internet é a plataforma porque se não tiver, não funcionará nenhum programa eletrônico informatizado. Irei falar agora da última meta grifada: Estabelecer períodos fixos de permanência dos servidores nas unidades policiais, isso nós reunimos e até decidimos que o período menos perigoso e mais salutar até dois anos em cada unidade, falando da padronização, quando se transfere um policial de qualquer unidade para outra, se for padronizado ele não sofre readaptação, adaptação ou interrompe o serviço para adquirir outros padrões, se nós tivermos unificados essa padronização, não irá haver prejuízo na hora da remoção de qualquer funcionário ou servidor. O SINESP se funcionasse, estaria padronizado, mas estamos, independente do SINESP fazendo isso. Muito importante esse ponto, está em andamento no CONSUPOL, e está distribuído. Estou aqui com a secretária do CONSUPOL que é a criação e implantação de um novo núcleo especializado para a apuração e combate aos crimes organizado por organização criminosa, está sendo apreciado, já tem relator e está distribuído, na próxima ordinária entrará para voto. Nós estivemos presentes na semana passada em duas reuniões como ouvidor nacional do INCRA, o desembargador doutor Gercino Filho que veio com uma comitiva para minimizar os problemas agrários, as situações dos conflitos agrários entre o movimento e foi pauta dessa comitiva, o enfrentamento com as polícias e os movimentos, nós fomos convidados e participamos e foi muito bom, e a comitiva fez um pedido para que a Polícia Civil se comprometesse que assim que desse e tivesse condição da implantação de uma delegacia para conflitos agrários, muito interessante porque é uma peculiaridade do nosso Estado, acho viável e interessante, porém, nós não temos nesse momento condições de fazer isso, e estamos estudando a possibilidade de designar ou acumular atribuições que vamos estudar qual delegacia ou qual delegado será designado para sempre atender o INCRA, o MDA, todos os órgãos Estaduais e Federais com os movimentos de terra e conflitos agrários, essa informação achei maravilhosa, inclusive o desembargador se prontificou, a Comissão dará condições, equipamento, aparelhamento e treinamento dentro dessa situação como mitigar os conflitos agrários. Essa informação é nova, mas está constando no documento. Está no CONSUPOL que era uma demanda mais nova do que a que citei anteriormente, a criação de uma unidade policial no município de Amajari, este município está nos preocupando pela situação geográfica, ela é quase que equidistante talvez menos de quatro quilômetros ou mais de Pacaraima à Boa Vista. Como é interior, Pacaraima absorve Amajari, porém as demandas já sentem necessidade de uma unidade mesmo que a gente não possa criar agora uma delegacia, mas nós podemos fazer uma ampliação, estamos fazendo este estudo no CONSUPOL. Nós temos a elaboração, estava falando aqui com o Senhor, da elaboração de um Projeto de Lei Orgânica da Polícia Civil, uniformizando o marco jurídico que hoje rege a instituição, diminuindo a diferença salarial entre classe, valorizando o Policial Civil na sua atividade fim, garantindo as prerrogativas já conquistadas. Nós temos que garantir a realização de concurso público para todas as carreiras policiais bem como para cargos de área meios, evitando assim, a prática de desvio de função e a insatisfação no ambiente de trabalho. Temos a conclusão dos objetivos traçados. Agora eu coloco para que os Senhores possam fazer as perguntas que lhes forem pertinentes. Senhor deputado **Jorge Everton**- Gostaria de registrar a presença do deputado Coronel Chagas que estava em outra reunião e eu agradeço o seu empenho em está aqui na nossa reunião. Após as palavras da Delegada Geral, vou passar a palavra aos colegas que queiram fazer alguma pergunta, foi bem esclarecedor, mas acho que ainda tem algumas dúvidas que a gente precisa sanar. Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- Quero dar às boas vindas a doutora Haydee Nazaré de Magalhães Delegada Geral da Polícia Civil, eu tenho algumas perguntas a fazer. Consta aqui no relatório, setenta policiais, sendo que a previsão legal é de cento e cinquenta. O número de delegados hoje, é suficiente para atender o Estado? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Não é suficiente deputada, e sofremos com essa carência e inclusive temos a pretensão de tentar preencher toda essa previsão legal, porque hoje a Polícia Civil em onze anos, é a única Polícia do Brasil que só foi realizado um único concurso, e o Estado de Roraima, salvo engano, cresceu aproximadamente quarenta e sete... (incerteza) por cento, aumentou a demanda do serviço policial e a nossa

Policial Civil, o nosso órgão ele diminuiu, encolheu por conta de migrações saindo da Polícia para outros concursos, aposentadoria, doenças. Ficamos ainda mais prejudicados, é pretensão da Polícia Civil colocar o preenchimento das vagas faltantes. Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- Doutora Haydee, quando andamos pelo interior, há uma reclamação sobre a fixação dos delegados nas comarcas. A Senhora tem algum plano e se já melhorou para que os delegados das Polícias morem nas comarcas para onde estão designados e passem os finais de semana nas suas comarcas? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deputada a Lei manda, obriga que o delegado do interior deve manter residência no seu local de labutre, porém este mesmo delegado, tem direito a folgas, descanso e outros direitos trabalhistas. Com essa deficiência, não é possível cada município ter mais que um delegado, então como é que funciona o interior? O interior é diferente da capital, todo o funcionamento do interior não pode nem ser comparado à capital, porém nesta gestão, procuramos colocar no interior os melhores da Polícia Civil, os mais vividos dentro da capital para responder no interior, acredito que está dando resultado, esse questionamento de estar ou não residindo, é uma situação que se está apurando e no momento eu ainda não posso passar algumas informações a respeito, mas nós estamos verificando isso. Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- Eu gostaria de saber se há alguma previsão para trabalhar a divisão na delegacia especializada a Mulher para que tenham dois eixos: um para trabalhar a violência doméstica familiar e a outra para trabalhar estupro, crimes sexuais. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deputada, está em andamento um prédio para funcionar a delegacia, a DEAM (Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher). Fico muito triste, pois houve um problema de firmação de convênio e trocaram o local que já era tradição aqui no Estado. Sou roraimense como a senhora e sabemos muito bem que ali naquele local sempre funcionou desde que iniciou o movimento pela mulher dentro da Polícia, houve essa inversão. Hoje essa delegacia que por força de convênio e que não foi nessa gestão, e não estou aqui para discutir isso, está sendo construído ali no antigo Segundo DP na Mário Homem de Melo no bairro Buritit. Todas as delegacias que estão sendo construídas neste momento, possuem o mesmo projeto, padrão do prédio do Quinto DP, então dá condição sim de fazermos atendimentos especializados separados como a Lei ordena, mas precisamos de estrutura e estamos trabalhando para que isso venha se concretizar. Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- A Senhora falou no planejamento sobre a capacitação permanente dos servidores, eu gostaria de fazer se a Lei nova dois, dois, três e está devidamente regulamentada e se já estão sendo pagas às progressões dos servidores tanto horizontais por tempo de serviço, como verticais por questões de escolaridade? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Essa previsão Legal na dois, dois, três foi esquecida. Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- Eu entendo que sem progressão o servidor público fica sem valorização. Eu queria lhe parabenizar pelo pensamento de criar uma unidade no Amajari, eu conheço bastante todas as localidades do Estado, mas gostaria de pedir, recomendar, solicitar um carinho especial para o uiramutã, com a demarcação da Terra indígena Raposa Serra do Sol, a sede do Uiramutã ficou muito isolada e com muitos problemas sociais de prostituição, já se verifica questão de tráfico principalmente porque está numa área de fronteira e estas são abertas, então eu acredito que lá requer não apenas uma unidade, mas uma delegacia, embora às questões indígenas seja de natureza federal, mas a sede do Uiramutã não é área indígena e todos os reflexos de alcoolismo, drogas, prostituição se reflete na sede do Uiramutã, então eu gostaria que a Senhora pensasse com carinho com sua equipe. Quero parabenizá-la pelo planejamento, obrigada. Senhor deputado **Odilon Filho**- Quero dá as boas vindas a doutora Haydee delegada geral do nosso Estado, agradecer os esclarecimentos que ela trouxe a esta Comissão, aqui tem alguns deputados membro desta Comissão que são especialistas na área da Segurança Pública, que é o caso do nosso Presidente, Coronel Chagas, deputada Lenir vem da área jurídica, como eu que venho do judiciário, contudo, não tenho muito conhecimento quanto a atuação dos delegados. Tenho acompanhado a reclamação da população por parte da permanência dos delegados. Recentemente vimos um caso que faleceu um senhor, foram para o hospital e o médico não queria dar o laudo médico, foram parar todos na minha casa, liguei para o Secretário Adjunto de Saúde e o mesmo conseguiu resolver, mas acredito que seria caso até de Polícia. Ele me disse que estava está sendo montado um Sistema para resolver esses problemas. Pois a moça que acompanhava o idoso disse que tinha ido à delegacia, mas não tinha delegado. Pois funcionava por plantão, equacionou o máximo que deu, mas não estava sendo suficiente. Eu conversando com Jorge Everton, quanto seria a quantidade ideal, mas o Estado não agüenta pagar. Um município como Caracarái ele me disse que

teria que ter no mínimo uns quatro delegados, para funcionar como quer a Lei, outra preocupação minha, e achei muito importante essa ideia de uma delegacia para os conflitos agrários, pois vamos ter problemas em nosso Estado, logo que está se iniciando esse processo de repasse de terras, os problemas serão imensos. Temos problemas rolando como o Iteirama, então teremos problemas constantemente. Se realmente tivermos uma delegacia especializada nesse sentido, ajudará muito, a situação chegará no judiciário praticamente solucionado. O Amajari, a deputada Lenir falou sobre a preocupação dela de ter realmente instalada e funcionando uma delegacia no Amajari, na minha opinião, isso já deveria está acontecendo, não cabe mais no Estado ter um município que não tem uma delegacia, é como não estivesse um hospital, não comporta mais, portanto, essa recomendação, irei deixar aqui no nosso relatório Presidente, para que seja feita essa recomendação de forma que o governo do nosso Estado tome providências o mais rápido possível, assim também ela relatou a questão do Uiramutã que também é uma preocupação. Quero lhe perguntar a questão do prazo de dois anos de remoção dos servidores, agentes e até delegados, já está em funcionamento ou ainda é um planejamento? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Nós fazemos a primeira remoção fazendo toda uma relocação e uma distribuição, colocando pessoas tirando de um lugar onde já está a dez anos fazendo essa oxigenação, porém esse prazo, não é uma situação definida em Lei, isso aí é mais psicológico, psiquiátrico, médico, mas apenas estamos com cinco meses de gestão. Contudo, estamos fazendo as adequações, quem já foi gestor sabe, como o Senhor que foi gestor a muito tempo, que muitas vezes você relata um servidor no intuito de melhorar o serviço e a satisfação do servidor, mas não é bem assim, depois que está lá a um mês já ver que não é bem aquele serviço, pois onde ele estava, trabalhava menos, desculpa, mas vou fazer um desabafo, é muito triste eu dizer aqui para vocês, mas os Senhores fazem parte do contexto, em que sou procurada constantemente por servidores pedindo para que eu relate, o traga para a Delegacia Geral só para assinar o ponto, eu falo: meu amigo eu estou para morrer de trabalhar e eu vou lhe dar sombra? Não tem condição. E não é uma ou duas, são vários e isso me entristece, mas até entendo que nesse tempo todo a polícia está realmente adoecida por conta desse número pequeno de efetivo para a grande demanda que é hoje para o Estado de Roraima ao longo de onze anos que se fará no dia dezoito de julho, até estamos com uma Comissão que está planejando uma festa para realizarmos essa comemoração. Senhor deputado **Odilon Filho**- Presidente, eu me sinto contemplado com minhas perguntas a doutora e com as justificativas dela. Senhor deputado **Jorge Everton**- Eu só queria explicar um pouco melhor a conversa que nós tivemos quando eu falei que no mínimo quatro seriam necessários porque até mostrei matematicamente à questão do plantão, porque a Lei exige que o servidor público reside no local que ele está lotado, seja delegado, juiz, promotor, defensor, procurador do Estado, mas o juiz trabalha no horário de expediente depois vai para casa descansar, a mesma coisa os outros servidores. Eu fui delegado no interior, em Mucajá, trabalhada de manhã, de tarde e à noite, iam bater lá em casa, pois precisavam de um delegado e não tinha delegado como tem na capital como a doutora explicou que é totalmente a rotina do interior. Então, o delegado acaba trabalhando de domingo a domingo e os três horários e isso é ilegal, é insalubre inclusive. Há uma necessidade de ter no mínimo três plantões onde cada delegado responda por um plantão e no mínimo um titular para responder pela delegacia, é por isso que a configuração mínima de uma delegacia seria quatro o ideal, e está muito longe de nós conseguirmos isso, o quadro está bem defasado, por isso que eu falei da necessidade de ter no mínimo quatro, às vezes, a pessoa olha de fora e diz: poxa, mas quatro delegados no interior não é muito? Mas ele tem que descansar não é uma máquina, o que tem que exigir é que no horário do expediente dele, esteja realmente na delegacia. Agora como é que se vai cobrar de um delegado que trabalhou no sábado e no domingo fazendo flagrante que ele esteja na segunda na delegacia? Desta forma não tem como fazermos esse controle. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Quero fazer uma colocação a respeito do interior, nós estamos vendo a parte do servidor público, realmente, o servidor não tem que trabalhar além da jornada do seu trabalho que diz a Lei, porém a demanda policial não justifica, o Senhor me desculpe essa quantidade de delegados, porém existem estudos para mitigar essa questão por região, aonde alguns plantonistas e delegados ficariam fixos, onde o plantonista do interior faria a cobertura por região, como é feita nos finais de semana, porém nós não temos esses delegados. Outra questão que eu gostaria não defendendo, mas incentivando, pois a defensoria possui esse estímulo, é que o delegado do interior tivesse a ajuda de custo da sua residência, era um incentivo, acho que também poderia ser um dispositivo de ajuda como o auxílio moradia. Isso seria um atrativo para minimizar essa questão da residência. Senhor deputado **Jorge Everton**- Só

complementando o raciocínio do Odilon é quando ele me fez essa pergunta foi justamente pelo pessoal do interior sentir a falta de delegado naquele momento. Então a gente fazer uma escala de sobre aviso, lógico que na nossa organização de trabalho está perfeito, mas na hora que o cidadão vai lá na delegacia e pergunta pelo delegado e ele não está, aí essa dúvida surge. Foi nesse momento que falei para ele, para que tenha delegado, é necessário que tenha no mínimo quatro, foi por esse motivo que coloquei desta forma. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão e também os colegas, deputada Lenir e Odilon, dá às boas vindas a doutora Haydee delegada Geral da Polícia Civil, me desculpar pelo atraso, mas houve coincidências de Comissões, enfim, nós procuramos cumprir todas as nossas obrigações. Eu quero inicialmente parabenizar a delegada Haydee por está a frente da Instituição da Polícia Civil, lhe desejar sucesso. Tenho algumas perguntas para tirar algumas dúvidas. A primeira é em relação a questão de efetivos da Polícia Civil se já tem um estudo e a previsão de quando poderíamos ter concurso para as diversas carreiras especialmente para às áreas de agente, escrivão e também para delegado. Tem algum estudo, onde pode se dizer assim: no segundo semestre, ainda neste ano ou se neste ano não haverá possibilidade. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deputado obrigado pelas suas palavras gentis de acolhimento. Quero lhe dizer que estamos em estudos, e ainda estamos no campo das ideias com relação a isso. Primeiro tem que se entender a questão governamental de poder realizar essas questões que são metas da Polícia Civil, temos em dois mil e quinze, a situação de contingenciamento que o Estado atravessa, salvo em engano até oito de julho. Então posso lhe afirmar que este ano não haverá concurso, porém se vislumbra com outros gestores e com a própria governadora, fazermos, concretizarmos essas metas no final de dois mil e dezesseis, por enquanto, são apenas ideias, não temos nada no papel e nem definido, porque depende de muitos estudos a arrecadação e o pacto orçamentário e etc. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Eu vejo isso como mais uma questão de definição de prioridades do governo, porque sempre como vai se falar de concurso público na área policial, nunca se tem previsão orçamentária, nunca tem financeiro, mas a gente tem que fazer acontecer, então a Polícia Civil está aí a onze anos sem concurso público como a senhora falou, nós tínhamos cento e vinte delegados... Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Cento e dezoito. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Hoje tem setenta. É claro que não dá conta da demanda e se fôssemos olhar nas outras carreiras também houve essa evasão, então, acho que aqueles que comandam, que fazem, que dão o norte da Polícia Civil, têm que fazer acontecer. Me desculpe a franqueza, mas nesses últimos dez anos o que mais se viu foi apenas a preocupação em melhorar os salários, a briga interna por cargos, quem vai ser da classe B,C,D,A, da classe especial e não se preocupou efetivamente em ver a questão da necessidade da Polícia Civil. Digo isso com a mais absoluta convicção e tranquilidade. Então, houve apenas um objetivo principal que era buscar a melhoria salarial a todo custo e ficou de lado a questão Institucional do ponto de vista de efetivo e também de outros pontos. Eu acho que a preocupação é: se nós fizermos concursos públicos, será mais difícil ainda colocar o nosso salário onde estamos pensando. Portanto, é a forma que eu vejo em relação ao concurso público. Agora apenas uma contribuição em relação a questão da permanência para o interior, o que a gente observa é que tem localidade que o policial vai lá para o regime de plantão, ele tira dois, três dias seguidos e vai embora para a cidade, volta para a capital e tem a gente que mora em Manaus. Quando dá um problema sério no município, só está o plantonista daquele dia lá, que vai tirar mais dois, três plantões seguidos, isso não é só em relação ao agente e escrivão, mas principalmente com os delegados. Esses policiais quando vão para ao interior, recebem uma ajuda de custo para fixar residência neste local, não é admissível saber que o cara vai lá passa terça, quarta e quinta e volta alegando que ele tem final de semana. O final de semana é para ele ficar na sede dele, sendo que só poderá sair de lá com autorização do diretor do Departamento de Polícia Judiciária do interior, porque não se toma providência? Se vocês possuem uma corregedoria, então, isso tem que ser tomar providência, em sede de Instituição de PM e de Corpo de Bombeiros, o militar não sai da sede sem autorização do comandante, e não é do comandante local, tem que ter autorização do comandante local e do comandante regional. Acho que somente assim, botando nos eixos e cobrando a responsabilidade e punindo quando for ao caso que vai se ter o policial lá no local. Ele não pode ir lá e tirar o plantão dele e ter uma folga de setenta e duas horas que é uma escala generosa que a Assembleia deu, e usar isso como instrumento para passar e combinar entre si: eu tiro aqui três dias, aí terei uma folga não de setenta e duas, mas somam-se três folgas de serviço. Por que quando dar um problema sério, o cara não está lá, sobre a alegação que cumpriu o plantão dele, aí precisa de um efetivo policial para fazer frente a uma demanda, de repente um assalto com

refêns, uma situação séria, uma investigação que demandará muito mais gente, vai localizar o cara e ele está lá em Manaus ou está aqui em Boa Vista ou está lá sabe aonde ou talvez curtindo uma pescaria no Baixo rio Branco. Então, tem que proibir essa questão do cara tirar dois, três prantões. O policial quando for designado para o interior, recebe uma ajuda de custo generosa conforme a distância. Quando ele for para lá, tem que cobrar dele as notas fiscais das despesas que ele teve, porque essas ajudas de custo, é para mudança, é para uma série de despesas que ele tem que cobrir com esse recurso. Mas o que se ver é que o cidadão mantém a residência dele aqui, aluga uma quitinete lá, e às vezes nem isso, vai e fica hospedado num hotel e quando passa dois, três dias lá, tira o plantão dele e volta para a cidade. No meu entendimento, é até uma burla que tem que ser responsabilizado. Esse foi um dos pontos para que houvesse aqui uma PEC subordinando a Polícia Civil administrativa e financeiramente ao Secretário de Segurança Pública. Teve outras causas e outras razões, mas uma das principais foi essa, porque às denúncias que chegavam aqui, é que o cidadão era transferido para Pacaraima e três meses depois já vinha para a capital, recebia a ajuda de custo generosa para ir e depois para voltar por necessidade do serviço público. Estava havendo um descontrole no orçamento, no financeiro, então em razão disso, foi aprovado uma PEC aqui pela Assembleia subordinando a Polícia Civil administrativa, financeiramente e operacionalmente se não me engano, ao Secretário de Segurança. Eu pergunto para a Senhora: Como está essa relação hoje determinada pela Constituição, está sendo cumprida pela Polícia Civil? Quem é que está autorizando a abertura de despesas desta natureza que eu falei, como diárias e ajuda de custo, é o Delegado Geral ou o Secretário de Segurança Pública? Está sendo cumprida essa Norma Constitucional? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Eu vou lhe responder. O Senhor tem razão nas suas colocações em relação à conduta de determinados policiais no interior, porém Coronel, essa cultura e essa conduta, vêm de tempos atrás. Não é fácil você apurar de imediato para tomar às providências corretivas, então, isso é um projeto em andamento, demanda tempo, investigação, diversas coisas... Senhor deputado **Coronel Chagas**- Foi aberto algum procedimento? Tem alguma coisa em andamento? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Estou fazendo a explanação da sua primeira colocação. Mas isso é como eu estou lhe falando, ainda estamos entrando no sexto mês e nunca essa gestão que está hoje participou de outras gestões. Então, é mais difícil nesse momento em pouco tempo, você fazer esse tipo de apuração, mas está sendo feito com certeza, o Senhor pode confiar. Não aceito essa conduta, esse tipo de comportamento de nenhum policial nem do delegado, não aceito, essa gestão não compactua com essa conduta. Porém, as coisas não são tão fáceis como parecem ser. Temos sim, já tínhamos informações, mas nós não éramos gestores e nem poderíamos agir para tal. Não estou aqui defendendo, mas estou colocando as razões, estamos apurando sim, tenha a certeza que isso está sendo apurado. Com relação à questão da PEC, o Senhor me desculpe a franqueza, mas eu não vejo que a Lei estática do papel resolva as questões de gestão, porque não é a Lei deputado, digo mais uma vez que me perdoe a opinião, que vai mudar a gestão, é a pessoa do gestor, não é uma PEC tirando uma autonomia, um direito garantido de um avanço que vai garantir que essas demandas, essas injurídicas que o Senhor relator vai garantir, não, é o gestor, é só mudar a pessoa do gestor da Polícia Civil para a SESP, isso é uma comparação. Então, eu não acho que a PEC resolva essas questões, isso é uma questão de gestão, essa é uma opinião minha, pretendemos sim, reaver essa autonomia, mas isso, é uma outra questão, sobre a pergunta que o Senhor fez com relação a Emenda Constitucional número trinta e oito. O governo entende que ela não foi regulamentada e que hoje está em vigor na Polícia Civil às Leis ainda é são a dois,dois,três a zero, cinqüenta e cinco, combinado com a Lei orçamentária de dois mil e quinze em que foi votada nessa Assembleia e a Polícia Civil ela consta nessa Lei ainda como Unidade Orçamentária Financeira, tendo essa independência. Então a governadora entende que em dois mil e quinze, está sacramentado. Fará sim as devidas mudanças no seu devido tempo ao Projeto dois mil e quinze, permaneceremos como ordenador de despesas, eu sou ordenadora de despesas da Polícia Civil, e a partir de dois mil e dezesseis é que se haverá esse remanejamento, se for assim da vontade governamental, orçamentária e financeira. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Então, pelo o que eu entendi, me corrija se eu estiver errado, a PEC não está sendo cumprida... Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- A Emenda Constitucional... Senhor deputado **Coronel Chagas**- Digo a PEC porque foi uma proposta de Emenda à Constituição. Não está sendo então cumprida, no sentido de autonomia administrativa e financeira, sendo Secretário de Segurança. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Não é que não esteja sendo cumprida. Nós entendemos que ainda não houve a transição, até porque essa Emenda nós não temos

conhecimento de sua regulamentação. Ela não é alto aplicável, necessita de Lei Complementar, salvo engano de juízo, para que se aplique à Emenda. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Então, no seu entendimento, em razão disso, se aplica a zero, cinqüenta e cinco ... Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - As Leis vigentes da Polícia. Senhor deputado **Coronel Chagas**- E como se manifestou, se é que tem alguma manifestação, a Procuradoria Geral do Estado, se foi feita alguma consulta já que havia essa dúvida... Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Tem um parecer da gestão passada nesse sentido. Senhor deputado **Coronel Chagas**- E qual é a posição da PROGE? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Doutor, eu não me aprofundi nesse parecer, mas a gente pode encaminhar para vocês. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Desde já eu requisito essa cópia dessa manifestação da PROGE, porque faço isso doutora Haydee, tenho o maior respeito pela Senhora, nos conhecemos a mais de vinte anos enfim, acho que fomos até contemporâneos no tempo da faculdade. É que chegaram denúncias de que houve uma quebra de braço entre o Delegado Geral e o Secretário de Segurança Pública. O Secretário querendo o cumprimento das Normas Constitucionais vigentes e que não há nenhuma ADIN contra elas e uma negativa por parte da Delegacia Geral de Polícia em cumprir o que lá está estabelecido, e que isso levou ao Secretário a pedir a demissão, depois houve um pedido para que permanecesse mais um período, e em seguida, foi surpreendido com a demissão. Mas o fato ensejador dessa crise, seria a negativa de Vossa Excelência no sentido de cumprir o que está na Constituição. Por isso, eu estou fazendo esse questionamento porque às denúncias que vieram são sérias, e eu na razão da agenda hoje dupla, acabei não trazendo a documentação. Realmente são sérias às denúncias de improbidade administrativa por conta do não cumprimento das Normas Constitucionais no tocante à questão da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e operacional, descumprimento de ordens, enfim, por isso que estou fazendo essas colocações. E a Senhora me confirmou aqui, que realmente não está sendo assim seguido. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Eu confirmei só que sou a ordenadora, agora com relação a essas denúncias, não é do meu conhecimento. Se são denúncias ou fofocas, a mim chegou como fofocas, ainda não recebi nenhuma denúncia formal. Então eu não tenho como... (conversas paralelas/inaudível). Senhor deputado **Coronel Chagas**- A Senhora chegou a receber alguma denúncia desse tipo? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Estou falando para o Senhor que não é do meu conhecimento, se há essa denúncia, eu desconheço. O que eu tenho conhecimento é de fofoca na imprensa onde saiu algumas coisas, que eu não confirmo porque não é verdade. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Certo. Uma outra pergunta que nós temos, é com relação os Institutos. Os Institutos estão subordinados a quem? Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Pela dois,dois,três. Eles são subordinados a um Departamento que foi criado nesta Lei dentro da SESP, é a este Departamento que eles estão subordinados. Porém, isso administrativamente, a outra parte operacional, ainda não foi concluída, porque nenhuma gestão se preocupou em preencher esse requisito da Lei, este dispositivo da Lei. Pela primeira vez, o doutor sabe aqui, que este Departamento está sendo preenchido na SESP. Foi nomeado acho que não faz dez dias, esse diretor que fará a coordenação dos Institutos. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Então, pelo que eu entendi, a Senhora não conhece bem o Parecer da PROGE, por que a PROGE é a que dá o norte ao administrador aqui no Estado, o que ele deve seguir, para que se depois der um problema jurídico, um questionamento, a PROGE ela vai defender encima daquela tese que ela construiu e a Senhora como gestora, nos falou que tem uma manifestação da PROGE, mas a Senhora não se aprofundou nisso. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Não. Esse Parecer não é da PROGE atual. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Mas a PROGE não é de um governo, a PROGE é de Estado. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Eu sei que o Estado é impessoal, mas estou lhe confessando que não tenho conhecimento do teor, sei que existe um Parecer da gestão passada encomendada pelo Delegado Geral anterior porque estava na minha mesa, entendeu? mas o teor eu não sei. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Certo. Mas aí a Senhora pautou suas decisões no tocante a autorizar despesas, sem consultar o Parecer da PROGE. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Coronel Chagas, isso aí a questão da Emenda Constitucional, eu vejo que é uma questão de Estado. E a governadora é quem dá o norte, e a governadora decidiu que esse ano..., Senhor deputado **Coronel Chagas**- Me desculpe, mas não é a governadora que dá o norte, quem dá o norte é a nossa Constituição, se existe efetivamente uma determinação da governadora no sentido de que não seja cumprida essa Norma Constitucional, eu gostaria também que encaminhasse para esta Casa... Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Não é assim a colocação..., Senhor deputado **Coronel**

Chagas- Se foi apenas uma determinação verbal da governadora, porque o que a Senhora está falando é muito sério. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Sim. Senhor deputado. **Coronel Chagas**- É muito sério o que a Senhora está falando. Porque quem dá o norte não é a governadora, não é o Presidente da Assembleia, não é o Presidente do Tribunal de Justiça, dos Órgãos Fiscalizadores, enfim, quem dá o norte para nós, é a nossa Constituição, é a Legislação Infra Constitucional. Existe aí uma hierarquia das Leis, veja bem, para a Senhora ser a Delegada Geral hoje, se deu em razão de uma alteração que nós fizemos na Legislação, porque antes, só poderia ser Delegado Geral da última Classe, não é verdade? Então, à análise que se faz hoje e que se comenta na Polícia Civil, é que aquela Norma que foi favorável para que um delegado que não fosse da Classe especial ser Delegado Geral de Polícia, é uma Norma válida que a Assembleia atuou corretamente. Mas às Normas que colocaram um freio em alguns pontos, entre eles, a questão do número exacerbado de diárias, do número exacerbado de ajuda de custo do servidor efetivamente não indo para o local e dois, três meses depois recebendo ajuda de custo que foi a questão da subordinação, não está sendo vista por aqueles que, às vezes um, às vezes outros, estão sentados, da cúpula da Polícia Civil, essa Norma não vale, essa PEC, essa Emenda Constitucional ela é questionável, enfim, está entendendo a análise que estou procurando passar. Então, para finalizar e não estender mais essa discussão, gostaria que a Senhora encaminhasse para essa Comissão, esse Parecer da PROGE já que a Senhora fala que é da gestão passada, e que se não foi feito ainda, pelo visto por ser do governo anterior, não teria muito valor jurídico de repente a manifestação da PROGE, a PROGE é Una. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Eu não estou dizendo isso. Senhor deputado **Coronel Chagas**- Se já foi feito uma nova consulta, já que o direito não é uma ciência exata, tenha outra cabeça que busque realmente um remédio jurídico para isso. Que nos encaminhe essa manifestação da PROGE, e também uma outra solicitação Presidente, é que encaminhe se por ventura se existe alguma apuração no tocante a servidor que tenha recebido ajuda de custo, que tenha alguma Representação, alguma Sindicância algum PAD (Procedimento Administrativo), para apurar eventualmente, alguém que recebeu ajuda de custo para mudar de sede e que não o fez. Então foram essas às nossas colocações. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Eu gostaria de esclarecer alguns pontos, vou pegar da última para depois..., a questão da ajuda de custo é regulamentada em Lei e o pagamento é feito segundo preenchimento de critérios legais, não é pago e não é depositado assim como as pessoas pensam. O servidor para ter o ganho efetivo ele precisa preencher todos os requisitos legais em processo, depois de examinado, vai para SEGAD, vai para..., salvo me engano, de memória não sei se vai para a PROGE, mas existe dentro da SEGAD todos os setores jurídicos que fazem essa avaliação e examinam os documentos apresentados, aí é que se pode pagar, e se há algum indício ou denúncia a respeito dessas ajudas, só podemos apurar depois de efetivamente pago, é claro que podemos paralisar um tipo de processo se há uma denúncia e no exame encontrarmos que realmente está irregular, só para esclarecer, esse problema...O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Deixa eu fazer um adendo nesse ponto, porque depois vai para o outro. Não estou aqui questionando o procedimento porque ele tem suas regras e tudo o mais, a solicitação que fiz, já emendando lá do início no tocante a permanência do Policial no interior, é se existe alguma sindicância, algum PAD em andamento mesmo que seja da gestão anterior, no tocante a esta questão, porque às denúncias que temos, é que o Policial não fica no interior, ele recebe a ajuda de custo para mudar de sede, dependendo da situação são dois salários integrais, enfim...A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Sim, só que o governo reduziu essa ajuda, nessa gestão, para um.O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Ótimo, então ele recebe esse subsídio para mudar de sede mas não muda, permanece aqui com sua residência aqui, seus familiares aqui e vai lá eventualmente passa dois, três dias, mas a sede e a vida dele é aqui, só mudou a lotação e quatro ou cinco meses depois ele volta e havia denúncias também de determinado servidor às vezes no período de um ano, foi aqui para o outro lado da ponte onde tem uma delegacia do interior e recebeu um subsídio, três meses depois recebeu outro subsídio para voltar para capital, logo depois conseguiu ir para o Alto Alegre, Mucajaí, então havia um grupo que... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Manipulava... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Manipulava. Então, a solicitação que fiz aqui é se há efetivamente algum procedimento instaurado para fazer essa apuração que nos informe, quando foi instaurado, qual a situação, porque nós da Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos e eu tenho mais um interesse porque sou Presidente da Comissão de Orçamento, é minha atribuição também zelar e acompanhar esse processo, é atribuição da comissão acompanhar a execução orçamentária

do executivo, verificar a rigor. Nós deveríamos estar todos os meses recebendo todos os relatórios de todos os órgãos contendo quanto foi gasto e com o que foi gasto, o que a Comissão vai começar a cobrar de fato a partir de agora, então gostaria de saber se tem alguma apuração em andamento, nos informar, quando foi instaurado e em que situação se encontra e quem são os investigados. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Sim. Deixa eu fazer uma colocação, posso lhe responder com segurança que nessa gestão nenhum dos delegados que foram removidos para o interior.O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Veja bem, não são só os delegados...A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deixa eu explicar...O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - É das carreiras..., A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Os policiais que foram removidos, ainda, foi concluído e nenhum foi pago até porque estamos em contingenciamento, não tem nem iniciado, nenhum processo para o pagamento de que eles fazem jús. Agora vou me interar, é claro, se houve no passado essas denúncias e o que foi feito e farei a remessa imediata à Comissão, com relação, posso continuar agora? Com relação a questão da minha nomeação como Delegada da Classe Intermediária, doutor, à fundamentação legal que temos invocado não é a Emenda Constitucional, até porque eu entendo que essa Emenda não está regulamentada, está em vigor a dois, dois, três e lá tem a previsão para qualquer Delegado de carreira, na dois, dois, três, edição de março. Então, quanto a isso aí eu já estou fazendo o esclarecimento, o outro ponto... agora esqueci...O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Era isso aí, respeito o seu entendimento, entretanto essas emendas têm plena eficácia, são auto aplicáveis, não dependem de regulamentação... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Os entendimentos jurídicos também não são matemáticos, então é uma questão a ser discutida, se for o caso, na esfera... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - A Emenda não estabeleceu que seria regulamentada no prazo de noventa dias, nada, ela tem plena eficácia. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Essa discussão realmente não cabe a mim. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Fico triste em a Senhora dizer que a sua nomeação como Delegada Geral, estando na Classe Intermediária, não se deu em razão do que foi aprovado por esta Assembleia e sim por uma interpretação. Isso desrespeita o Poder legislativo que dentro da divisão dos Poderes é tido como o principal Poder do Estado. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Me desculpe, mas esse desrespeito, não foi minha intenção. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Mas foi à leitura que fazemos. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Tudo bem, mas não foi essa minha intenção, eu respeito muito esta Casa... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Porque se não tivesse essa alteração na Legislação, a Senhora não estaria no cargo, porque mesmo que o Chefe do Executivo nomeasse, qualquer Mandado de Segurança a tiraria do cargo, então eu peço que a Senhora, com todo respeito, reconsidere até porque vai ficar registrado em Ata... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Claro...O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - E no momento em que isso for lido e tomado conhecimento pelos demais Parlamentares dessa Casa, com certeza a repercussão não será favorável, porque quem faz às Leis é o Poder Legislativo e depois é sancionado pelo Governo. Quando é uma emenda Constitucional, é Promulgada pela própria Assembleia, pelo Presidente da Assembleia, não é sequer o Poder Executivo que promulga, e às Leis são para serem cumpridas..., A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Sim. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Pelo que conheço da Polícia Civil, pelo que conhecemos das pessoas que fazem a Polícia Civil, muitos são comprometidos e concededores da Legislação e se não tivesse essa Emenda, essa alteração da Legislação, teriam muitas demandas judiciais, enfim, a Senhora não teria amparo Legal para estar no cargo. Fizemos essa alteração para que efetivamente desse oportunidade a todos, e quando ouvimos dizer que não foi em razão disso, com certeza, isso é uma paulada no Poder Legislativo. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deputado, quero me desculpar se o Senhor interpretou dessa forma, mas o que estou falando aqui foi em razão de um Mandado de Segurança impetrado contra a Governadora e que se firmou decisão e a invocação foi a dois, dois, três, infelizmente, não se fala em Emenda Constitucional e houve sim... depois houve até uma desistência, mas houve ainda uma decisão onde já se firmou essa decisão a respeito do intermediário com relação a dois, dois, três, me desculpe mas não fui eu quem decidi, foi o Judiciário. Essas discussões jurídicas, não cabem a eu discutir, não é? Me desculpe mais uma vez, mas continuo repetindo que já estar... foi com o Judiciário.O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Eu não entendi, houve uma demanda judicial com relação a sua nomeação? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Isso, houve... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Esse Mandado de Segurança foi para tirá-la do cargo e o judiciário... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Foi

desistido, mas houve. O judiciário negou a Liminar e fez uma decisão no agravo, então tem uma decisão que não invoca a Emenda. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Veja bem, o cargo... quem puxou que seria uma Emenda Constitucional foi na dois, dois, três que houve uma Emenda apresentada por Parlamentares autorizando a nomear Delegado de qualquer categoria para o cargo de Delegado Geral, não foi a Constituição que estabeleceu isso, foi a Lei Complementar que alterou a zero cinquenta e cinco... (conversas paralelas/ inaudíveis) Não, não foi Emenda minha..., para os Delegados...essa sim foi minha, agora a Emenda que autorizou o Chefe do Executivo a escolher qualquer Delegado da carreira foi de autoria de outro Parlamentar e nós aprovamos, votamos favorável, mas não foi de minha autoria. Se o Judiciário está dizendo que a Senhora poderia permanecer no cargo por conta da dois, dois, três foi porque a Assembleia aprovou isso. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Era isso que eu ia lhe dizer, eu não estou desrespeitando a casa, nunca foi minha intenção até porque estou pautada em uma Lei que foi de autoria daqui, então, se há alguma colocação... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Mas não foi isso que a Senhora colocou antes. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Mas o Senhor também colocou, que eu entendi dessa forma, o Senhor me desculpe então, são colocações de lá e colocações de cá, que no momento não houve o entendimento necessário, mas eu estou respaldada por uma legislação da Casa, é claro. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, já concluindo, quero dizer doutora Haydee, não leve nada como uma questão pessoal...A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Claro, não se preocupe. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – A Senhora sabe que sempre lhe consideramos e temos um respeito muito grande, mas no nosso exercício do mandato, recebemos quase que diariamente, todos os deputados, diversos fatos, diversas situações e quando somos membros de uma Comissão e temos oportunidade de ouvir uma autoridade e tem algum fato relacionado, caso não questionamos, depois com certeza seremos cobrados por aquelas pessoas que nos trouxeram as informações, às vezes denúncias e seremos questionados porque não atuamos como deveríamos. Então, todos os questionamentos que fizemos aqui é com o objetivo de deixar as coisas claras, cristalinas para que não surjam nenhuma dúvida quanto a atuação do gestor que aqui estar sendo sabatinado ou está tendo oportunidade de apresentar seu plano de trabalho como também dos Parlamentares que compõe esta Comissão. Desejo sucesso, conte com a Assembleia Legislativa, conte com esta Comissão, Esta é uma Casa de debates de aprofundamento das discussões de todos os temas que interessam à sociedade roraimense, obrigado. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Deputado gostaria de agradecer suas palavras, entendemos que a Casa é de debates e que tudo aqui é transparente, por isso estou aqui. Nossa gestão preza pela transparência e não tem mal nenhum, pelo contrário, é obrigação do gestor se explicar ao público e principalmente à Casa Legislativa. Tenho o Senhor na minha alta estima e consideração. Fomos contemporâneos e vivenciamos nesse Estado, sou roraimense de nascimento o Senhor sabe disso, é claro o que aconteceu aqui em nada afeta as nossas amizades, muito obrigada pelo acolhimento. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – com a palavra a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** com questão de ordem – Senhor Presidente, quero fazer um pedido, considerando a gravidade do que foi relatado aqui que afronta a Constituição, quero que a Comissão oficie, não para esperar que a Delegada Geral envie documentos, e seja oficializado ao Procurador Geral do Estado. Cabe a ele essa responsabilidade, para que encaminhe a esta Comissão caso existam Parecer ou Pareceres, quanto à atribuição do Ordenador de despesas se é do Secretário de Segurança ou da Delegacia Geral. Gostaria que a Comissão oficiasse à Procuradoria Geral do Estado, não precisa esperar que a Senhora Delegada encaminhe, se ela quiser encaminhar será bem vindo, porque extra Comissão. Já tive acesso a um Parecer e não era de gestão anterior, e sim parecer atual, quero tirar essa dúvida se eu estiver enganada ou equivocada. O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Atendendo à questão de ordem da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, determino para secretária que providencie o documento para que possamos enviar. O ar condicionado não está ajudando muito aproveitando a presença do nosso Vice- Presidente, solicitamos que converse com o Presidente da Casa para melhorar a refrigeração da sala... O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Será providenciado Senhor Deputado. O Senhor Presidente **Jorge Everton** – Ouvindo atentamente tudo que foi falado, eu acompanhei todo esse ordenamento jurídico, nós fizemos academia juntos, viemos de um concurso público, sabemos que a Polícia Civil foi uma colcha de retalhos que foi se costurando, costurando até se chegar ao que é hoje. Entendo que o princípio da continuidade administrativa tem que fazer com que o gestor dê continuidade aos atos, lembro Coronel, que o Senhor foi Secretário e sabe as dificuldades da

pastas como um todo, não só a Polícia Civil, mas lembro quando tomamos posse, tinham quatro corsas sedans que foram entregues para Polícia Civil, eram as viaturas que a Polícia Civil tinha, hoje temos uma frota de veículos que ainda não atende porque a frota tem que ser renovada constantemente, não adianta comprar hoje mil carros, eles vão ser usados diariamente não param. Os carros da Polícia têm um desgaste natural, acho que a Instituição da Polícia Civil já cresceu muito, esses debates que ocorreram aqui na Casa eu participei, inclusive quero agradecer ao Coronel Chagas que graças a ele, fizemos uma reunião no Palácio na época da dois, dois, três e tivemos um entendimento com os Deputados para que passassem aquela Lei, mas que não foi a Lei dos sonhos, não foi a Lei que queríamos, muita coisa teve que ser cortada, antes de começar esta reunião, estava falando com a Senhora Delegada Haydee sobre às dificuldades quando se dá entrada em um Projeto de Lei, porque aqui é um colegiado que pensa cada um de uma forma ninguém é obrigado a seguir um entendimento, cada um tem seu pensamento. Agradeço publicamente o apoio que o deputado Coronel Chagas deu, foi cansativo, exaustivo, mas que teve um resultado e uma aprovação, não foi do jeito que queríamos, mas foi aprovada da forma que pode ser, respeitamos, porque o parlamento tem que ser respeitado Também tenho um entendimento diferente do que esta na Lei, entendo que houve uma Emenda à Lei permitindo que qualquer membro da Polícia fosse alçado a Delegado Geral, mas todos os artigos seguintes são contraditórios dizem o contrário, inclusive teve uma Emenda do deputado Coronel Chagas, expressamente dizendo quais são as delegacias que têm que ser ocupadas pela Classe especial. Ficou bem claro, definindo quais critérios seriam utilizadas para ter um número X de Delegados na Classe Especial, foi amarrado na Lei, lembra? O senhor Deputado **Coronel Chagas** – Lembro. Justamente essa Emenda que surgiu permitindo qualquer Delegado.... O Senhor Presidente da Comissão **Jorge Everton**– Foi em um dos artigos anteriores da Lei. O Senhor deputado **Coronel Chagas** – Sim, mas ela já foi apresentada em Plenário...O Senhor Presidente da Comissão **Jorge Everton** – Isso. O Senhor deputado **Coronel Chagas** – E aí não se corrigiu os demais artigos que faziam referência ao Delegado Geral. O Senhor Presidente da Comissão **Jorge Everton** – Aí ficou a maioria dos artigos falando que tem que ser especial, inclusive na zero, cinquenta e cinco consta isso, mas essa é uma discussão jurídica que não adianta estarmos entrando nesse mérito agora. Lembrando a Emenda Constitucional que diz que o Delegado Geral não é mais o Ordenador de Despesa, foi se não me engano no mês de dezembro, no final, nas últimas sessões da Assembleia, está em vigor, discordo, apesar de não concordar com a Emenda, pessoalmente sou contra, até mesmo porque entendo que se vai tirar da Polícia Civil, tem que se tirar também da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, entendo que há autonomia necessária para que cada instituição tenha sua atuação (conversas paralelas /inaudível).Não independente disso doutora, estou falando o que a Lei diz que é não é mais o ordenador de despesa, vou junto com o Coronel Chagas tentar construir um entendimento para que haja autorização para que seja o ordenador de despesas, criar critérios para que essa situação fique regularizada para todos de uma forma geral, e permita que o Delegado Geral também tenha a autonomia que o Comandante da polícia Militar tem, que o Comandante do Bombeiros têm e que todos eles se reportem ao Secretário, porque o Senhor foi Secretário e sabe da necessidade de ter uma ação colegiada onde todos se reportem a um único, é tanto que já houve chacotas chamando o Secretário de Segurança Pública de Rainha da Inglaterra porque não conseguia coordenar as instituições. Desde já, peço apoio aos colegas para que possamos trabalhar nessa modificação, mas realmente, chegou ao conhecimento dos Deputados, informações que existe um Parecer da PROGE, dizendo que a Senhora não poderia ser ordenadora de despesa, contrariando e que seria desse ano o Parecer, desconheço outro parecer e também desconheço esse parecer a que estou me referindo, estou falando para Senhora que existem denúncias. Com esse Requerimento, iremos sanar essa dúvida, porque se realmente existe um parecer e é de seu conhecimento, a Senhora não poderia estar sendo ordenadora de despesa, até porque, a Emenda Constitucional é autoaplicável, não depende de regulamentação de Lei, volto a dizer, sou contra a Emenda, mas tem que ser cumprida, porque está na Constituição. A minha dúvida não é sobre isso, até porque ela será discutida quando chegar o Parecer e ver qual a providência que a Casa vai tomar com relação a esta questão. Quero esclarecer um ponto que tem incomodado a sociedade e precisa ser esclarecido. Não é uma discussão de agora e sim de muito tempo, o falado e temido “Guardião”, que muita gente nem sabe o que é, acha que é um bicho de dez cabeças que corre atrás do telefone do povo na rua. Quero que a Senhora me corrija se eu estiver errado, antes de fazer a pergunta vou explicar: O guardião, aos presentes que não são da área de Segurança Pública, me permita, é um sistema que permite que seja interceptado de forma legal, aparelhos

telefônicos, após autorização judicial. Se de alguma forma, qualquer pessoa utilizar indevidamente e interceptar um telefone sem Ordem judicial, fica gravado no sistema, não pode ser apagado e é auditado pelo guardião como também por quem deu a decisão, é o que está na Lei que trata de interceptações telefônicas, ou seja, ele não pode ser utilizado da forma que se pensa, tem que ser utilizado pela Instituição Policial em investigação de crime. Há muito tempo, defendo que o Guardião não poderia está com o Secretário, porque é uma função política, o Secretário é um político, não pode administrar o Guardião, até mesmo porque quem solicita a interceptação é o Delegado, é ele quem fica responsável sob pena de responder por vazamento daquelas informações, se ponham no lugar do delegado que solicita ao Judiciário uma interceptação telefônica que é administrada pelo Secretário de Segurança Pública que se reporta politicamente ao Governador e pode, em tese, passar essa informação que era confidencial; por isso defendo tecnicamente, inclusive o Guardião foi comprado com recursos da DRE, para ser utilizado pela DRE, mas não é essa a questão. Gostaria que a Senhora me respondesse: hoje com quem está o Guardião, de que forma ele está sendo usado e se realmente o que estou falando procede com o que a Senhora entende? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Presidente, o Senhor é conhecedor do sistema, como assim explanou, o Guardião é esse sistema auditável de interceptação telefônica de forma legal. Esse aparelho para quem nunca viu, vou tentar descrever: é como se fosse uma prateleira preta, tipo um guarda roupas com prateleiras, e ali estão os aparelhos eletrônicos, às plataformas, mais ou menos assim. Aquele aparelho tem vários sistemas que podem ser acoplados. Hoje só existe esse da interceptação, porém, ele tem capacidade para outros tipos de investigação; esse aparelho Guardião, depende de uma estação elétrica, de uma estabilidade elétrica para que não haja oscilação, caso contrário, não funciona. No momento, ele não está funcionando por esta deficiência, esse aparelho foi adquirido pela SESP, através de um convênio com a SENASP, porém o objetivo, objeto do convênio, era para ser utilizado contra a repressão de crimes de entorpecentes na Delegacia de Repressão – DRE. Isso está no objeto do convênio, legalmente esse aparelho tem que está nessa Delegacia, é verdade sim, esta gestão já tratou de sanar essa irregularidade, hoje está com a DRE. O Senhor Presidente da Comissão **Jorge Everton** – Questão de ordem da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**– Existe outro Sistema chamado WAITRON, ele existe? Está em funcionamento? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Primeiro, gostaria de fazer algumas colocações a respeito de alguns Sistemas de Inteligência Cinematográficos que incute na população uma cultura totalmente fora da realidade da nossa Polícia Civil. Temos sim, o povo tem essa impressão de que aquilo que passa nos seriados policiais, filmes, se aplica na nossa realidade e não é bem assim, um dos Sistemas é o Guardião que já expliquei e existe o Sistema WAITRON sim, porém é menos complexo, é tipo uma CPU de computador e também é para fazer interceptação telefônica, porém, ele é mais vulnerável porque há possibilidade de não se auditar determinados usos e também esta na Polícia Civil sem funcionamento, porque depende de um tronco da Internet, que já pedimos o acionamento, porém existem algumas questões técnicas que ainda não foram concluídas. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**– Há muito tempo ele não está sendo utilizado porque não se consegue esse tronco, ele estava na Secretaria de Segurança Pública na época que passei por lá, mas já faz um ano e meio...(conversas paralelas/inaudível). A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Sim Deputado Coronel Chagas, esse aparelho está no nosso Núcleo de Inteligência sem funcionamento, a depender dessa ligação de tronco da companhia telefônica, ou seja, quero deixar bem claro e transparente que nós não temos aparelhos de interceptação telefônica oficiais aqui funcionando, nem esse, e não temos nem um outro tipo de aparelhos. O Senhor deputado **Coronel Chagas** – Se houver alguma autorização judicial para realizar alguma interceptação solicitada eventualmente, como está sendo feito? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Não sei direito lhe explicar, mas acho que com a autorização, se vai até a companhia telefônica, e é feito na companhia, com autorização judicial, porque eles podem fazer. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**– É bastante preocupante essa questão de não ter interceptação telefônica, hoje no Estado, não faz Polícia como antigamente, tem que ser com inteligência utilizada da melhor forma possível. Em outros Estados se alguém for vítima de um seqüestro, for registrado um Boletim de Ocorrência, o delegado tem autonomia para introduzir o número do telefone da pessoa e saber exatamente onde aquela pessoa está naquele momento para poder combater o seqüestro, é por isso que muitos seqüestros aí a fora, graças a Deus não temos muito registros aqui, são poucos, são solucionados rapidamente, só que infelizmente o Guardião daqui é impedido judicialmente para realizar esta tarefa. Nos outros Estados, a autorização

é dada previamente. O Delegado faz o juízo dele, à necessidade, determina a quebra de sigilo telefônico naquele momento e oficializa o juiz, informando através de relatório o que fez, para que o juiz veja realmente em que foi utilizado, em seguida é determinada a destruição daquela interceptação. Podemos até pensar Coronel Chagas, em viabilizar na nossa Legislação, uma autorização expressa referindo-se a casos extremamente necessários onde estaremos preservando a vida, a integridade física do cidadão que tem que vir em primeiro lugar, podemos trabalhar junto com a Comissão para aprovar uma Lei que atue dessa forma. Com a palavra a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**– Eu pesquisei e a Lei quatrocentos e noventa e nove, barra, dois mil e cinco, no parágrafo primeiro do artigo trinta e seis, parágrafo primeiro, diz que esses dois Sistemas são coordenados pela Secretaria de segurança Pública, e não pela Delegacia Geral. Eu havia lhe consultado sobre isso e o Senhor me disse que era o correto, tendo em vista, o que a Senhora delegada explicou que existia o Convênio que era exatamente para atender à Delegacia de Repressão a entorpecentes. Vejo que se a Legislação está incorreta, nós temos a tarefa de pesquisar e trabalhar em uma Legislação que possa dar um suporte, porque é a tal da questão de não concordar, mas está na Lei e tem que ser cumprido, não adianta dizer: O meu entendimento é diferente, a estrutura das Secretarias é geral. Quero dar outra sugestão para senhora delegada, eu trabalhei muito com o processo de instalação das Internets nas escolas do Estado, por exemplo: você vai no caju, no Uiramutã, na Água Fria, a internet lá é melhor que a daqui da escola Lobo D'Almada, porque é via satélite. A Senhora pode conseguir esse sistema, diretamente no Ministério das Comunicações e não no Ministério da Justiça, a Senhora pode fazer o Projeto e mandar direto para o Ministério das Comunicações requisitando a internet via satélite que é segura e rápida, se eu quiser falo pelo Whatsapp com o vereador Maciel lá do Caju, sem oscilação. Faça esse pedido direto ao Ministério das comunicações mostrando a questão geográfica do nosso Estado e as dificuldades para se chegar nos locais, eles cedem para nossas necessidades, essas internets seguras. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Como funciona? É uma plataforma? A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – É simples, é uma antena, existe um equipamento na antena e é via satélite, é o Sistema que o TRE usa, eles têm um carro... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- É o mesmo da UNIVIRR? A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – É o mesmo da UNIVIRR, esses dias cheguei no Caroebe e o TRE estava tirando títulos on line. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – Quando me referi às alterações quando na análise da Lei dois, dois, três, eu me dividi com o Senhor Deputado Coronel Chagas, havia dúvidas a quem pertencia o departamento de Inteligência pertencia à Secretaria de Segurança Pública, como se faz Polícia Civil sem inteligência Policial, então na dois, dois, três, no DENARC, foi criado o Núcleo de Inteligência da Polícia Civil, por isso que digo que está superado esse artigo. O Núcleo de Inteligência da Polícia Civil através do DENARC que também engloba a DRE, é que cuida da interceptação telefônica, é muito necessário, não se entra no mérito da questão da necessidade. A senhora falou que a ajuda de custo para os Policiais do interior, foi um regulamentado por um Decreto... A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Reduzindo. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – É porque na zero, cinquenta e cinco...Foi ato da Governadora? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- Ato da Governadora, Decreto Governamental. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – Na zero, cinquenta e cinco, fixa de um a três respeitando a distância, então, não está sendo respeitada a distância, porque quem for para Rorainópolis ou quem for para Mucajaí, só recebe uma ajuda de custo, é isso? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**- É isso. (conversas paralelas/inaudível) O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – Não...até porque o decreto não pode alterar a Lei. Mas algum Deputado quer fazer alguma pergunta para Senhora delegada? Não, doutora Haydee, eu sei que administrar é complicado, principalmente no início, a Senhora está com pouco tempo, eu também tive pouco tempo, passei cinco meses como Delegado Geral, não deu para fazer tudo que gostaríamos de fazer, fiz o que pude. Chegou uma informação, se a Senhora não souber por que não é obrigada a saber de tudo, queria que a senhora olhasse a questão da segurança dos nossos policiais, que os coletes à prova de bala estariam vencendo agora, a informação que chegou é que vencem no final de junho. Existe algum processo aberto para compra de novos coletes? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães**– É verdade Presidente, nós pegamos carona numa Ata de Licitação Pública não lembro agora qual ou em que Estado ou se foi aqui mesmo pela SEJUC. Mas essa providência já está sendo tomada, posso encaminhar se for o caso. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – Não precisa encaminhar, nossa preocupação é que junho já está acabando e a vida do policial vem em primeiro lugar. Quando eu assumi como Delegado Geral,

realmente existiam obras em andamento, a questão da DDM – Delegacia da Mulher, já tinha sido tomada essa decisão, da gestão anterior, não tive participação. Quando assumi haviam prédios já levantados e seriam prédios padrão. Houve alguma perda de recurso? Nos informaram que houve perdas de recursos. Foi aberto algum procedimento para apurar responsabilidades de quem perdeu ou se houve algum erro praticado por algum servidor? Gostaria que a Senhora esclareça por favor. A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** – Nós tomamos conhecimento a pouco, quando estive interinamente como Secretária da SESP, acho que quatro dias. Tivemos conhecimento de que recursos retornaram, do quarto DP foi totalmente devolvido, na base de um milhão e quatrocentos e alguma coisa, o número não é correto só a título de ilustração. O porquê desta devolução, a informação ainda não está documentada, mas estamos nos informando para tomar providências e responsabilizar o responsável por esse retorno. Essas obras são três de financiamentos e uma de um convênio do Calha Norte, que é o Quarto DP. Esse dinheiro voltou, porque os dados que eram necessários para alimentar o Sistema que autorizava o convênio, não foram repassados a tempo, em tese, o responsável pelo retorno e não alimentação era a pessoa responsável. Não posso afirmar com certeza o nome, mas estamos apurando; esse Convênio é realizado pela SESP com a SENASP, inclusive o setor de Convênio da SESP, o responsável pela falta de alimentação na época estava à frente da SESP, lotado na SESP. Outro recurso que tivemos conhecimento que retornou, não sei ainda às razões, mas foi recursos para cursos junto à Academia de polícia integrada. Houve um repasse de recursos de dois mil e nove até dois mil e doze, não sei dizer o valor ainda, são informações novas, mas desse recurso repassado, retornou quinhentos mil, em tese, a priori, a informação que tenho, é que o diretor à época desse Convênio, achou desnecessário tanto curso, ou seja, muito dinheiro e devolveu quinhentos mil. Essas informações não são precisas, me chegaram ao conhecimento neste pouco tempo, estamos junto ao Secretário para fazer às diligências necessárias para apurar e saber se é verdade. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton** – Mais alguém tem alguma pergunta, a Senhora delegada tem mais alguma coisa para falar? A Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** – Quero ofertar aqui algumas contas, são cópias ilustrativas, que não é o Projeto, é um álbum de divulgação do complexo operacional da Polícia Civil de Roraima. É um Projeto quase que concluído, aqui está um ilustrativo a cores, não temos recursos para apresentar todos dessa forma; esse objeto, já foi concluído e está sendo agora liquidado. Está apto para capitação de recurso e faz parte dessas metas, já vou fazer as considerações. Senhora Delegada **Haydee Nazaré de Magalhães** - Quero aqui agradecer a presença de todos os presentes nesta sala, a imprensa em geral, a minha equipe que sempre me acompanha registrando todos os atos da Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado de Roraima. Agradecer à Comissão, deputada Lenir, Coronel Chagas, deputado Odilon e ao Presidente, colega de profissão doutor Jorge Everton. Agradecer a acolhida, a gentileza e a oportunidade de esclarecer os pontos principais da nossa gestão na Polícia Civil. Mais uma vez muito obrigada, desculpe qualquer inconveniência, mas estarei sempre aqui todas às vezes que me convocarem, me convidarem ou talvez venho até importunar mesmo sem o convite, muito obrigada. Senhor deputado **Jorge Everton** – Está aberto para as considerações finais dos deputados, alguém quer usar a palavra? Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quero desejar boa sorte doutora, sei que ser gestor não é fácil e eu sempre uso um ditado: que o besta de casa é o último que sabe e o primeiro que se zanga. Então, até essa questão de devolver recurso, às vezes o técnico, o digitador lá..., quando você pensa que não, perde o prazo, e já passou o tempo. O tempo urge, tudo corre, os dias correm e eu quero desejar boa sorte porque sei do seu compromisso, sei do seu amor ao nosso Estado, e eu acredito muito na capacidade técnica das pessoas que são efetivas, concursadas que são de carreira e eu como Defensora pública, sei das necessidades, das carências das Delegacias, Unidades e das necessidades de se investir nas carreiras que compõe à Polícia Civil. Tenho desde que entrei aqui nesta Casa, me colocando à disposição do deputado Jorge Everton para junto com ele apoiar às demandas que forem necessárias para as carreiras que envolvem a Polícia Civil, pois acho que vocês são fundamentais, trabalham e merecem serem vistos como carreiras Jurídicas e terem a valorização profissional. Quero desejar boa sorte. Senhor deputado **Odilon Filho** – Quero agradecer novamente o seu comparecimento aqui, foi bom participar da Comissão, cada dia que passa, estou mais inteirado, eu fico aqui questionando o Jorge Everton perguntando sobre segurança para eu me inteirar mais e, aqui peguei uma aula de como funciona o Sistema. Esse guardião nunca tinha nem ouvido falar na minha vida, pena que não está funcionando, pois eu acho que deveria funcionar, porque muitos crimes seriam interceptados antes do acontecimento, porque depois que acontece..., eu sempre digo que o bom amigo não é aquele que

enxuga as suas lágrimas, mas aquele que faz de tudo para você não chorar. Então a minha tese é sempre essa, quero lhe desejar boa sorte, que a Senhora faça um bom trabalho, o governo do Estado em geral, na pessoa da governadora Suely, faça com que esse Estado avance cada dia mais, que é isso que o nosso povo espera da nossa administração e no contexto geral de todos os políticos, obrigado pela sua presença. Senhor deputado **Coronel Chagas** – Bem, ratificando o que foi falado aqui pela deputada Lenir, deputado Odilon, lhe desejar sucesso e dizer que tenha nessa Comissão um aliado. Vamos está sempre aqui buscando dar mais condições na medida da nossa competência, para que a Polícia Civil possa fazer o seu trabalho. E não tenha receio, sempre que precisar, não vai ser nenhum incômodo, como você falou aqui, até brincando, vai ser sempre uma alegria recebê-los aqui. Essa aqui é a Casa para isso, para debater, discutir para poder ver de que forma divide esse bolo, o que tem no nosso orçamento, ver qual é a área que precisa ter uma atenção maior e a Polícia Civil é um instrumento importante de cidadania, que faz um papel muito bom para todos os cidadãos. Conte com a gente, conte com a Assembleia e sucesso. Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu acabei esquecendo de comentar que você falou que durante muito tempo se buscou a questão de salarial, realmente, é verdade, mas é porque a gente chegou aqui ganhando quatro mil reais e a gente teve que trabalhar duro para conseguir chegar perto do inicial de um procurador do Estado. Hoje, o delegado na Classe Final, ele ganha um inicial de um procurador do Estado. E realmente houve a necessidade de tentar lutar, é uma luta constante, mas não esqueça de lutar por aumento não, tá doutora? Busque melhoria para a sociedade, mas também pense na Instituição como um todo. Bom, eu agradeço a sua presença, não esqueça de encaminhar às informações que foram solicitadas, tem o Requerimento da deputada Lenir que vai ser feito diretamente para a PROGE, mas a Senhora, querendo como a Senhora se prontificou, em encaminhar, encaminhe o quanto antes. Existe realmente debate sobre essas situações, a Senhora está a par disso, e iremos tratar de forma oficial caso haja necessidade, após a Sessão na Assembleia. Vou liberar a Senhora porque nós temos mais dois assuntos que eu gostaria de tratar em Comissão, estou satisfeito lhe agradecer e desejo sorte à frente da Polícia Civil. E fico feliz em ver que o Complexo já havia sendo trabalhado e está dando continuidade na sua gestão. Quando eu assumi a Delegacia Geral já existia esse projeto, me apresentaram, só não havia o recurso, pois seria um recurso Federal. E aí nós poderemos trabalhar juntos com os deputados para ver se a gente consegue colocar Emenda na construção desse prédio que irá melhorar realmente a Polícia Civil como um todo, e eu trabalho para a sociedade. Então eu vou liberar a Senhora e vamos continuar rapidamente aqui algumas colocações, obrigado. Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom, eu gostaria de colocar em discussão aqui na Comissão como nós somos de Administração e Serviços Públicos. Chegou ao conhecimento de todos, um Decreto Governamental onde ele cria atribuições para que o Senhor Neudo Campos pudesse exercer algumas funções aqui no Estado. Entendo que esse Decreto é ilegal, não poderia ter sido feito criando atribuições, principalmente porque o Senhor Neudo Campos foi condenado e está impossibilitado de assumir cargo público, e criaram atribuições para que ele exercesse, porque cargo só pode ser criado por Lei e não passou nada pela assembleia. Quando a Lei exige que um cargo, para ser criado, ele precise de atribuições, não quer dizer que pode se criar atribuições sem o cargo. Então, implicitamente, aconteceu a criação de um cargo e nós precisamos tomar providências, porque todo cargo só pode ser criado mediante Lei e não foi o caso. Tenho um Requerimento para fazer que é um pedido de informações à governadora sobre essa criação por Decreto dessas atribuições e eu queria colocar em discussão entre os colegas. Senhor deputado **Odilon Filho** – Eu só pergunto o seguinte: Foi ela quem criou recentemente, ou esse cargo já existia e ela apenas nomeou? Senhor Deputado **Jorge Everton** – Ele não pode assumir cargo público. Não é um cargo, ela criou umas atribuições designando ele como voluntário, mas a Lei zero, cinquenta e três, proíbe expressamente o trabalho voluntário. A nossa Legislação dos servidores públicos estaduais, ou seja, para mim está totalmente ilegal o ato, inclusive o Ministério Público já se posicionou que vai tomar providências. Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Está em discussão o seu Requerimento solicitando informações? Senhor deputado **Jorge Everton** – Isso, exatamente. Para que depois a gente possa tomar às providências cabíveis. Senhor deputado **Odilon Filho** – Vamos votar então o pedido de informação. Senhor deputado **Jorge Everton** – Todos de acordo? Ok. Existe uma demanda de servidores que entraram em vacância no serviço público, mas que não houve publicação. A administração acaba sendo lenta. Eu também quero colocar o requerimento solicitando do Secretário de Saúde o quantitativo do processo de vacância que encontra-se em aberto na SEGAD, relacionados pela Secretaria. Senhor deputado **Coronel Chagas** – Vacância em razão de quê? Senhor deputado **Jorge Everton** – O

servidor público passa em outro concurso, aí ele pede vacância do cargo público, tem que ser publicado. Enquanto não é publicado não abre vaga... (conversas paralelas/inaudível), não, a demanda que me chegou, foram dos aprovados no último concurso da saúde que existe vaga, mas não foi publicado a vacância, enquanto não for publicado a vacância oficialmente não existe a vaga e impede que eles sejam nomeados. Então, eu quero requerer o quantitativo de processo de vacância que encontra-se em aberto na SEGAD, porque é a SEGAD que cuida disso para que a gente possa efetivamente cobrar que haja publicação desses processos o quanto antes para não prejudicar os aprovados no concurso que precisam da vaga para tomar posse. Senhor deputado **Odilon Filho**- Entendi, era apenas para publicarem para que se abram, não está preenchido esses cargos. Não convocar sem antes publicar. Senhor deputado **Jorge Everton**- Não pode enquanto não tiver vaga. Senhor deputado **Odilon Filho**- Então a denúncia não é dizendo que já convocaram? Senhor deputado **Jorge Everton**- A denúncia são dos que estão na lista de espera, sabendo que tem vaga porque os funcionários já pediram vacância. E também chegou uma denúncia de que existem aprovados no concurso público da saúde que não foram convocados, mas que às vagas estão sendo ocupadas por servidores terceirizados. Essa é outra denúncia que chegou, é outro fato, então, eu também quero fazer um requerimento solicitando ao Secretário de Saúde a lista de servidores terceirizados contendo nome, cargo, função e lotação, para que a gente esclareça se procede ou se não procede essa denúncia. Não sei se já foi tomada alguma providência por parte da Comissão de Saúde. Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Senhor Presidente, nós da Comissão de Saúde já recebemos inclusive servidores e eles apresentaram uma documentação e entre os quais tem uma prova de que os servidores terceirizados exercem a função de maqueiro e, maqueiro é uma função específica do auxiliar dos serviços de enfermagem, que é a categoria que não foi chamada. Na nossa Comissão de Saúde, fizemos várias atividades, nós fomos até o secretário de Saúde pessoalmente e trabalhamos numa imediação com o Sindicato dos Trabalhadores de Enfermagem quanto as questões das reivindicações da greve. Sabe como é Sindicato, começa com cinco itens, quando pensa que não, está com vinte. Mas nós conseguimos colocar em cinco itens. O que aconteceu, com muito diálogo eu e o deputado Evangelista Siqueira estávamos numa audiência com o Secretário de Saúde, nós conseguimos que o Secretário de Saúde se comprometesse em chamar noventa técnicos, trinta enfermeiros e instalar mesa de negociação do SUS e fazer uma Comissão para a avaliação das progressões. Depois que o Secretário de Saúde convocou os noventa técnicos e os trinta enfermeiros, aparece o Sindicato na hora de votar e acabar a greve, a categoria não aceitou, queria um número maior, queria trezentos técnicos e cento e cinquenta enfermeiros. Nisso, aparece essa nova categoria de concursados com essa expectativa de serem chamados e com essa provável prova de que os terceirizados estão fazendo a tarefa deles. Então, recebemos aqui mais uma vez por ordem do Presidente da Assembleia lá na sessão e pediu que a Comissão se reunisse. Nós reunimos e os recebemos. Só que nós na Comissão depois que eles saíram, nós avaliamos que, a Comissão foi lá intermediou um número, o Secretário com muito sacrifício aceitou e depois nós irmos novamente aumentarmos os números, seria até uma falta de coerência da Comissão. Então, nós assim mesmo, eu como Presidente da Comissão de Saúde e o deputado Evangelista como intermediador porque a Comissão quando vai é um sacrifício para todo mundo se reunir. Mesmo assim, nós fomos trabalhando, acompanhando a greve dos enfermeiros, o governo cedeu e chamou cento e cinquenta técnicos e dos trinta, dobrou, chamou sessenta. Mas não chamou esses auxiliares, porque estes, não estão em Sindicato nenhum, eles não possuem Entidade representativa, viram chamar, está um monte de gente desempregado, vamos lá. Então, o que aconteceu: hoje o deputado Evangelista e eu, os recebemos. Fizemos um acordo com eles. Já houve um avanço nas negociações, o concurso deles já foi prorrogado o concurso de dois mil e treze, o ponto principal que eu estava com medo era a prorrogação do concurso, nós já conseguimos também que fosse prorrogado. Segundo: nós os encaminhamos para irem a CUT (Central Única dos Trabalhadores), ela tem legitimidade para representar qualquer trabalhador que não esteja sindicalizado. O Sindicato dos Trabalhadores de Enfermagem não os querem, pois não estão sindicalizados em nenhum lugar, vão ficar recebendo o povo assim aleatoriamente? Não. Estão recebendo entidades para poder entrar numa mesa de negociação. A gestão da Secretaria de Saúde, o Estado na pessoa da governadora, se propôs como o Secretário, fazer funcionar a mesa de negociação do SUS, isso tudo vai influenciar. Já tem reunião dia dez, isso tudo vai fluir, porque que eu e o deputado Evangelista encaminhamos? Para eles irem para a CUT, a CUT tem acento na mesa de negociação e para poder começar uma intermediação para eles serem legitimamente representados. Então, foi esse nosso trabalho lá na Comissão de Saúde, porque todo o dia eles estão

com um cartaz aqui na Assembleia, em outras palavras, mandamos eles para casa, eles irem na CUT, esta, representá-los. Abri os autos do processo desse caso na Comissão de Saúde, o relator é o deputado Francisco Mozart para apurar as denúncias que os terceirizados exercem a função de maqueiro. Então assim, cada vez os que não foram chamados, os cento e cinquenta do Estado e os sessenta de enfermeiros, estão também em movimento, porque o desemprego está grande. Então não vai parar, são essas as minhas considerações. Senhor deputado **Jorge Everton**- Foi bem esclarecedor deputada, mas o meu questionamento não é esse, o meu requerimento é no sentido de solicitar a lista de servidores hoje que são contratados como terceirizados para que a gente possa ver se eles não estão ocupando uma função que deveria ser ocupada por quem foi aprovado no concurso, eu não estou nem entrando no mérito dessas pessoas que a Senhora se referiu. O meu requerimento é solicitar ao Secretário de Saúde a lista de servidores terceirizados que tenha o nome, o cargo, a função e a lotação. Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Isso aí não basta deputado, vou complementar assim, não basta para o objeto que nós queremos averiguar que é: os terceirizados estão exercendo às atribuições constantes nos editais dos Auxiliares de serviços gerais de enfermagem? para esse requerimento eu complementar se Vossa Excelência aceitasse, que seria o seguinte: ele especificar quais às atribuições que estão no contrato da empresa terceirizada, porque ele colocando às atribuições, poderemos comparar com às atribuições constantes no edital do concurso desses servidores que não foram chamados ainda. Senhor Deputado **Jorge Everton**- Concordo com o complemento, quero que a secretária registre, por favor. Mais algum deputado quer usar a palavra? Senhor deputado **Odilon Filho**- Acho que a Leni falou certo, se fizer o pedido só da lista dos terceirizados, ele vai te mandar a cópia do contrato com as empresas e lá é serviços gerais, não tem nem um contrato específico de terceirizados na área, todos são serviços gerais. Senhor deputado **Jorge Everton**- Mas com esse complemento fica claro agora às atribuições de cada um. Senhor deputado **Odilon Filho**- Acho que a informação que virá não vai suprir dessa forma. Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Excelência, se não vir, poderemos realizar uma visita técnica aí veremos, esse serviços gerais, ele está fazendo o trabalho de recepcionista, é a atribuição que está lá na atribuição do concurso? Ele está fazendo a atribuição de maqueiro? E está no edital do concurso? nós iremos averiguar e depois achar a solução. Senhor Deputado **Jorge Everton**- O requerimento é no sentido da gente ter uma informação do Secretário, depois a Comissão irá pessoalmente ver se realmente procede ou se tem um desvio de função. Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Eu até requeiro de Vossa Excelência, que o resultado desse requerimento, seja também encaminhado à Comissão de Saúde para compor os autos do processo que o deputado Francisco Mozart é relator para averiguar essa situação. Senhor Deputado **Jorge Everton**- De acordo, todos de acordo? Aprovado. Não havendo mais quem queira falar nada, não tenho mais nada a tratar, eu dou por encerrada a reunião, obrigado pela presença de todos. **Encerramento**: O Senhor Presidente constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e seis minutos. E, para constar, eu Maria Aparecida Barros de Oliveira, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Jorge Everton Barreto Guimarães**
 Presidente da Comissão

SECRETARIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA
 RESOLUÇÃO Nº 005/15, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº14/15.

Em 25 /06/15.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/15

Convocamos os Senhores Deputados George Melo, Angela Águia Portella, Izaias Maia, Zé Galeto, Oleno Matos e Odilon Filho, membros da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, alterada pela Resolução 014/14, que tem como fim "Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional e na Rede Pública de Saúde do Estado de Roraima", para Reunião extraordinária desta Comissão, no dia 25 de junho (quinta-feira) do corrente, às 15 horas, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, para deliberação do Relatório Conclusivo do senhor Relator George Melo à proposta desta Comissão Especial Externa.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão